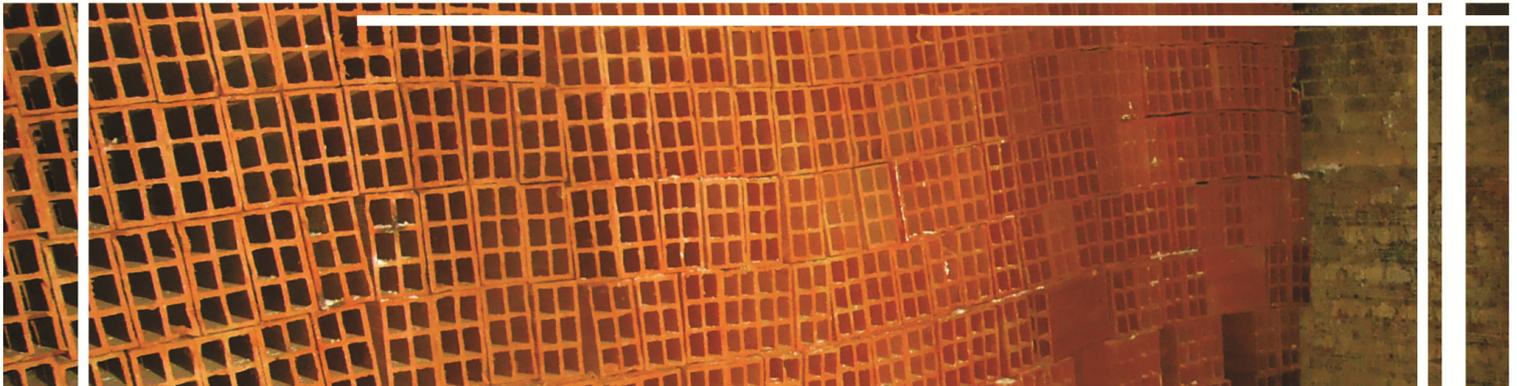




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NPGeo – NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS ALMEIDA DE JESUS

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA: RELAÇÕES DE TRABALHO E A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE



SÃO CRISTÓVÃO-SE
AGOSTO. 2013

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA: RELAÇÕES DE TRABALHO E A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos.

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
AGOSTO. 2013**

JONAS ALMEIDA DE JESUS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Jesus, Jonas Almeida de

J58i A indústria de cerâmica vermelha : relações de trabalho e a retórica da sustentabilidade / Jonas Almeida de Jesus ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, 2013.

166 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Geografia econômica. 2. Geografia regional. 3. Trabalho – Aspectos econômicos. 4. Sustentabilidade. 5. Cerâmica (Indústria) – Sergipe. I. Santos, Ana Rocha. II. Título.

CDU 911.3:33

A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA: RELAÇÕES DE TRABALHO E A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos.
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Josefa de Lisboa Santos.
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos
Universidade Federal de Sergipe

Dedico esta Dissertação aos trabalhadores das indústrias de cerâmica vermelha que desprovidos dos meios de produção tem entregado ao sistema do capital seu vigor físico e mental em troca do mínimo que permita mantê-los vivos.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento de escrever os agradecimentos parece algo impossível para quem se dispõe a realizar uma pesquisa. Mas se até aqui cheguei, é por que é possível sim, apesar da tamanha pressão psicológica que a todo o momento nos faz pensar no andamento do trabalho.

Considero este momento como um espaço de reflexão que me leva a visualizar muitas experiências sentidas ao longo desses dois anos, e principalmente, me faz perceber que a condição para que tudo isso tivesse acontecido está relacionada à presença em minha vida de pessoas especiais que me conduziram a um amadurecimento e a uma compreensão da realidade, que jamais eu tivesse sonhado em conhecer.

Por isso peço licença aos meus mestres para fugir do método que me propus realizar esta pesquisa e agradecer primeiramente a Deus por ter me dado paz e a certeza que concluiria tal desafio.

Sou muito grato aos meus pais, o senhor Carlos Pires e a senhora Edivalda Cruz, que na simplicidade e nas labutas do dia a dia souberam me passar valores e princípios que hoje incorporo em minha personalidade e me fazem ser o que sou. Uma das minhas maiores motivações para vencer os desafios é vê-los feliz.

Agradeço à minha querida esposa Bárbara, por me suportar em momentos de tamanha pressão e por demonstrar seu amor me incentivando a manter-me focado na pesquisa. Nesses dois últimos anos nos propomos a vencer vários desafios, como nos casarmos, e apesar da correria de nossas vidas como estudantes, nos deixando um pouco distantes, sou muito feliz por tudo que tem acontecido em nossas vidas.

Também sou grato ao meu irmão Rubens Almeida, pela amizade e pelo apoio técnico nas questões de informática, me socorrendo nos momentos que minhas limitações se tornavam insuperáveis.

Sou grato à minha família - tios e tias, primos e primas e meus avós. Em especial, gostaria de deixar registrado a minha gratidão a um dos grandes amigos que perdi, o meu Avô materno, o senhor Afonso da Cruz (in memória), foram tantas histórias e tantos conselhos que muito contribuiu em minha formação.

Sou grato aos meus professores que muito contribuíram na minha formação intelectual. Mesmo com as dificuldades vivenciadas no ensino público por onde passei, consegui assimilar conhecimentos que me possibilitaram acesso ao ensino superior.

A minha gratidão aos professores do Campus Professor Alberto Carvalho em Itabaiana/SE, verdadeiros guerreiros que conseguiram com muita dedicação transformar vidas. Destaco as professoras Josefa Lisboa, Gicélia, Ana Rocha e o professor Cláudio Ubiratan. Ali aprendemos a olhar o mundo com outro olhar, preocupados e desejosos de reais transformações na sociedade.

Gostaria de separar um parágrafo para agradecer a professora Vanessa Dias. Foi na sua disciplina onde discutimos “trabalho” que me apaixonei por esse assunto e me despertou para a possibilidade de ir além da graduação.

Aos professores da Pós-graduação, meus sinceros agradecimentos por tamanha capacidade de nos passar conhecimento e nos despertar para a pesquisa. Destaco a Professora Alexandrina, que para mim é o maior referencial na academia, e quem primeiro me revelou ainda no primeiro período da graduação uma outra geografia totalmente diferente da assistida no ensino fundamental e médio.

Agradeço o apoio e a amizade dos amigos David, Jânison, Vanilza, Jamile e Fábio. Destaco a amizade de Jânison pelo contato frequente nas viagens quase que diárias e no apoio recíproco. Destaco ainda os amigos da turma de 2011, vocês são especiais.

Sou grato a Ana Mércia, Aparecida e Matildes pelo apoio e compreensão. Vocês fazem parte desse momento de construção de minha formação acadêmica. Aos meus colegas do Francisco Paixão, os nossos diálogos me motivavam a continuar e chegar até o fim da pesquisa.

Aos meus amigos Anderson, Eliana, Dudu e Valdiosmar pela grande amizade, apoio e orações. Vocês são referenciais para mim.

Agradeço às professoras que se revezaram na minha orientação. À professora Josefa Lisboa que desde o início acreditou que garotos e garotas da primeira turma de geografia seriam capazes de enfrentar uma pós-graduação, muito obrigado pela confiança depositada em nós e pelas orientações, serei sempre grato e a senhora terá sempre o meu respeito e estima.

Agradeço à professora Ana Rocha por me aceitar como orientando. Sou muito grato pela imensa compreensão e pelas orientações. A cada encontro para orientações saía motivado a buscar as mudanças propostas. Senti ao longo desse tempo confiança e respeito. Serei sempre grato por sua atenção.

Por fim agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro dispensado à construção dessa pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sergipe: localização dos Municípios estudados.....	23
Figura 2 - Forneiro. Povoado Chico Gomes – Areia Branca/SE.....	53
Figura 3 - Máquina Extrusora. Cerâmica J.J.G – Campo do Brito/SE.....	56
Figura 4 - Carroças para transporte de Cerâmicas. Cerâmica Vitória.....	58
Figura 5 - Trator puxador das carroças. Cerâmica Vitória.....	59
Figura 6 - Carreirões. Chico Gomes – Areia Branca/SE.....	61
Figura 7 - Territorialização dos Apls de Cerâmica Vermelha em Sergipe.....	101
Figura 8 - Página da Associação Nacional da Indústria cerâmica para oferta de crédito.....	109
Figura 9 - Caixão alimentador.....	116
Figura 10 - Conjunto de esteiras.....	117
Figura 11 - Processo de extrusão.....	118
Figura 12 - Secagem da Cerâmica.....	119
Figura 13 - Distribuição das Cerâmicas produzidas	121
Figura 14 - Área não recuperada depois da retirada de argila.....	127
Figura 15 - Jazida de exploração da argila.....	128
Figura 16 - Localização dos pontos de exploração de jazidas.....	129
Figura 17 - Formação de lagoas.....	135
Figura 18 - Extração de argila. Serra dos Montes.....	136

Figura 19 - Camadas do solo.....	137
Figura 20 - Foto aérea da cidade de Campo do Brito.....	140
Figura 21 - Acúmulo de argila.....	141
Figura 22 - Área preenchida por argila.....	141
Figura 23 - Bombeamento de água para os lavadores de gases.....	143
Figura 24 - Eucalipto utilizado para a queima da cerâmica.....	146
Figura 25 - Lavadores de gases.....	150

LISTA DE QUADROS E TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Queda da Biodiversidade.....	93
Gráfico 2 - Impacto Ecológico por continente (pegada ecológica).....	95
Gráfico 3 - Pegada Ecológica Global por Continente, 1961-2008	96

QUADROS

Quadro 1 Municípios com concentração da atividade de cerâmica vermelha.....	102
Quadro 2 Instituições ligadas à Indústria de Cerâmica Vermelha no Estado de Sergipe.....	105

TABELAS

Tabela 1 Participação (%) do PIB da construção civil no PIB total do Brasil – 2008 a 2011.....	20
Tabela 2 Consumo Brasileiro da cerâmica por região e per capita – 2009.....	21
Tabela 3 Financiamentos imobiliários por aquisição, construção, material de construção, reforma ou ampliação.....	22
Tabela 4 Normas técnicas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.....	113
Tabela 5 Pontos de exploração de jazidas e suas coordenadas geográficas...	130
Tabela 6 Produção Brasileira de Cerâmica por Região – 2008.....	138

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação de Brasileira de Normas Técnicas

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente

ANICER - Revista da Associação Nacional da Indústria de Cerâmica

APL - Arranjo Produtivo Local

BB - Banco do Brasil

BANESE - Banco do Estado de Sergipe

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CEPAL - Comissão de Estudos para a América Latina

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDESE - Conselho de Desenvolvimento de Sergipe

CODISE - Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

FAPITEC - Fundação de Apoio a Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IPC - Instituto Pró-Cerâmica

ITPS - Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Plano de Lavras

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRAD - Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDETEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

SERGIPTEC - Parque Tecnológico de Sergipe

SINDICER - Sindicato das Indústrias de Cerâmicas e Olarias de Sergipe

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFS - Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Esta pesquisa propõe analisar a espacialização da atividade industrial de cerâmica vermelha nos municípios de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana (Sergipe), privilegiando as relações de trabalho, a atuação do Estado e o discurso da sustentabilidade que alimenta as propostas de desenvolvimento. A expansão do mercado imobiliário e da construção civil tem impulsionado a implantação de novas indústrias de produção de cerâmicas que demanda a contratação de mão-de-obra, submetida à elevada carga horária e salários baixos. As respostas dadas pelo Estado, como disciplinador da exploração dos recursos vegetais e minerais para a produção de cerâmica, ancoradas no discurso da sustentabilidade revelam o caráter de classe que o Estado apresenta, na medida em que sua atuação é débil quanto aos crimes ambientais e favorece a produção da cerâmica para atender o mercado da construção civil. Para desenvolver o estudo, a pesquisa foi fundamentada na análise da realidade sob o enfoque do materialismo histórico e dialético que conduziu os procedimentos analíticos, como fundamentação teórica e a pesquisa de campo para confrontar as interpretações dos sujeitos entrevistados e estabelecer a relação teoria-empíria. Para tanto, reconhece-se que os elementos envolvidos nessa atividade são fundamentais no sentido de darem respostas ao quadro atual de crise estrutural do capitalismo. A partir de uma análise crítica foi possível desvelar as contradições que perpassam os envolvidos na produção ceramista que estão inseridos no conflito entre capital x trabalho-natureza, possibilitando uma compreensão da realidade concreta como produto de múltiplas determinações.

Palavras-chave: Trabalho; Sustentabilidade; Indústrias de Cerâmica Vermelha.

ABSTRACT

This research aims to analyze the spatial distribution of red ceramic industrial activity in the local towns of Areia Branca, Campo do Brito and Itabaiana (Sergipe), focusing on labor relations, the role of the State and the sustainability discourse that feeds the development proposals. The expansion of the housing and the civil construction market has driven the establishment of new potteries that demand the hiring of labor, subjected to high workload and low wages. The answers given by the State, as a way of inhibit the exploitation of plant and mineral resources for the ceramic production, based in a sustainability discourse, reveal its class character, to the extent that its performance toward the environmental crimes is weak and favors the ceramic production to meet the civil construction market demands. In order to develop this study, the research was based on an analysis of the reality from the standpoint of historical and dialectical materialism that led the analytical procedures, such as the theoretical basis and the field research, to compare the interpretations of the interviewees and establish a relation between theory and empiricism. Therefore, it is recognized that the elements involved in this activity are fundamental to give their responses to the current situation of structural crisis of capitalism. From a critical analysis it was possible to reveal the contradictions that pervade those who are involved in the ceramic production as well introduced into the conflict between capital versus work and nature, enabling an understanding of reality as a product of multiple determinations.

Keywords: Work, Sustainability, Red Ceramic Industries.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	05
AGRADECIMENTOS.....	06
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	09
LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
SUMÁRIO.....	17
INTRODUÇÃO.....	19

CAPÍTULO I

1 - Na Exploração da força de trabalho, a condição de sustentabilidade do capital.....	29
1.1 - Na expansão do capital sua tendência destrutiva: alienação do trabalho.....	37
1.2 - Transformações no modo de produção com a emergência do Taylorismo/Fordismo.....	40
1.2.1 - Crise estrutural do capital e mudanças em processo: flexibilização do trabalho.....	45
1.3 - O trabalho na atividade industrial de cerâmica vermelha no Agreste Sergipano.....	50

CAPÍTULO II

2 - O ESTADO E SUA ATUAÇÃO DISSIMULADA.....	63
2.1 - Na industrialização Brasileira, o Estado provedor das bases de acumulação do capital.....	70
2.1.2 - Dos resultados do “desenvolvimento local”, insustentabilidade ambiental e do trabalho.....	78
2.2 - No discurso da sustentabilidade a solução para a crise do capital...	83

CAPÍTULO III

3 - A INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA NO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO.....	99
3.1 - O Licenciamento ambiental: condição para exploração da natureza	122
3.2 - Os impactos ambientais da exploração da natureza pela atividade industrial de cerâmica vermelha.....	130
3.2.1 - <i>A argila</i>	134
3.2.2 - <i>A água</i>	141
3.2.3 - <i>A madeira</i>	145
3.2.4 - <i>Da emissão de gases poluentes</i>	148
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

INTRODUÇÃO

A cerâmica é o material artificial mais antigo produzido pelo homem. Do grego “kéramos”, “terra queimada,” é um material resistente feito da argila, que após um período de secagem é submetido a elevadas temperaturas, atribuindo-lhe rigidez.

No Brasil, a produção de cerâmicas vermelhas tinha um caráter rudimentar e artesanal, com produção limitada. As transformações desse setor se deram a partir do começo do século XX, com a introdução de máquinas no processo de produção. Esta mudança foi um reflexo das transformações socioeconômicas vivenciadas pelo país, como o crescimento urbano que demandou a sua utilização em substituição à madeira, tijolos e telhas nas edificações. A partir das décadas de 1960 e 1970, com a implementação de políticas públicas habitacionais, que o setor cerâmico teve grande expansão.

Neste período, marcado pelo início de uma crise, denominada por Mézáros (2002) de estrutural ou sistêmica, em que se mostra longa e duradoura, o crescimento da construção civil no Brasil esteve relacionado às tentativas do Estado de encontrar saídas para corrigir parte dos problemas enfrentados pelo setor produtivo frente ao quadro de crise do capitalismo.

Por ser este setor, o que se propõe a propiciar, entre outros benefícios, a geração de emprego e renda, a capacitação tecnológica e o desenvolvimento do setor nacional, a materialização das propostas do Estado se deram através de políticas públicas de desenvolvimento, com a criação de projetos de moradia em parceria com entidades financeiras. Contudo, se coloca como uma área da economia que demanda continuado crescimento econômico e taxas de juros favoráveis para os financiamentos pelos compradores dos produtos oferecidos pelo setor.

Diante das políticas públicas incorporadas aos planos nacionais de desenvolvimento para o Brasil, a construção civil que compreende o setor de construção, o de materiais de construção e o de serviços acoplados à construção, tem apresentado nos últimos anos um crescimento contínuo, como pode ser

observado na tabela 01 que mostra a participação da construção civil no PIB (Produto Interno Bruto) do país.

TABELA 01

**PARTICIPAÇÃO (%) DO PIB DA CONSTRUÇÃO CIVIL
NO PIB TOTAL DO BRASIL – 2008 a 2011**

Ano	Construção Civil no Brasil (%)
2008	4,9
2009*	5,3
2010*	5,7
2011*	5,8

Fonte: IBGE - Sistemas de Contas Nacionais do Brasil

(*) Resultados calculados a partir de Contas Nacionais Trimestrais.

Adaptado do site sala de imprensa IBGE (<http://saladeimprensa.ibge.gov.br>) / Jonas Almeida/2013.

Aliado ao crescimento da construção civil, a indústria de cerâmica vermelha ou também conhecida como estrutural ou de transformação de minerais não-metálicos, tem sua produção no Brasil, considerada uma das maiores na escala mundial, ao lado da Espanha, Itália e China. De acordo com dados oficiais da Associação Nacional da Indústria Cerâmica, em 2008 o Brasil apresentava aproximadamente 6.903 empresas, sendo que a maior porcentagem dessas empresas representa indústrias de médio e pequeno porte com técnicas rudimentares de produção, configurando em muitos casos empreendimentos familiares.

No Brasil, as principais regiões produtoras são o Sudeste, Sul e Nordeste. Quase que toda a sua produção é destinada ao mercado interno. Com relação ao Nordeste, segundo dados do Ministério de Minas e Energia, tem uma produção de aproximadamente 21% da nacional, mas consome cerca de 22%, revelando ser um pequeno importador de produtos de cerâmica vermelha, como demonstram os dados abaixo na Tabela 02 .

Tabela 02

Consumo Brasileiro por Região e Per Capita- 2009¹

Região	%*	Consumo total (10⁹ peças)	Consumo <i>per capita</i> (pç / hab)
Norte	5	3,8	247
Nordeste	22	16,7	312
Centro-Oeste	7	5,3	381
Sudeste	42	32,0	395
Sul	24	18,2	657
Total Brasil	100	76,0	384

Fontes: Elaboração DTTM/SGM/MME; IBGE(2009)

*Admitindo-se a mesma percentagem de 2003: Anuário ABC – Associação Brasileira de Cerâmica

Em Sergipe, o impulso ao desenvolvimento do setor industrial de cerâmica vermelha foi dado pelo Estado em 2008 através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico ao implantar o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha Sergipana.

A presença de cerâmicas em vários municípios de Sergipe, representando pequenos e médios empreendimentos familiares, sendo alguns com maior concentração de tecnologia, fez o Estado, fundamentado nos paradigmas do desenvolvimento local, contribuir para a sua concentração em aglomerados produtivos fazendo-se acreditar que este segmento traria o desenvolvimento econômico para várias regiões do Estado.

A proposta do desenvolvimento local tende ao apaziguamento do conflito de classes, atua como sinônimo de cooperação, de negociação, ou de convergência de interesses, mas como resultados aparentes, têm-se o aprisionamento dos pequenos proprietários à estrutura do modelo econômico atual por meio do crédito que é

¹ FONTE: Dados do Ministério de Minas e Energia publicados no Anuário Estatístico de 2010 referentes ao Setor de Transformação de Não Metálicos. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM. Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral. Home page: <http://www.mme.gov.br>

oferecido por bancos em parceria com o Estado para serem aplicados no desenvolvimento da atividade. Ver Tabela 03.

TABELA 03
Financiamentos Imobiliários por Aquisição*, Construção, Material de Construção, Reforma ou Ampliação**
Estado de Sergipe
Recursos (R\$) do SBPE – Concedidos no Período

	TOTAL 2009	TOTAL 2010	TOTAL 2011	TOTAL 2012
CONSTRUÇÃO	92.742.687	202.788.145	424.461.228	662.393.229
AQUISIÇÃO	153.093.752	278.648.954	387.223.454	501.204.538
TOTAL	245.836.439	481.437.099	811.684.682	1.163.597.767

Fonte: Estatísticas Básicas – SBPE – SFH/BACEN.

Elaboração: Banco de Dados – CBIC

Adaptação: Jonas Almeida/2013

(*) Imóveis Residenciais e Comerciais

(**) Construção, Material de Construção, Reforma ou Ampliação

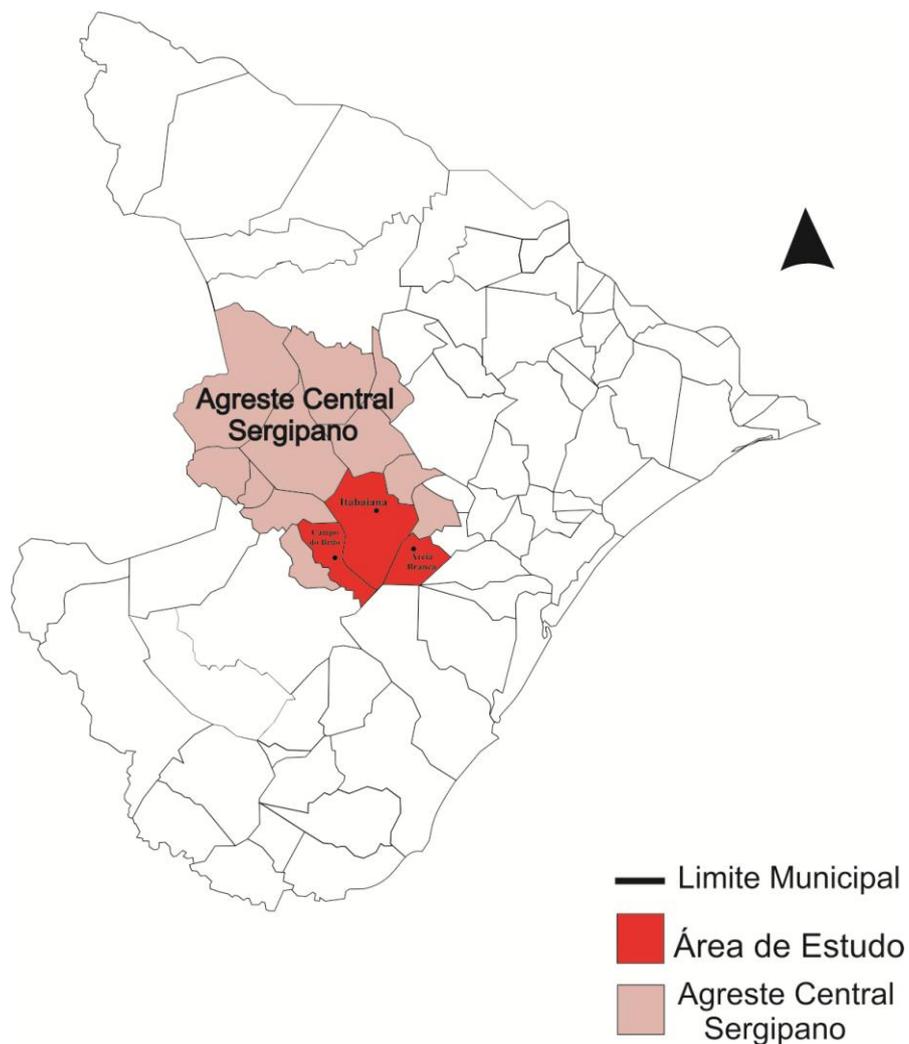
Pelos dados apresentados acima, pode-se observar que entre os anos de 2009 e 2012, em Sergipe, houve um crescente na disponibilização da linha de crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, que permite o financiamento de imóveis em até 35 anos, confirmando o papel do Estado como financiador do crédito para o setor que engloba a construção civil, transferindo os capitais financeiros para as corporações financeiras.

Nota-se o crescimento da indústria de construção civil impulsionando a indústria de cerâmica vermelha como uma saída para minimizar os rebatimentos da crise do capital, sendo o Estado a instituição que tem elaborado políticas públicas de desenvolvimento, como a criação de projetos de moradia em parceria com entidades financiadoras.

A proposta desta pesquisa envolveu a atividade industrial na qual estão inseridas as atividades de produção de cerâmica vermelha (tijolos, blocos, telhas), com um recorte espacial para o Agreste Central de Sergipe (Figura 01), nos municípios de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana, a partir de uma leitura geográfica sobre a configuração atual do espaço sócio-econômico, que são

elaboradas pela ideologia do desenvolvimento, desse modo, corroborando para a superação das desigualdades produzidas. (LISBOA, 2007, p.22).

Figura 01



Sergipe: localização dos municípios estudados.

Elaboração: Leandro / 2013

Nessas condições, este trabalho parte do princípio que as indústrias de cerâmica vermelha, no Agreste Central Sergipano, representam mais uma forma de ampliação da monopolização do território pelo capital subordinando o trabalho e a natureza, expressando um jogo de forças que envolvem interesses de classes antagônicas e que se constrói enquanto processo histórico.

O território de que trata esta pesquisa não se refere à concepção que restringe o território a um conjunto de ecossistemas regidos por leis naturais e desprovidos de sujeitos. Propõe-se nessa pesquisa a utilização do conceito de território que resulta de conteúdo, meio e processo de relações sociais. Segundo Oliveira:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo modo/de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (1998, p. 08).

A análise do território enquanto uma configuração espacial suscetível a transformações produzidas por relações sociais permite perceber os diferentes discursos daqueles que possuem interesses dominantes, ou seja, que estão concatenados à lógica de acumulação do capital. Os resultados da aplicação de tais interesses configuram novas territorialidades espacialmente materializadas e aumento do fosso entre dominados e dominantes, portanto, relações de produção desiguais.

O entendimento que a produção do espaço está diretamente ligada à reprodução das relações de produção, a mediação homem/natureza que se dá através do trabalho, exerce interação com um espaço que acaba desempenhando um papel ou função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. O sistema que ora imprime seu domínio, o capitalista, que para se reproduzir necessita de relações espaciais produtoras de contradições. Para SMITH (1988, p. 203), “ao expandir sua busca de mais-valia relativa, o capital é levado a transformar os espaços exteriores, relativamente subdesenvolvidos, em espaços de produção e acumulação.

A partir dessa compreensão, os objetivos desta pesquisa foram traçados: analisar a espacialização da atividade industrial de cerâmica vermelha nos municípios de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana no estado de Sergipe, considerando as relações de trabalho e o papel do Estado e o discurso da sustentabilidade ambiental. E são eles:

- i. Analisar a atuação do Estado frente ao crescimento desta atividade industrial e seus desdobramentos;
- ii. Analisar as relações de trabalho nas indústrias de cerâmica vermelha considerando as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões para a reprodução social;
- iii. Avaliar o discurso da Sustentabilidade e sua relação com a apropriação dos recursos minerais e vegetais pela atividade industrial de cerâmica vermelha.
- iv. Explicar os impactos da exploração dos recursos naturais pela atividade de cerâmica vermelha e mapear as áreas;

Diante dos objetivos apresentados, reafirma-se para esta pesquisa, a centralidade do trabalho, onde este pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espaço.

Por isso reafirma-se o intuito de elucidar as evidências territoriais e espaciais do processo em curso, se apropriado do conhecimento geográfico, pois este contribui para o entendimento da espacialidade do processo de construção da sociedade, revelando a complexa rede de relações sociais que imprimem no espaço geográfico seus interesses e que por sua vez substantiva-se em ordenamento territorial diferencial.

Na busca de compreender as contradições do espaço geográfico, onde se encontram inseridas a simbiose Estado/capital e trabalho a presente pesquisa foi desenvolvida, orientada por uma postura crítica sobre os fenômenos. O uso do método materialista histórico-dialético foi aplicado, pois este valoriza o papel das relações de produção, como também os conflitos entre sujeitos sociais e agentes do capital envolvidos nesta produção econômica, possibilitando uma compreensão da realidade concreta como produto de múltiplas determinações.

De acordo com Triviños (1987), o materialismo dialético é considerado a fase filosófica do marxismo e tem como intenção buscar explicações coerentes e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Já o materialismo histórico é a ciência do marxismo que estuda as leis sociológicas que

caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens.

É através dessa concepção que se constituiu uma leitura da realidade, fundamentada no materialismo dialético, onde os sujeitos se relacionam em condições materiais nas quais eles perpetuam e atendem suas necessidades através de sua atividade prática, produtiva.

Pela ampliação dos meios de alienação da sociedade, fazer uma reflexão crítica da realidade, é privilégio de poucos que se apropriam de métodos que revelam as reais faces do sistema. A sustentabilidade, enquanto paradigma que propõe mudanças no trato com os recursos naturais, diante da crise do meio ambiente deflagrada na segunda metade do século passado, é lida e aceita pela sociedade como solução para os problemas ambientais. Mas por trás do discurso nota-se que para o momento de crise do sistema, algo deveria ser feito que garantisse a reprodução do capital.

Neste aspecto, para esta pesquisa partiu-se do princípio que a sustentabilidade está para servir à reprodução ampliada do capital, pois tem servido para justificar a exploração da natureza.

Portanto, a dialética se apresentou neste estudo, como instrumento capaz de contribuir para desvendar as faces e discursos que o sistema do capital se apropria para implementar suas políticas de “desenvolvimento”.

Para tanto a presente pesquisa acabou se desenhando como uma rede articulada por três temáticas interconectadas – trabalho, estado e natureza - entre as quais não existe uma hierarquia vertical, configurando neste caso conexões possíveis entre elas e que não esgotam as possibilidades de explicação do objeto.

Para dar conta dessa proposta, foram aplicados como procedimentos metodológicos inicialmente um aprofundamento das leituras acerca do tema, a partir de livros, artigos, dissertações e textos visando fundamentar a construção do trabalho e possibilitando maior esclarecimento das questões que viessem a ser levantadas durante a pesquisa. Tais leituras foram feitas à luz de autores que explicassem o processo contraditório de reprodução do sistema capitalista, tais como Karl Marx (2000, 2007, 2011), István Mészáros (2002, 2007, 2012), David Harvey (2006), Ricardo Antunes (1999, 2004, 2005), Rosa Luxemburgo (1999),

Antônio Carlos Robert Moraes (1999), Alexandrina Luz Conceição (2004), Francisco de Oliveira (2001), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004, 2006), dentre outros.

Sem a leitura destes autores, seria impossível, enquanto pesquisador, desvelar as contradições presentes na realidade, que apresenta um quadro de destruição da natureza e precarização do trabalho, todos envolvidos na dinâmica de produção de cerâmica vermelha, mas que não são notados pelo arcabouço ideológico que maqueia tais contradições.

Para tanto foi realizada uma análise qualitativa, a partir de informações colhidas por meio de entrevistas abertas junto aos trabalhadores nas indústrias e jazidas de exploração da argila, junto aos donos das indústrias e órgãos governamentais, tais como a ADEMA, a Secretaria de Obras de Campo do Brito, a Sergiptec e o Instituto Euvaldo Lodi. A intenção foi um contato com diferentes atores que estão envolvidos no processo.

Também foram feitas entrevistas fechadas, com aplicação de questionários para os trabalhadores das indústrias e um representante da ADEMA. No total foram aplicados 30 questionários entre os trabalhadores, que em sua maioria foram preenchidos fora da indústria e do horário de trabalho, pois a dinâmica do trabalho diário na indústria de cerâmica vermelha, sujeita à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, não permitiam que o trabalhador parasse alguns minutos para uma conversa, pois se assim o fizesse, teria prejuízos.

Dos três municípios que compõem o APL de cerâmica vermelha no Agreste Central de Sergipe foram visitadas 07 indústrias, são elas: cerâmica Nossa Senhora D'ajuda em Areia Branca, Cerâmica Vitória, Campus, Maria Lima, J.J.G e Maciel em Campo do Brito e cerâmica Mandeme em Itabaiana.

A visita às cerâmicas e aos órgãos governamentais representou uma das tarefas mais desafiadoras, pois conseguir que informações fossem concedidas requereu um trabalho de garimpagem, pela desconfiança dos donos das indústrias e a omissão de servidores de órgãos governamentais em atender um pesquisador, fez confirmar a sociedade de classes em que se está inserido.

A presente dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, analisou-se a categoria fundante do mundo dos homens – o trabalho – enquanto mediador das relações homem/natureza. Inicialmente foi explicado o processo histórico que usurpou os meios de produção do trabalhador, tornando-o

uma mercadoria capaz de gerar valores a quem o aliena. O intuito foi compreender como são construídas as relações de trabalho nas indústrias de Cerâmica Vermelha e o que determina a distância que separa os dominados dos dominadores. Discutiuse ainda as transformações sofridas no mundo do trabalho, aliadas as mudanças ocasionadas pelo sistema capitalista, como crises e alterações na estrutura de modelos produtivos que ocorreram principalmente no último século, apresentado ao final a condição do trabalhador na indústria de cerâmica vermelha.

No segundo capítulo, teceu-se o papel que o Estado tem desempenhado na formação de uma sociedade capitalista. De início, situou-se a atuação do Estado ao longo da história, mostrando que suas variantes se alteram na proporção exigida pela correlação de forças das classes sociais e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Logo após foi trazida a discussão da natureza do Estado capitalista a partir das políticas de desenvolvimento do Estado Brasileiro que fomentam o avanço da indústria, e conseqüentemente colhem como resultados a insustentabilidade de um sistema contraditório que para se desenvolver destrói a natureza.

No terceiro capítulo, buscou-se apresentar um panorama da atividade industrial de cerâmica vermelha trazendo os impactos para o meio ambiente nos municípios de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana, e como o discurso da sustentabilidade tem se aplicado nessa conjuntura.

CAPÍTULO I

1 – Na exploração da força de trabalho, a condição de sustentabilidade do capital

A história da humanidade é marcada pela relação do homem com a natureza, transformando esta nos bens necessários a sua reprodução social. Esta mediação do homem com natureza é realizada através do trabalho. Neste sentido, o trabalho é categoria fundante do mundo dos homens, pois é através dele que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Através dos atos de trabalho o homem estabelece relação entre os homens desenvolvendo a sociabilidade. Como afirma Antunes, embasado na investigação de Lukács, “o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem” (1999.p, 136).

Na sociedade primitiva os limites de dominação da natureza pelo homem estavam materializados em sua força física. Havia uma produção coletiva que satisfazia apenas o essencial à subsistência do homem. E neste sentido o trabalho representava a transformação dos objetos naturais pelo homem em coisas úteis, sendo esta a condição para sua existência. Marx (1996) define esta forma de trabalho como trabalho concreto, onde o intercâmbio entre o homem e a natureza possui um caráter útil, pois produz coisas socialmente úteis e necessárias.

Com a sociedade capitalista, a introdução de novas técnicas na produção de mercadorias e a expropriação dos meios de produção por uma classe dominante, cria-se uma classe desprovida de instrumentos e terras que não consegue mais reproduzir as condições de sua existência, restando-lhes como alternativa vender sua força de trabalho a um capitalista, que a consumirá na produção de mercadorias. Esta nova configuração define a outra forma de trabalho apresentada por Marx, que é o trabalho abstrato, reduzido agora a uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital. O que se observa é a degradação da força humana de trabalho, sendo o trabalhador aos olhos do capitalista, uma mercadoria capaz de gerar valores para o sistema capitalista.

Como afirma Casseti,

o sistema de produção capitalista é caracterizado pela apropriação privada da natureza/meios de produção e por uma relação de trabalho assalariada, estrutura essa que permite a acumulação progressiva da mais-valia e conseqüente antagonismo das classes sociais (1999, p. 34).

Esta realidade apresentada acima mostra duas classes com visíveis diferenças. De um lado os capitalistas, dominadores e detentores dos meios de produção, de outro, a classe que possui apenas sua força de trabalho que é explorada pelo capitalista em troca de um salário, quase sempre, insuficiente para a reprodução e sobrevivência desta classe.

Nas condições dadas, a sociedade tende a naturalizar essa realidade. Uma naturalização que assegura a reprodução da condição imposta pelo sistema, deixando de buscar respostas que tragam novo sentido às suas vidas e possibilitem transformação de sua realidade.

Segundo Moraes (1999, p. 35), só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais, só a inserção no movimento propicia seu entendimento.

A análise através da teoria crítica amplia a visão para a compreensão do porque uma classe nada mais possui se não sua força física, o trabalho em estado potencial, enquanto que todas as condições exteriores necessárias a dar corpo a esta força (matérias-primas e instrumentos indispensáveis ao exercício do trabalho), se encontram do outro lado, isto é, com o capitalista.

O movimento histórico que converteu os produtores em assalariados, segundo Marx (2000), “está escrito nos anais da humanidade com letras indeléveis de sangue e de fogo”. Este movimento aconteceu em todos os países da Europa Ocidental, aonde posteriormente veio também a ser o *locus* do nascimento do capitalismo, mas foi na Inglaterra que ele aconteceu de maneira radical.

Em fins do século XIV, a Inglaterra possuía a maioria de sua população composta de camponeses livres, cultivando suas próprias terras. Existiam os senhores feudais, grandes proprietários, que davam proteção aos servos, que nas

horas de folga prestavam serviços nas terras do senhor feudal. Estes camponeses recebiam também campos para serem cultivados e onde faziam pastar seu gado.

Este panorama apresentado reflete a estrutura do modo feudal de produção. As terras do senhor feudal eram divididas em duas partes: o domínio, área de grande extensão, onde os servos trabalhavam, sendo que uma parcela da produção obtida através de seu trabalho era entregue ao senhor feudal. A outra parte das terras do feudo eram as parcelas, ou pequenas áreas de terra concedidas aos camponeses, mas obrigados a entregar tributos exigidos sobre sua parcela. As horas de trabalho que os servos dispensavam para os senhores feudais podiam chegar a três dias da semana e são conhecidas como “dias de dádiva” ou também corvéia.

Segundo Oliveira (2007), de um ponto de vista geral, originalmente a agricultura sob o feudalismo obedecia a uma lógica interna própria, na qual, portanto, a servidão era traço fundamental da coerção.

A servidão não pode ser comparada à escravidão, pois o servo apresenta inúmeras diferenças em relação ao escravo. De acordo com Chayanov (1981, p. 147),

o escravo trabalha numa produção dominada pela vontade de um estranho; é apenas um instrumento cego e não tem direito a dispor de seu trabalho. Leva-o a trabalhar apenas a ameaça de punição, e satisfazer suas necessidades segundo a vontade de seu proprietário, apenas na medida necessária para manter sua capacidade de trabalho.

O escravo é uma mercadoria apropriada pelo seu proprietário e a qualquer momento pode ser trocada ou vendida. No caso do servo, o senhor feudal não possui este direito. O servo só teria a troca de seu senhor em caso de troca de propriedade entre senhores feudais, permanecendo o servo na propriedade.

Em relação à estrutura política durante o período do feudalismo existia a monarquia feudal, mas esta não mais exercia seu poder soberano sobre todo o reino. A soberania do rei estava dividida entre os senhores feudais, o que caracterizava uma descentralização política. Esta relação de troca de favores era

chamada de vassalagem e suserania, onde neste caso, o rei era o suserano com mais poder, que concedia terras aos seus vassallos (senhores feudais) e recebia em troca fidelidade e trabalho.

Embora os feudos fossem considerados auto-suficientes, alguns produtos, como o sal, necessários em todos os lugares, não era encontrado em todas as áreas, o que permitia certo comércio inter-regional, além das trocas locais estabelecidas entre o camponês e outros integrantes do feudo como o artesão.

Enfim, a estrutura do modo feudal de produção apresentava de modo geral, seu solo semeado de pequenas propriedades rurais, intercaladas por alguns grandes domínios senhoriais.

Até o século XVII, a maior parte dos países da Europa estava inserida em um vasto sistema de comércio que se estendia pelos grandes centros comerciais da Europa e da Ásia. Mas esta atividade se diferenciava do que é o sistema comercial global hoje, movidos pelos imperativos da competição e da acumulação.

Até aquele momento, o princípio do mercado girava em torno de auferir lucro através da venda de produtos. As relações de comércio se resumiam a comprar barato para vender caro em outro lugar.

Embora os camponeses sofressem com a extração de sobre-trabalho na forma de impostos e tivessem que produzir para satisfazer suas próprias necessidades alimentares, assim como outros artigos como os tecidos que necessitavam, eles tinham acesso aos meios de produção, a terra, sem precisar oferecer sua força de trabalho como mercadoria.

As relações comerciais não dependiam diretamente do mercado para condicionar sua reprodução. Essa regra se tornou exceção quando a partir do século XI a Inglaterra começou um longo caminho até o século XVI, no sentido de unificação do seu reino, eliminando a fragmentação feudal do Estado.

Várias questões podem ser citadas para caracterizar o que tornou a Inglaterra o maior Estado da Europa e o maior centro de mercado nacional em desenvolvimento. Destacamos o desenvolvimento de uma rede de estradas e de vias de transportes fluviais e marítimos que contribuiu para a centralização política do Estado Inglês, possibilitando amplas relações comerciais.

Com a base material da economia nacional fundamentada na agricultura, o fato de os grandes senhores de terra concentrarem parcela importante do território inglês, determinou que essa terra fosse utilizada de diferentes maneiras, não mais fazendo-a produtiva por camponeses proprietários, mas por arrendatários, associada logo após pelas políticas de cercamentos.

De acordo com Wood (1998, p.11), “as formas de arrendamento foram múltiplas na Inglaterra, mas um número crescente delas estava sujeita a rendas “econômicas”, isto é, rendas fixadas pelas condições do mercado”. Este sistema significou tornar muitos agricultores dependentes do mercado, no sentido que seu acesso à terra era mediado pelo mercado. Era na verdade um aluguel de terras, bastante competitivo, onde tinha acesso à terra quem tivesse condições de pagar o valor cobrado pelo aluguel.

Este mecanismo estabelecia uma tremenda competição no mercado, exigindo dos arrendatários para se manter na terra, muitas vezes produzir mais barato para vencer a concorrência. Neste mercado, os que prosperavam continuavam a explorar suas propriedades e parcelas de terra, enquanto que os menos competitivos acabavam se tornando expropriados, tornando-se provável mercadoria.

À medida que tais transformações iam moldando o que se tornou a propriedade capitalista, nota-se a degradação da comunidade camponesa que aos poucos foi perdendo direitos considerados costumeiros, como por exemplo, o acesso à terra. Estes direitos estavam representando um obstáculo ao uso produtivo e capitalista da terra.

As grandes transformações na paisagem social da Europa se deram com os cercamentos das propriedades comunitárias. As terras comunitárias eram comuns no feudalismo e os camponeses tinham o direito de utilizá-las para a subsistência. Segundo Oliveira (2007), o cercamento das terras comunitárias na prática significava o processo de sua privatização, de sua transformação em propriedade privada, exclusiva, com a anulação de todos os direitos dos camponeses.

Esta política dos cercamentos produziu tanto econômica quanto socialmente, uma profunda transformação na força de trabalho, conduzindo antigos

homens livres na simples condição de assalariados. Conforme Wood (1998, p. 15), “a primeira grande vaga de cercamentos ocorreu no século XVI, quando grandes senhores de terras procuraram retirar os camponeses das terras que podiam se tornar mais rentáveis se usadas para pasto como exigia a cada vez mais lucrativa criação de carneiros.”

O regime capitalista lança suas bases quando entre o século XV e início do século XVI, além do licenciamento da numerosa criadagem senhorial, dispensando o trabalhador de forma arbitrária e, lançando no mercado de trabalho uma massa de trabalhadores sem lar e sem pão, a expansão das manufaturas de lã em Flandres e, a alta dos preços de lã levou a transformar as terras de cultivo em pastos para a criação de carneiros. Para isso os camponeses tiveram seus bens e suas terras usurpadas e foram expulsos.

De acordo com Marx (2000, p, 46), o sentido dessa usurpação era conquistar a terra para a agricultura capitalista, incorporar o solo ao capital e entregar à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar nem pão.

Estas mudanças castigaram os desprovidos dos meios de produção, reduzidos a miseráveis e vagabundos que foram tratados como criminosos voluntários, supondo que dependia exclusivamente deles continuar trabalhando como se não tivesse sobrevivendo nenhuma mudança em sua condição de existência.

Os vagabundos robustos eram condenados ao látigo e encarcerados. Atados à parte traseira de um carro deviam ser fustigados até que o sangue jorrasse de seu corpo; depois deviam comprometer-se, mediante juramento, a voltar para o lugar de seu nascimento ou para o sítio onde tinham vivido durante os últimos três anos e pôr-se novamente a trabalhar. (MARX, 2000, p. 48.)

Toda esta nova dinâmica de prover as necessidades materiais básicas da sociedade contribuiu para o novo processo de acumulação, expansão e triunfo do capitalismo, ao mesmo tempo em que se formava a miserabilidade de uma massa de expropriados.

Segundo Wood (1998), para o nascimento do capitalismo não bastou uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas.

Como as transformações nas relações de produção foram realizadas no campo, como bem atesta Wood (1998, p.05), “o capitalismo, com todo seu impulso específico de acumular e de buscar o lucro máximo, nasceu não na cidade, mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana”. Temos como resultado desse processo de transição as mudanças que se deram para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

Nesse sentido, pode-se discriminar em algumas regiões da Inglaterra, de acordo com Wood (1998), três situações que envolvem relações de trabalho, que Marx identificou como tríade das relações agrárias na Inglaterra, onde existiam proprietários de terras vivendo da renda da terra capitalista, arrendatários capitalistas vivendo do lucro e trabalhadores assalariados.

Estas diferenciadas relações comprovam a condição para o desenvolvimento do capitalismo totalmente definido e maduro, ao qual conhecemos hoje, marcado principalmente pela exploração do trabalho assalariado², e também da reprodução de relações não capitalistas. De acordo com Oliveira (2007), o desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas de produção.

É neste ambiente de mudanças/transformações qualitativas que se darão as bases para a formação da primeira economia industrializada. Sem desenvolvimento de um setor agrícola capaz de sustentar uma força de trabalho não agrícola, a expropriação de uma massa de trabalhadores camponeses, obrigados agora a vender sua força de trabalho, e servir como mercado consumidor para os bens de

² Segundo Karl Marx (2002), o salário é determinado pela luta árdua entre o capitalista e o trabalhador. O necessário triunfo do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o contrário.

consumo diário, como os alimentos e produtos têxteis, não haveria o que conhecemos hoje em escala mundial, o sistema capitalista.

Portanto, aqui se estabelece a essência que diferencia as sociedades pré-capitalistas das capitalistas: que são as relações de propriedade entre os produtores e apropriadores. Enquanto os apropriadores, através de vários mecanismos de expropriação controlam os meios de produção³, resta aos produtores, como condição para sua reprodução e sobrevivência, a venda de sua força de trabalho em troca de salário.

O trabalhador passa às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria, ficando submetido aos caprichos dos capitalistas e torcendo para encontrar um comprador da sua força de trabalho, condição necessária para criar sua família. Como afirma Marx (2002), o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade.

Esse panorama histórico apresentando a expropriação primária, não pode ser visto apenas como um recorte da história com início, meio e fim, mas como um processo, que diante da necessidade de expansão do sistema capitalista, cria mecanismos para expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital.

Esta lógica não é diferente no estado de Sergipe em que a força de trabalho da indústria de cerâmica vermelha não possui nem a terra como sustentação de vida, mas se encontra “livre”, desprovida dos meios de produção, sujeita ao capital.

Nas palavras de Fontes (2010), as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista.

³ De acordo com Fontes (2010), o conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência.

1.1 Na expansão do capital sua tendência destrutiva: Alienação do trabalho

Em cada momento histórico a sociedade expressa diferentes formas de organização espacial, e na atualidade, o sistema que ora se impõe, aplica sua lógica de dominação perversa, reproduzindo relações desiguais e provocando novas feições ao mundo do trabalho, como o crescimento do setor de serviços, a expansão da flexibilização do trabalho, os processos de automação, o trabalho em tempo parcial, que segundo Foladori (1997) são questionadores evidentes da vigência do trabalho assalariado e do papel da classe operária, como central na explicação marxiana das contradições internas do sistema capitalista com suas tendências de evolução.

Estas novas transformações no mundo do trabalho não deixam de ser novas formas de expropriação, como é afirmado por Fontes:

As expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana. Evidenciam que a própria dinâmica capitalista impõe converter características humanas, sociais ou elementos diversos da natureza em formas externalizadas à existência humana, erigindo-as em barreira ao capital de maneira a elaborar um discurso de urgência, moldar argumentos de persuasão e, finalmente, consolidar apetrechos coercitivos para destruir/expropriar tais características, apropriando-se de novos elementos, seja para monopolizá-los, ou para produzir novas atividades capazes de produzir valor. (2010, p. 59).

A emergência do capitalismo industrial deu impulso à elevada produção de mercadorias como também acirrou a concorrência entre capitalistas, já que aqueles que se apropriam dos instrumentos modernos de produção saem na frente do seus rivais. Mas sobre esse ponto encontra-se uma das contradições do sistema, em que o desenvolvimento das forças produtivas tende a substituir o trabalho vivo, necessário na geração de riqueza, revelando a irracionalidade do sistema do capital e mostrando que desenvolvimento econômico e tecnológico são importantes para o crescimento do sistema capitalista, porém antagônicos entre si.

A elevação da produção gera excedentes de mercadoria e a substituição do trabalho vivo pela via tecnológica gera excedentes de trabalhadores desempregados. Estes, por não serem absorvidos – trabalhadores – estarão submissos às condições impostas pelo capitalista. É por meio desta análise que entendemos como se dá a desvalorização do trabalhador nos vários aspectos de sua vida – renda, seguridade, padrão de vida, etc.

A cada dia que passa, mais e mais trabalhadores encontram-se excluídos do mercado de trabalho, e por não conseguirem vender a si mesmos como força de trabalho, são responsabilizados por sua exclusão por não terem qualificação e experiência, sem esses dois atributos, fica difícil o trabalhador conquistar e/ou continuar empregado, já que a pressão de um exército de reserva força-o a uma submissão passiva, recebendo baixos salários e sujeitando-se a uma elevada carga horária. O geógrafo David Harvey (2011) coloca que para manter um processo de acumulação permanente é necessário reservas suficientes de acesso à força de trabalho. É nesse sentido que a existência de um exército de reserva, acessível, desmobilizado, dócil e qualificado quando preciso é necessário ao sistema capitalista.

Portanto, a condição do trabalhador é sujeitar-se, e o resultado é que o trabalho torna-se alienado, ou seja, externo, oculto, separado da essência dos seres humanos, pois estes não se vêem mais enquanto criadores que exteriorizam sua capacidade inventiva numa obra, mas são forçados a alienar sua força de trabalho a outro que determinará sua vontade. Por isso esse trabalhador das cerâmicas não pode ser comparado aos homens que habitavam as cavernas e se utilizavam de poucos recursos para sua sobrevivência. A diferença está na autonomia e liberdade de realização e domínio sobre os utensílios de trabalho que possuíam, o que não corresponde à realidade dos trabalhadores das cerâmicas, escravos do capital, alienados.

Em Lafargue, Marilena Chauí esclarece,

para que o trabalho se torne alienado, isto é, para que oculte, em vez de revelar, a essência dos seres humanos e para que o trabalhador não se reconheça como produtor de obras, é preciso que a divisão

social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, desconsidere as aptidões e capacidades dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para a sociedade e para si mesmos. (2000, p.34)

Nesse momento, não se discute apenas trabalho, mas se fala em força de trabalho, pois se trata da única propriedade que resta ao trabalhador que irá aliená-la ao vendê-la no mercado por um salário.

Dessa forma, o estranhamento do trabalhador em relação ao objeto por ele produzido se expressa no fato de que,

o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2002, p. 111).

Esse trabalhador não exerce mais sua atividade voluntariamente, mas de maneira forçada, um trabalho que satisfaz uma carência externa, fora dele. Esta situação é devida ao fato de o trabalhador ver o trabalho como algo exterior a ele, onde não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolvendo livremente suas energias físicas e mentais, mas esgotando-as. Por isso o trabalhador só se sente em si, fora do trabalho.

Assim, o homem vê-se na condição mais pura de escravo, só se sentindo livremente ativo nas suas funções animais - comer, beber e procriar – quando muito consegue. Enquanto que nas funções humanas se vê reduzido a animal. Nesta relação, há uma degradação do ser humano, já que este enquanto escravo do objeto necessita receber trabalho como condição que o habilita para existir. Em outras palavras, ele só pode manter-se como sujeito físico na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico. (MARX, 2002).

Este panorama revela o caráter insustentável da vida do trabalhador quando este depende de um sistema econômico dirigido por interesses individuais que está preocupado apenas na produção de objetos que satisfaçam necessidades, em alguns casos, temporárias, de uma classe provida de condições. Mesmo que para isso sujeite “homens” à opressão de viver sem realização, apenas cumprindo um ciclo biológico, viver sem “ser”.

1.2 Transformações no modo de produção com a emergência do Taylorismo/Fordismo

O desenvolvimento de instrumentos de trabalho a partir da Revolução Industrial possibilitou um extraordinário aumento na produção de mercadorias e em menor tempo, mas por outro lado intensificou a exploração do trabalhador, que agora doa maior tempo de sua jornada de trabalho ao capitalista elevando seus lucros, enquanto o trabalhador recebe o mínimo que garanta seu sustento. Neste sentido, a especificidade do capitalismo está em acumular e reproduzir a riqueza social e assegurar os meios para a apropriação privada dessa riqueza.

Marx (2002) em sua análise sobre o processo de alienação traz um questionamento que é fundamental para a compreensão do processo de domínio e martírio por quem passa o trabalhador.

Se o produto do trabalho me é bizarro e se contrapõe a mim, como poder estranho, a quem pertencerá? Se a minha própria atividade não me diz respeito, se é uma atividade alheia, coagida, a quem pertencerá, então? (MARX, 2002, p. 118).

Em sua resposta, o ser estranho, a quem pertence o trabalho e o produto do trabalho só pode ser o próprio homem. Ao longo da história da humanidade, esse “homem” que concentra em suas mãos poder e meios de produção, aliado ao Estado e utilizando a ciência como recurso essencial para o aprimoramento de técnicas que elevem a produção de mercadorias, são os responsáveis por criar à classe trabalhadora miserabilidade.

Foi nesse sentido, de obter maior controle sobre o processo de trabalho e aumentar a produção, que ao final do século XIX, o engenheiro Frederick Taylor (1856-1915) desenvolveu um estudo detalhado do conteúdo do trabalho, publicando em 1911 *“Os princípios da Administração”* onde descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho na busca da melhor maneira e do melhor tempo de realizar as tarefas. A aplicação de seus princípios contribuiu sobremaneira para um acréscimo notável na intensidade do trabalho.

Estes princípios ficaram conhecidos como Taylorismo, e retomando estes, o empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947) estabeleceu algumas mudanças e criou um fluxo linear no processo de montagem em sua empresa de carros, dando cadência ao trabalho coletivo. “Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas”. (ANTUNES, 2005, p.37)

A ideia de Ford foi implantar um sistema de esteiras, dos diversos segmentos do processo de trabalho, assegurando o deslocamento das matérias em transformação e fixando postos de trabalho para a execução das operações, onde ao final o produto estaria completamente montado.

A união das ideias de Taylor e Ford formou o conhecido binômio Taylorismo / Fordismo, expressão dominante do sistema produtivo que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX.

A implantação dessas novas determinações foi aplicada na indústria taylorista e fordista. Como afirma Antunes (2005), esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista. A atividade de trabalho reduziu-se a uma ação mecânica e repetitiva.

De acordo com David Harvey (2009),

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise distingue o Fordismo do Taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa,

um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho. (HARVEY, 2009, p. 121)

Este processo produtivo que surgiu inicialmente na indústria automobilística se expandiu praticamente por todo processo industrial nos principais países capitalistas. Dentre as principais características do fordismo destacam-se a produção em grande escala com a formação de estoques e a intensificação das formas de exploração do trabalho, já que estes estavam submetidos a rígido controle, que combatia o desperdício na produção, reduziam o tempo e aumentavam o ritmo de trabalho.

Mas o modo como esse modelo de produção se estabeleceu apresenta uma longa história por quase meio século. Não podemos considerar apenas as questões corporativas a partir de uma fábrica de automóveis de propriedade de Henry Ford, mas incluem-se nesta questão decisões individuais, institucionais e estatais, que contribuíram na configuração do que ficou conhecido como Fordismo.

Apesar da participação de outros agentes na constituição do modelo fordista, Henry Ford acreditava que a regulamentação da economia estava no poder corporativo, chegando ao ponto de aumentar os salários de seus trabalhadores no começo da Grande Depressão. O geógrafo David Harvey (2009), explica que Ford tinha a expectativa que o aumento dos salários aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios. Mas a ideia de Ford não foi suficiente para trazer o equilíbrio que o mercado necessitava, sendo necessária nesse momento, para salvar o capitalismo, a intervenção do Estado.

O período marcado pelas duas guerras mundiais entre as décadas de 20 e 45 foi de baixa disseminação do fordismo pelo mundo, ficando este modelo concentrado aos países capitalistas centrais. Dentre as razões, a primeira, segundo Harvey (2009), se referia à difícil aceitação de um sistema de produção que se apoiava na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho e atividades rotinizadas, exigindo poucas habilidades manuais, e ainda sem o controle do

processo de produção pelo trabalhador (projeto, ritmo e organização do processo produtivo).

Esta afirmação confirma o porquê nas fábricas de Henry Ford a rotatividade da força de trabalho mostrou-se impressionantemente alta, revelando o descontentamento dos trabalhadores com a rotina pesada de trabalho. Por esse motivo, Ford usava quase que exclusivamente a mão-de-obra imigrante no seu sistema de produção

O segundo fator está relacionado à concepção da forma e do uso dos poderes do Estado, onde este deveria, agora, atuar dando condição para a estabilização do capitalismo, através de uma solução política em que os trabalhadores fossem disciplinados em sistemas de produção novos e eficientes e em que a capacidade excedente fosse absorvida em parte por despesas produtivas e infra-estruturas necessárias para a produção e o consumo.

A fundamentação dessas políticas foi influenciada por John Maynard Keynes, quando em 1929, diante de uma forte crise de superprodução do sistema capitalista, Keynes, se contrapondo aos ideais liberais de Adam Smith⁴ propôs um Estado intervencionista interferindo na economia para promoção do “desenvolvimento” econômico.

Neste período, a atuação do Estado era marcante, intervindo na economia e promovendo uma política de promoção das questões sociais definindo esta fase como *Welfare State* ou Estado de bem-estar social.

Entre outras medidas, os governos deveriam aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia de modo geral, concedendo linhas de crédito a baixo custo e garantindo a realização de investimentos do setor privado, ou seja, o Estado, enquanto tal posiciona-se de maneira que as necessidades coletivas do capital sejam satisfeitas.

⁴ Adam Smith (1793 – 1790) tornou-se um dos principais teóricos do liberalismo econômico. Sua principal teoria baseava-se na ideia de que deveria haver total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. A livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção.

O fordismo se aliou firmemente ao Keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2009, p. 125)

Após um longo período de acumulação de capitais, amplamente marcado nos “trinta anos gloriosos”, como assim ficou conhecido o período pós-45, quando sob o modelo de produção taylorismo/fordismo o sistema alcançou elevadas taxas de crescimento, que, em meados da década de 60 apresentou sinais de esgotamento.

Dentre os principais fatores desse declínio destacamos: a intensificação das lutas sociais dos anos 60 aliada ao aumento do preço da força de trabalho, que contribui para uma redução dos níveis de produtividade do capital; o incentivo ao crescimento a partir do investimento produtivo gerou um déficit fiscal e inflação insuportáveis de o sistema se manter ao longo prazo; a recuperação econômica dos mercados europeu e japonês, aumentando a concorrência e impossibilitando para o mercado norte americano vender seus produtos levou a uma retração do consumo diante da produção em massa de seu mercado; enfim, estes fenômenos contribuíram para a formação de duas tendências históricas inerentes ao sistema do capital: queda das taxas de lucro e de consumo.

O capital não admite nenhuma forma de controle, sejam medidas políticas do Estado, como queria Keynes, ou mecanismos de regulação econômica do mercado, como apontam “as soluções” propostas pelos ideólogos do sistema. (MENEZES, 2007, p.40).

Diante de uma nova crise, foram estabelecidos os meios para transformar os mecanismos de acumulação que estão emperrados por um novo paradigma acumulativo mais dinâmico e lucrativo. É nesse sentido que a dinâmica social do trabalho será alterada, como condição para que aqueles que se apropriam dos meios de produção continuem reproduzindo a lógica do capital que se dá na busca constante por lucros.

Este fenômeno foi marcante em meados de 1970 com a crise estrutural do capital, quando a tendência à inovação tecnológica se ampliou, criando as condições para o aumento da produtividade e para a reestruturação das formas de produção pela máxima exploração da força de trabalho.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda do próprio sistema do capital. (MÉSZÁROS, 1998, p. 01)

Os elementos que compuseram o conjunto de condições para a explosão da crise de 70 não são restritos apenas à crise do petróleo em 1973, mas a vários elementos que tomaram dimensões estruturais como o decréscimo da taxa de lucro pela elevação do preço da força de trabalho, a queda das taxas de consumo pelo alto nível de desemprego, falência do Estado de bem-estar social, privatizações, intensificação do processo de monopolização em escala mundial a partir da fusão de grandes empresas, além de outros fatores, foram responsáveis por determinar novas formas de exploração da força de trabalho.

1.2.1 - Crise estrutural do capital e mudanças em processo: flexibilização do trabalho

O sistema do capital é um sistema acumulativo em expansão e se utiliza de todos os artifícios para derrubar qualquer barreira que impeça sua reprodução. Quando acontece de as taxas de lucro não alcançarem os patamares almejados, isso quer dizer que o sistema está doente, a crise está posta, e para que ele volte a crescer, aplica-se um conjunto de mudanças que se resume em alteração das relações de produção.

Se a lógica do sistema é a busca constante do lucro, este é alcançado pela venda de um produto por um valor maior que o valor necessário a sua produção. Para aumentá-lo é preciso produzir uma mercadoria cada vez mais barata, inclusive pela própria imposição da concorrência no mercado. A diminuição do seu preço no mercado somente se dá quando uma maior quantidade de mercadorias for produzida por uma mesma, ou por uma menor quantidade de trabalho. (MENEZES, 2007, p. 51)

É neste sentido, que as respostas à superação das crises se dão na intensificação do trabalho, na exploração da mais-valia, e aqui está sua face contraditória, pois o sistema não consegue manter crescente o nível de apropriação da mais-valia, e conseqüentemente dos lucros, encontrando na materialização de suas ações seus próprios limites intrínsecos.

Este processo de transformações, a chamada “reestruturação produtiva” apresentou como principais fenômenos: o neoliberalismo, fundamentado nas bases teóricas de Friedrich August Von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman que defenderam o “livre mercado”; a privatização ou mercantilização das funções sociais e produtivas do Estado; desregulamentação trabalhista ocasionando perda dos direitos conquistados e a inserção da lógica tecno-científica na produção.

Segundo Oliveira,

o capital passa a ter controle do processo de trabalho pelo uso da máquina, o que permite introduzir empregados não muito qualificados e desprovidos de força muscular, como mulheres e crianças, criando ao mesmo tempo um excedente de trabalhadores (2007, p. 49).

A máquina no processo de produção contribuiu dispensando a força humana de trabalho e como consequência positiva para o capital, gerou um exército de pobres desempregados, constituindo uma força adicional de mão-de-obra que desestabiliza formas de organização dos trabalhadores no sentido de reivindicação de direitos, já que este exército de reserva contribui para que os trabalhadores empregados se submetam a baixos salários e não lutem por melhores condições em razão de perderem o emprego.

Essas novas mudanças no mundo do trabalho a partir da inserção de tecnologias na reestruturação da produção têm excluído o uso da força de trabalho em substituição crescente pelas tecnologias. Devido a essas transformações, muitos estudiosos como André Gorz, Maurício Lazzarato; Antônio Negri e J. Habermas, defenderam a tese central de que o trabalho perde seu caráter fundante na relação

com o capital, ou seja, o trabalho deixa de ser a condição fundamental da produção da riqueza.

Enganam-se esses autores, pois o desenvolvimento das forças produtivas pela incorporação da ciência e da tecnologia na produção provocaria não a perda da centralidade do trabalho, mas uma redução do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de valores. O que pressupõe a permanência do trabalho vivo, apresentando agora um maior grau de exploração.

Como afirma Vasopollo,

nesses últimos anos, o trabalho precário não é mais uma figura marginal, de “Suporte” à produção, mas tem adquirido um peso cada vez maior nos processos produtivos, tornando-se um componente consistente no mundo do trabalho. (2007, p.16)

Essa nova configuração do mundo do trabalho conhecida como trabalho flexível, embasada no modelo de organização de trabalho da Toyota⁵, representa a nova organização capitalista do trabalho, que se caracteriza cada vez mais pela precariedade, pela flexibilidade e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os trabalhadores. Estas transformações implementadas pelo capital visam reverter a queda da taxa de lucros e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Essa é uma das discussões trazidas por Netto (2010), ao afirmar que a retórica do pleno emprego dos anos dourados foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de formas precárias de emprego, sem quaisquer garantias sociais.

O trabalho não acabou, mas está se modificando no interior das novas regras da sociedade da era pós-fordista. O capital necessita, hoje, cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizados, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo.

Eis a configuração atual do trabalho:

⁵ O toyotismo surgiu num contexto de crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, trazendo uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho. Originário no Japão, de dentro das fábricas de automóveis da Toyota, ganhou terreno e estendeu-se pelo mundo, como expressão do novo projeto global de dominação pelo capital.

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto incorporado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em um tempo cada vez mais reduzido. (ANTUNES, 2005, p.35)

Segundo Antunes (1999), as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação do capital e ao projeto global de dominação.

Em sua análise do trabalho precário e atípico, Vassapolo (2006) alinha uma série de elementos na tentativa de caracterizar aquilo que vem sendo denominado de trabalho flexível. Para este autor, a flexibilização do trabalho consiste na:

- liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc);
- liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASSAPOLO, 2006, p. 45-46).

Estas novas formas de expressão da exploração do trabalho revelam o que é capaz o sistema para manter as bases de acumulação e sanar riscos a sua

hegemonia, mesmo que para isso imprimam à realidade do trabalhador condições desumanas de sobrevivência.

Dentre as transformações no processo produtivo a partir do modelo flexível destaca-se também a “qualidade total,” tão difundida no meio empresarial, que acaba revelando em sua essência uma falácia, pois quanto mais qualidade total, menor o tempo de duração do produto. Reduzir o tempo de vida útil dos produtos é condição imperiosa para o sistema do capital, pois aumenta a velocidade do ciclo produtivo e desse modo amplia a velocidade da produção de valores de troca.

A “qualidade total” apresenta como resultados o desperdício e a destrutividade, apresentando sua face real como destrutiva, pois nega a durabilidade das mercadorias. Nesse processo, se dá também a negação do trabalhador, já que o lucro alcançado pela venda dessas mercadorias não pode ser reembolsado pelos reais produtores, os trabalhadores.

Em função da nova conjuntura de um Estado neoliberal, abrindo espaço para o livre mercado, a tendência destrutiva da “qualidade total” foi incentivada e ampliada em face de as empresas, ditadas pela intensiva concorrência entre elas necessitarem reduzir o tempo entre produção e consumo.

Portanto, todo este processo objetivo de reordenamento das relações de trabalho e do papel do Estado atinge diretamente o trabalhador, tanto em sua relação direta de produtor de riqueza, quanto em sua possibilidade de reprodução de sua força de trabalho, o que repercute diretamente em sua visão de mundo e possibilidade de agir diante da complexidade das relações sociais em que está mergulhado.

Neste sentido, a relação-capital está fundamentada por excelência sob uma expropriação originária dos trabalhadores, embora não se limitando a este processo, pois exige a conservação e reprodução sempre crescente de uma população dependente do mercado, seja para a venda da força de trabalho, ou para integrar-se ao mercado para assim subsistir.

Na nova ordem de relações econômicas, os efeitos destrutivos do capital se refletirão na classe responsável por produzir riqueza – trabalhadores assalariados que desprovidos dos instrumentos de trabalho se encontram em condições

precarizadas. Para efeito de análise, esta condição de precarização crítica da classe dos trabalhadores, é essencial para a existência do capital e sua reprodução, para torná-los reféns do mercado. Eis a realidade dos trabalhadores da indústria ceramista no agreste sergipano.

1.3 O Trabalho na Atividade Industrial de Cerâmica Vermelha no Agreste sergipano

O avanço da indústria de cerâmica vermelha no Agreste sergipano está inserido na lógica de crescimento da construção civil, que impulsiona a produção de cerâmicas aliado à presença na região de uma das condições de sustentabilidade do capital: força de trabalho a ser explorada.

O desenvolvimento da atividade ceramista é considerado de elevado esforço físico. As indústrias empregam uma média de trinta a quarenta trabalhadores, que distribuídos em funções diferenciadas são obrigados pelo proprietário a alcançarem uma meta de produção que pode chegar a cem mil blocos por dia. Nesta atividade, o trabalhador é apenas uma mercadoria que luta para se manter no emprego em troca de salário.

Na atualidade, a produção de cerâmicas não revela em suas características de produção a forma como essa atividade se reproduzia em séculos passados, quando os trabalhadores tinham inteiro domínio sobre o objeto, meio e produto do trabalho. Em essência, o trabalhador, ainda não tornado mercadoria para um capitalista, imprimia sua ação, impulsionando, regulando e controlando seu intercâmbio material com a natureza.

Nesta relação punham em movimento as forças naturais e membros de seu corpo (pernas, braços, cabeça e mãos), fazendo com que seus sentidos se desenvolvessem no contato direto com o objeto em transformação – a argila. Esta era uma ação consciente, já que ele figurava em sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade.

No livro “A Caverna” (2000), do romancista, dramaturgo e poeta português José Saramago, é mostrado o drama de um oleiro, Cipriano Algor, que já em idade de sessenta e quatro anos vê sua atividade de produzir utensílios de barro ser desprezada e substituída pela atividade industrial, restando a este a possibilidade de se render ao mercado como força de trabalho.

Ao longo da construção da história depara-se com descrições ricas que mostram em detalhes o que significa o trabalhador ser dono dos seus meios de produção e ao mesmo tempo o sentimento de repugnação quando a este lhe é negado o direito de colocar em circulação como condição de sua subsistência seus produtos.

Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento. (SARAMAGO, 2000, p.23)

No processo de trabalho demonstrado, a atividade é dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, fazendo desta mediação um contato íntimo com os elementos da natureza e tornando sustentável esta atividade.

Ao ensinar à filha o processo de criação de seus objetos, o personagem central, Cipriano Algor, descreve como sua esposa, já falecida, manejava seu objeto de trabalho, a argila.

Repara bem, é como quando a tua mãe amassa o pão. Fazia rolar o bloco de argila para frente e para trás, comprimia-o e alongava-o com a parte posterior da palma das mãos, batia-o com força sobre a mesa, calcava, apertava, voltava ao princípio, repetia toda a operação, uma vez, outra vez, outra ainda. Por que é que faz isso, pergunta-lhe a filha, para não deixar ficar dentro do barro grumos e bolhas de ar, seria mau para o trabalho. (SARAMAGO, 2000, p.32)

Agora, desprovido dos meios de produção, este apenas obedece e cumpre o desejo de seu patrão. Conforme Antunes (2004, p.181), “o seu trabalho não é,

portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer carências fora dele”.

É assim a realidade dos trabalhadores nas indústrias de cerâmicas vermelhas. A produção de cerâmicas vermelhas é determinada pelo patrão. Esses produtos são destinados ao mercado e para adquirirem tais produtos terão que pagar o preço que qualquer consumidor pagará para adquiri-lo, ou seja, contribuirão na geração de lucro para o capitalista duas vezes: a primeira, na produção do produto, pois não recebem pelo total de horas trabalhadas, e a segunda, na compra do produto, onde pressupõe-se que está incluído o valor da força de trabalho para elaboração do produto, mas que na verdade não foi pago, e agora o próprio trabalhador terá que pagar.

Nas indústrias ceramistas, o trabalhador não demonstra satisfação na atividade que desenvolve. Em pesquisa de campo ao serem perguntados se gostavam do trabalho que executavam, davam uma resposta um tanto irônica: “se não gostar, não faz”, dando a entender que aquele trabalho era condição para a sobrevivência da família.

Nesse mesmo sentido, o trabalhador enquanto uma mercadoria terá que torcer para ser comprado e garantir sua reprodução. Em alguns casos, por não aceitarem as condições de trabalho, alguns trabalhadores pedem demissão do emprego, mas depois de algum tempo, por não encontrarem outro trabalho, retornam à indústria e se submetem a condições às vezes piores das quais se encontravam antes no emprego.

E aqui cabe a questão da “subsunção” real do trabalho ao capital. Como explica Fontes (2010, p. 43), a subsunção real ocorre quando as múltiplas atividades de trabalho, em toda a sua extrema variedade concreta, passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista: em primeiro lugar, pela aparente naturalidade que reveste a necessidade dos trabalhadores de venderem sua força de trabalho no mercado, uma vez que dependem integralmente do acesso ao mercado para sua existência, e em segundo lugar, pelo fato de que passa a ser o capital que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para satisfação das necessidades sociais e sim de uma economia.

De maneira resumida subsunção significa subordinar a atividade mais propriamente humana – o trabalho – independente da forma que se apresente, alterando os mais variados aspectos, a maneira de seu exercício, suas características, em prol da acumulação ampliada do capital⁶.

Na cerâmica Nossa Senhora D’ajuda no povoado Chico Gomes em Areia Branca, entrevistando o trabalhador, que oficialmente desempenha a função de queimador (Figura 02), alimentando o forno com madeira durante o turno da noite, ele expôs que por mais que os trabalhadores tivessem suas carteiras assinadas não desempenhavam apenas uma função, mas eram deslocados para qualquer atividade que fosse necessário dentro da indústria.

De acordo com um dos trabalhadores da fábrica, seu trabalho é realizado no período da noite e seu salário corresponde a R\$ 800,00 por mês, porém, ele realiza também um trabalho extra, o de vigia da fábrica, contudo por este ele não recebe, trabalhando assim em dois serviços e recebendo apenas por um.

FIGURA 02



Forneiro. Povoado Chico Gomes – Areia Branca.

Fonte: Trabalho de Campo. Dezembro de 2012.

⁶ A produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. (FONTES, 2010, p. 43). Esta condição de liberdade está mais para o capitalista, pois este é livre para empregar o trabalho e o trabalhador vê-se obrigado a vendê-lo.

Essa condição de subsunção real do trabalho é vista quando no sistema capitalista, para ampliar a produção de capital, o capitalista faz uso da força de trabalho produzindo a mais-valia, que é o valor não pago ao trabalhador pelo capitalista pelo total de horas trabalhadas. Analisando por outro ângulo, a jornada de trabalho está dividida em duas partes: trabalho necessário, aquele que o trabalhador recebe em troca um salário como condição para sua sobrevivência e, trabalho excedente, que são as horas trabalhadas e não pagas que possibilitará ampliação dos lucros do capitalista. Como afirma Busnelo,

quanto maior for a parte dos salários reais pagos, tanto menor será, forçosamente, a parte da mais-valia. Quanto mais os capitalistas procurarem fazer aumentar a parte atribuída à mais-valia, mais são obrigados a reduzir a parte atribuída aos salários. (2005, p.44)

É nesse sentido que a mais-valia se diferencia em mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Segundo Marx (2011), a mais-valia absoluta constitui o fundamento do sistema capitalista e se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho. Enquanto a mais-valia relativa, com a finalidade de prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo a partir de processos técnicos o equivalente ao salário. Portanto, a jornada de trabalho é composta pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e pela duração do trabalho excedente. Nota-se também que o trabalho necessário e o trabalho excedente estão ligados de tal forma, que aos olhos do trabalhador não existe essa diferença. É como se todo o tempo de trabalho dedicado pelo trabalhador na elaboração de um produto fosse considerado uma troca justa e honesta.

A jornada de trabalho nas indústrias de cerâmica vermelha no agreste sergipano possui uma média de nove horas diárias de trabalho, sendo que no período da manhã trabalham das 07h00min às 12h00min, com um intervalo de 15 minutos e 1h para almoço retornando as 13h00min e seguindo até as 17h00min, também com um intervalo de 15 minutos.

De acordo com a legislação de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto – Lei Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, na parte que se refere ao quadro de horário diz que o horário de trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível.

Essa não é uma realidade vista em todas as indústrias visitadas. Os trabalhadores, diante da necessidade de melhorar a renda, não possuem horário específico de trabalho, chegando a alguns casos a entrar de madrugada, ou não ter hora certa para sair, adentrando pela noite.

Esta dinâmica nas indústrias de Cerâmica vermelha está relacionada ao pagamento por produção dado ao trabalhador. Essa forma de pagamento e contratação da força de trabalho se insere em uma lógica perversa, pois falseia o sentido do trabalho, na medida em que retira da organização do trabalho em classe a possibilidade de lutar por reivindicações e ainda é usada pelos donos da indústria para não assumirem a responsabilidade dos seus direitos.

Essa situação pôde ser observada na Cerâmica Nossa Senhora D'ajuda em Areia Branca, quando o entrevistado, na função de queimador, explicou que a todo momento os patrões estão empreitando determinados serviços com pagamento por produção determinada por ele.

Dentro dos fornos onde os blocos são queimados existe uma divisão em linhas onde são armazenados em cada linha 2.500 blocos. Após a queima dessas cerâmicas, com o forno apresentando ainda uma temperatura extremamente elevada, os trabalhadores retiram esses blocos e transportam para a área onde serão colocados em caminhões. Para a retirada desses 2.500 blocos é feito um pagamento de R\$ 14,00 que será dividido entre quatro trabalhadores, dando para cada um R\$ 3,50.

Os trabalhadores envolvidos nessa produção estão fora do seu expediente normal de trabalho, ou seja, são horas a mais trabalhadas no sentido de acrescentar ao salário algum valor. Fica claro que a condição para ganhar mais depende muito de sua força física para suportar a execução das atividades dentro de uma elevada carga horária.

Ao serem perguntados, sobre o que mudou nos últimos anos dentro da indústria ceramista, trabalhadores e proprietários foram enfáticos em dizer que a grande transformação foi a mudança na estrutura de produção com a presença da máquina. Agora os trabalhadores estão sendo forçados a se equipararem às máquinas para garantirem seus salários, ou seja, maior intensidade do trabalho exigindo mais esforço e trazendo aos seus patrões maior produtividade, conseqüentemente, maiores lucros.

A rotina desses trabalhadores se resume ao transporte da cerâmica de um lugar para o outro, ou seja, todo o processo de elaboração do produto é realizado pela máquina (Figura 03), entregando em uma esteira o produto ao trabalhador, que transporta para um galpão onde a cerâmica passará um período de secagem para depois ser mais uma vez transportada aos fornos e após a queima transportada para a área em que são colocadas nos caminhões.

FIGURA 03



Máquina Extrusora. **Cerâmica J.J.G. Campo do Brito.**

Fonte: Trabalho de Campo, nov. 2012.

Dentro desse modelo, o capitalista não enxerga necessidades básicas do trabalhador, como descansar, dormir e alimentar-se, e essas questões envolve um dos limites da jornada de trabalho que é o limite físico.

O trabalhador precisa de tempo para satisfazer outras necessidades fora do trabalho, como condição até para estar disposto e com energia para uma nova jornada de trabalho que se iniciará no outro dia. Mas como o capitalista sabe que a força de trabalho é uma mercadoria responsável por criar valor maior que seu custo, ele não quer perder um minuto sequer, sem que possa tirar do tempo do trabalhador que estaria livre.

Na cerâmica Vitória, localizada na cidade de Campo do Brito, o proprietário, explicou que a máquina está programada para parar apenas 15 minutos para o lanche no período da manhã e da tarde, ou seja, se o trabalhador quer ficar retirando as cerâmicas da esteira necessitar sair seja por qualquer necessidade, isso só será possível se esse trabalhador for substituído. Pelas palavras do proprietário: “o trabalhador toda hora inventa uma desculpa para sair, é uma dor de barriga, toda hora quer tomar água, e isso atrapalha a produção”.

Parece extremamente perverso dar um intervalo de apenas 15 minutos, mas o pior é que alguns trabalhadores preferem não usufruir desse pouco tempo diante de uma rotina tão puxada de trabalho. Como estão em uma relação de trabalho na qual também ganham por produção, acabam intensificando ainda mais sua rotina de trabalho para acrescentar algo mais ao salário.

O controle sobre o trabalhador é intenso, pois a indústria é equipada com câmeras em todos os setores da produção, e do escritório da empresa o patrão acompanha cada passo dado pelos trabalhadores. Ele mantém fixa na tela justamente a câmera que mostra a cerâmica saindo da máquina e chegando à esteira, onde dois trabalhadores em um movimento repetitivo retiram entre dois e três blocos em cada mão e colocam em uma pequena carroça que será puxada por dois trabalhadores ou no caso de algumas cerâmicas por pequenos tratores até o galpão de secagem da cerâmica.

As pequenas carroças carregadas (Figura 04) com blocos ainda úmidos apresentam um peso ainda maior, sendo quase impossível a um homem puxá-la.

Essa é a rotina de trabalhadores em muitas indústrias do agreste sergipano, imprimem considerável força, como burros de carga, para empurrar as carroças até área de secagem onde descarregarão e voltarão rapidamente por que a máquina não para de “cuspir” blocos.

FIGURA 04



Carroças para transporte. Cerâmica Vitória. Campo do Brito.

Fonte: Trabalho de Campo, dez. 2012.

A implementação de pequenos tratores (Figura 05) é recente. De acordo com as entrevistas realizadas até o final de 2011, não existia esses tratores. As pequenas carroças eram empurradas por dois trabalhadores, que literalmente corriam para transportar as cerâmicas ao galpão de secagem e voltar. Com a compra de três tratores, seis trabalhadores foram demitidos.

FIGURA 05



Trator puxador das Carroças. Cerâmica Vitória. Campo do Brito.

Fonte: Trabalho de Campo. Dez. 2012.

Nas palavras de um proprietário,

- foi a melhor coisa que fiz. A máquina não vai ao banheiro, não tira férias, não vive reclamando e não assina carteira.

Nessa mesma indústria foi implantado o sistema de ponto eletrônico, que fiscaliza a entrada e saída dos trabalhadores, ampliando o controle sobre os trabalhadores, sem falar que para que o sistema do ponto eletrônico fosse eficaz foi contratado um vigilante que controla no portão da indústria a entrada e saída de pessoas.

Como o intervalo de almoço é de apenas uma hora e a cerâmica fica um pouco afastada da cidade, quase que todos os trabalhadores possuem uma moto como condição de facilitar o trajeto de maneira mais rápida. Foi nesse sentido que o proprietário de uma cerâmica encontrou como solução para os atrasos na volta do almoço a implantação do ponto eletrônico.

São vários mecanismos criados pelos proprietários dos meios de produção para roubar o tempo do trabalhador. Se fossem computados em um ano os minutos dos horários de almoço, de entrada e saída do trabalho, ficaria claro um bom quantitativo de horas roubadas do trabalhador, e que nunca serão compensadas. Como afirma Marx (2011, p. 272),

Na história da produção capitalista, o embate entre a classe capitalista e a classe trabalhadora em torno da jornada de trabalho é uma questão marcante. O trabalhador luta para limitar a jornada de trabalho, enquanto o capitalista, como comprador, procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho.

Essa condição para a classe trabalhadora pode ser definida como friamente calculada pelo sistema capitalista, por que sua principal intenção é extrair mais-valia, não importando as condições desse trabalho, que podem ser desumanas.

Uma prova visível é que os fabricantes, na ânsia constante de auferir lucro, intensificam a carga de trabalho na expectativa de aumentar a produtividade e não serem descobertos pelos órgãos de fiscalização do Estado, e se o forem, consideram que, mesmo com as multas e os custos judiciais, terão um saldo positivo com a exploração anterior do trabalho.

Em “O capital”, Marx mostra dentro do contexto da Inglaterra no século XIX, a situação de crianças em uma triste rotina de trabalho com uma elevada carga horária nas indústrias de cerâmica. Em depoimentos tirados de relatórios médicos da década de 1860, é revelado que os trabalhadores de cerâmica, homens e mulheres, representam uma população física e moralmente degenerada. Em função da elevada exploração a que são submetidos, são em regra franzinos, de má construção física, e frequentemente tem o tórax deformado.

Estes meios de exploração do trabalho são uma prova do quanto o trabalho, nesses moldes, assim como a natureza, é uma fonte para auferir riqueza e contribuir para a reprodução do sistema capitalista.

Ao visitar as indústrias, entrevistando proprietários e trabalhadores, todos eram bem firmes ao afirmarem que todos os trabalhadores estavam de acordo com a legislação trabalhista e que não era permitido na indústria o trabalho de menores.

Mas ao começar a visitar algumas indústrias aos domingos e feriados, dias que dificilmente um órgão de fiscalização do estado desempenha suas funções, período também em que a indústria praticamente para, foram encontrados adolescentes que segundo eles, eram contratados para realizar por produção determinadas atividades dentro da indústria. Uma dessas atividades é o transporte do bloco de uma área para outra dentro da indústria. Os blocos são arrumados em filas compostas de 1.200 a 1.500 blocos, chamadas de “carreirão” (Figura 06). Para cada carreirão formado o trabalhador recebe dois reais, o que segundo alguns trabalhadores é possível em uma hora fazer cinco carreirões. E esse trabalho sendo realizado por menores é a maximização dos lucros para o patrão, já que este não possui compromisso empregatício nenhum com estes menores.

FIGURA 06



Carreirões. Chico Gomes. Areia Branca.

Fonte: Jonas. Trabalho de Campo. Dezembro de 2012.

É interessante notar que a exploração desmedida da força de trabalho gera a sua degeneração, encurtando o tempo de vida do trabalhador, mas ao capital essa questão é totalmente desconsiderada, pois o seu interesse é colocar o máximo de força de trabalho em atividade.

Entender o trabalho enquanto uma das dimensões da vida humana que revela a sua humanidade através da satisfação das necessidades básicas através do trabalho concreto, produtor de coisas úteis, parece coisa do passado. Porque a classe de trabalhadores, destituída dos meios de produção, não expressa na criação de seus produtos o que está em sua capacidade inventiva e criadora. Já que o processo histórico de construção do sistema capitalista, em sua busca pela criação e aperfeiçoamento de técnicas visando aumentar a produtividade teve no seu inverso a desumanização do trabalhador que não possui domínio sobre a produção, mas a realiza de maneira forçada.

CAPÍTULO II

2 - O Estado e sua atuação dissimulada

No sistema capitalista, as contradições do sistema sociometabólico do capital são evidentes e algumas não podem ser superadas. É o caso da relação trabalho e capital. No sentido de corrigir parcialmente tais defeitos, o Estado constitui-se em objeto de mediação, de conformação e absorção do conflito estrutural entre capital e trabalho.

Para tanto, ter uma definição do que se entende por Estado é fundamental para compreender como este se define na realidade na medida em que se questiona qual o papel que este tem desempenhado hoje na formação de uma sociedade capitalista. Por isso, faz-se necessário na aplicação desta pesquisa inserir o Estado como um dos protagonistas que tem papel fundamental nas transformações pelas quais passam o espaço geográfico.

Imaginar o nascimento e desenvolvimento do capitalismo sem a atuação das estruturas estatais é muito difícil, pois o Estado prepara o terreno para que as relações sociais capitalistas se reproduzam.

O Estado não é objeto de análises ou teve sua origem na era moderna, mas desde a Antiguidade clássica exercia na manutenção das relações instáveis papel essencial.

Em razão das transformações ocorridas na organização produtiva feudal, com seus sinais de esgotamento e destruição, o Estado, que apresentava nesse período papel figurativo passa a exercer novas funções que vão dar bases explicativas para o papel do Estado na sociedade capitalista.

Assim, as concepções de Estado no pensamento moderno têm sua origem nas teorias contratualistas do “direito natural”. Os contratualistas estavam comprometidos com o estabelecimento de um ordenamento social que garantisse direitos à burguesia. Segundo Montaño (2011, p.22), “essas teorias moldam as doutrinas políticas de tendência individualista e liberal, que afirmam a necessidade de o Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos, o que reduz o

exercício do poder estatal a uma função derivada dos direitos individuais”. A ordem política é concebida com a finalidade de coibir qualquer violação desses direitos.

Com o propósito de mediar diferentes interesses de classe, devido ao surgimento da propriedade privada, o Estado emerge como instituição cuja estrutura é forte o suficiente para garantir os interesses da classe dominante.

O Estado, revelando o seu caráter de dominação em uma sociedade de classes não pode ser entendido como agente neutro, mas como conservador de uma estrutura que garante a dominação de uma classe sobre outra e caracteriza o sistema econômico que tem imperado no mundo – o sistema capitalista.

A história do mundo é marcada por conflitos de princípios ou concepções aparentemente opostas como, por exemplo, economia e política, dinheiro e poder, capitalismo e socialismo, divide opiniões, forma partidos e faz deste planeta um palco de guerras e transformações que caracterizam o homem como um ser histórico e responsável pela dinâmica que ora se apresenta.

Ocorre que essa conclusão não é suficiente para compreender que o sistema capitalista embora não apresente atualmente seu polo oposto em virtude do colapso do modelo soviético, possui dentro dele mesmo, polos opostos de um mesmo campo histórico, que não importando o quanto sejam conflitantes, como capital X trabalho, eles não poderão, por sua natureza, existir exclusivamente para si enquanto existir o campo histórico, que os constitui na sua oposição.

Segundo Kurz (1997, p. 93),

Esse “campo”, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economicização abstrata do mundo.

A acumulação é o motor que faz girar as turbinas desse sistema dinâmico e expansível, capaz de criar uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo. Mas nesse processo, o progresso da acumulação encontra barreiras que acabam precipitando as crises. Marx afirma

que o capitalismo tende ativamente a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento.

Os antagonismos do sistema capitalista são apresentados por István Mészáros (2002) como os defeitos estruturais do sistema, que embora demonstrem o caráter autodestrutivo do capital, também revelam sua face incontrolável que ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara.

Neste contexto de apresentação simplificada do sistema capitalista, apreende-se que existem agentes fundamentais para o seu funcionamento, e para esta pesquisa o agente central é o Estado, que esteve sempre presente, sendo apenas suas formas e modos de funcionamento que mudaram à medida que o capitalismo amadurecia como bem afirma LIMA (2010, p.84), “a atuação do Estado não se apresenta de modo uniforme ao longo da história. Suas variantes se alterarão na proporção exigida pela correlação de forças das classes sociais e o desenvolvimento das forças produtivas”.

O avanço da economia de mercado pelo mundo, influenciando sobremaneira no modo de vida universal, tem mostrado que tanto mais a economia de mercado se expande, tanto mais a atividade do Estado precisa ser expandida. O Estado surge da contradição entre os interesses do indivíduo e os da comunidade, sendo o mediador dos conflitos e intervindo em favor de uma classe dominante.

Dentre as funções econômicas do Estado moderno, Robert Kurz (1997, p. 96) apresenta cinco níveis ou setores da atividade do Estado, todos eles resultantes do próprio processo de economia de mercado. O primeiro nível é o jurídico, onde todos os homens, sem exceção, precisam agir cada vez mais como sujeitos modernos do Direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria. Por isso o Estado se transforma na máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares.

O segundo nível da atividade crescente do Estado são os problemas sociais e ecológicos, resultante das transformações dos sistemas sociais locais, pessoais e familiares que passaram a ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais

nacionais, impessoais, públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro, e tão somente o Estado pôde assumir essa tarefa, já que o mercado não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana. Uma prova é a modernização, enquanto processo de transformação permanente, que sempre sacode toda a estrutura de reprodução destruindo setores e traz o problema, por exemplo, do desemprego em massa. Por isso que o problema social do desemprego pode ser mais ou menos regulado, somente através das intervenções do Estado.

O terceiro nível são os agregados infra-estruturais, como a construção de rodovias e o abastecimento energético que se desenvolveram com a crescente industrialização e a cientifização da produção como necessidades práticas de uma produção total de mercadorias. Essa infra-estrutura é essencial, pré-requisito necessário para a produção e troca capitalista, principalmente porque nenhum capitalista individual acharia possível prover essa estrutura com lucro.

O quarto nível é o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias, ou seja, operador da produção para o mercado. O Estado como empresário aparece, sobretudo, nas sociedades de modernização tardia, e segundo Kurz (1997), isso não é um acaso, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada do “trabalho abstrato”, a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos.

O quinto e último nível da economia estatal são as políticas de subsídios e o protecionismo.

Mesmo que o Estado não aparece diretamente como empresário, ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulamentação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência das empresas privadas através de subsídios. (KURZ, 1997, p. 101)

Sob um amplo olhar, nota-se o quanto o Estado e o desenvolvimento do sistema capitalista estão intimamente ligados. O Estado se apresenta como o que parece deter a chave do desenvolvimento econômico, da segurança social e da

liberdade individual, intervindo e ampliando as possibilidades de expansão do capital em todas as suas relações.

Embora o Estado apresente esse caráter de detentor de soluções ou de domínio sobre o sistema, e tenha no controle de suas ações homens defendendo interesses particulares, o capital não é um mecanismo racionalmente controlável, e, portanto, o Estado, por maiores que sejam seus mecanismos de controle, para o sistema do capital é absolutamente insignificante.

De acordo com Mészáros (2002, p. 96),

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva ou perecer, caso não consiga se adaptar.

Todas as estruturas que envolvem a saúde, educação, trabalho, arte, agricultura e comércio são submetidas ao sistema do capital globalmente dominante, e a formação do Estado é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente esse sistema.

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Isso significa que o Estado serve como anteparo das pressões exercidas pelas classes sociais subordinadas no interior da sociedade produtora de valor, ao tempo que lança mão da prerrogativa que lhe cabe, intervindo na economia, a fim de promover os meios para uma acumulação sempre crescente do capital. (LIMA, 2010, p.86)

No capítulo que discute a teoria marxista do Estado, em seu livro *A produção capitalista do espaço* (2006), David Harvey também traz esta fundamentação que o Estado atua para preencher determinadas funções básicas para que o capitalismo se reproduza como sistema contínuo.

A atuação do Estado se dá através da coerção e consenso. A coerção é estabelecida quando os interesses da classe dominante estão em jogo. Esta coerção se sustenta na necessidade de zelar pela moral, ou melhor, pela propriedade. O consenso se materializará na adoção da democracia representativa como sistema que irá conferir legitimidade social ao Estado, já que este permite a incorporação de direitos sociais e políticos de cidadania. Esta ação é tratada como um direito ou patrimônio imaculado de um povo, o que acaba contribuindo para naturalizar o direito à propriedade e a necessidade de vigência ou imprescindibilidade do Estado.

De acordo com Harvey,

Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. (2006, p. 86)

Portanto, uma das contradições do sistema capitalista, que fundamentado em uma economia capitalista inclui em seu arcabouço liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo em que incorpora a liberdade para explorar, e para obter lucro à custa do Estado, tendo como centralidade o monopólio dos meios de produção.

A atuação do Estado, transmitindo a ideia que é responsável pelas transformações sociais a partir das políticas de desenvolvimento, traz à classe oprimida a esperança que através do crescimento econômico sua condição social elevar-se-á. Não é percebido que por trás da máscara da promoção do progresso está o indutor da acumulação do sistema capitalista. Isso por que, como afirma Engels (2009),

Como a base da civilização é a exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada

benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; qualquer nova libertação de uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. (2009, p. 218).

O discurso é que o que é bom para a classe dominante, deve ser bom para toda a sociedade, sendo que na prática nota-se o ocultamento dos males que o “progresso” traz consigo com o manto da caridade, declarando que tal exploração a classe oprimida é única e exclusivamente no interesse da própria classe explorada.

Eis a preponderância do caráter ideológico para atuação do Estado, ou fundamentação de sua atuação em uma ideologia⁷, sendo esta, instrumento de dominação, já que o Estado através de ideias com sentido invertido busca legitimar e reproduzir a ordem estabelecida.

Como afirma Bosi (2010, p. 72)

o discurso ideológico seria sempre elaborado na classe chave retórica da persuasão: o ideólogo quer convencer o interlocutor de que seus argumentos foram construídos em nome e por meio da razão universal.

Dentro dessa conjuntura ideológica se deu a formação do estado brasileiro e o desenvolvimento de sua estrutura, sendo este o agente econômico por excelência na medida em que é no âmbito de seu papel dirigente que se conforma uma unidade entre os diferentes interesses, segundo Santos (2012, p. 79), traduzida nos projetos econômicos e sociais propostos como “políticas do Estado” e “para toda nação”.

Entender o desenvolvimento da indústria de cerâmica vermelha no Agreste sergipano na última década do século XXI, deve-se partir da compreensão de como se formou a indústria brasileira e a atuação do Estado nesse processo. Para tanto, a análise se fundamentará em estabelecer uma relação entre as questões econômicas

⁷Trazendo a afirmação de Marilena Chauí (2004, p. 8) sobre ideologia, esta afirma que os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.

e políticas por concordar com Oliveira (2008, p.30), quando afirma que o “economicismo” das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia.

2.1 - Na industrialização Brasileira, o Estado provedor das bases de acumulação do capital

A indústria brasileira teve como marca em seu desenvolvimento o Estado como agente promotor das condições essenciais para o estabelecimento desta. Tendo como característica principal da economia brasileira a exportação de gêneros primários de exportação, em especial o café, a alavancada da indústria se dará em um momento de uma crise vivenciada pelo sistema capitalista com proporções mundiais e também por uma deliberada política nacionalista.

O surgimento da indústria não se remete ao início do século XX. De acordo com Prado Júnior (2008), no estabelecimento da colônia é implantada/desenvolvida uma industrialização artesanal que se propagará até a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, quando nesse momento haverá a abertura dos Portos aumentando as trocas comerciais e a permissão para a comercialização de mercadorias estrangeiras, concorrendo com a produção interna e, portanto, aniquilando-as.

As primeiras manufaturas modernas foram têxteis, inicialmente no Nordeste por apresentar em abundância a matéria-prima essencial à indústria têxtil – o algodão. Sendo este um período de baixo crescimento industrial, será durante e no pós-primeira Guerra Mundial que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. (FURTADO, 2007).

Concomitante ao processo de formação da indústria brasileira destaca-se nesse período de final do século XIX e início do século XX, um forte incremento à lavoura do café, tornando o Brasil um dos grandes produtores mundiais de café e outras matérias-primas e gêneros tropicais.

O problema desse crescimento exacerbado são as bases em que se fundamentaram esse crescimento: créditos fornecidos pela finança internacional.

Esta é uma característica que também se perpetua e define o modelo de desenvolvimento da indústria no Brasil até os dias atuais.

Portanto, para o estabelecimento das plantações e custeio da produção, o financiamento era através de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto. Esse sistema de concentração da economia na produção de uns poucos gêneros exportáveis e dependentes das reações do mercado internacional, já que o financiamento era externo, tornava a economia brasileira frágil e vulnerável. Eis a face contraditória: no desejo de ampliação, está o comprometimento da base econômica por que a torna mais dependente.

Agora não é mais apenas o governo central que recorre ao crédito estrangeiro; os estados, tornados autônomos pela República, dele se utilizam largamente; e as simples municipalidades seguem o exemplo. A dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da Proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões. (FURTADO, 2008, p. 211)

E as crises relacionadas à elevada produtividade são estabelecidas, exigindo do Estado a sua interferência no sentido de trazer o “equilíbrio” entre a lei da oferta e da procura, comprando os excedentes. Em Cano (2002, p.79), é colocado que quanto mais profunda e longa for a crise externa, tanto melhor para essa primeira etapa do processo (industrialização), dado que a soberania nacional poderá ser melhor exercida, haja vista que os imperialismos estarão muito ocupados com suas próprias economias, dando-nos maior grau de liberdade.

Diante da formação de uma economia mundializada, onde a crise em um país central atinge de maneira direta outros países, avaliar que quanto mais profunda a crise externa melhor para a economia nacional é não reconhecer-se como parte/inserido na crise, é defender a retomada de uma demanda interna efetiva de produção, e ao mesmo tempo não perceber que isso se faz mediante investimentos, nesse caso, estará reconhecendo a importância do crédito internacional aprisionando financeiramente os países pobres.

Através dos investimentos com recursos estrangeiros o Estado garante aos grandes produtores continuarem auferindo lucro e produzindo mais, e ao mesmo tempo revela a função do Estado enquanto mediador que atua em favor da classe dominante.

Esta questão pode ser visualizada no convênio de Taubaté que aconteceu em fevereiro de 1906, quando se definem as bases do que se chamaria política de “valorização do produto”, ou seja, o Estado compra os excedentes.

O valor dos estoques acumulados entre 1927-29 alcançou a soma avultada de 1,2 milhões de contos, ou seja, pelos preços de 1950, cerca de 24 bilhões de cruzeiros. Em 1929 o valor dos estoques acumulados sobrepassou dez por cento do produto territorial bruto do ano. (Furtado, 2007, p. 260)

É, pois, sob a ação de fatores contraditórios que evoluirá nossa economia e segundo Santos (2008. p. 23), a atuação do Estado na condução das políticas, quer seja no âmbito social, quer seja no âmbito econômico, subverte a esfera pública aos interesses privados.

Em Faoro (2001), é descrito com riqueza de detalhes o campo de atuação /abrangência de funções que o Estado desenvolve:

A intenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros. (FAORO, 2001, p. 518)

Portanto, a transformação da estrutura produtiva do país está intimamente relacionada à crise de 1929, onde serão implantados projetos de industrialização para substituir importações. A intenção é fortalecer os mercados internos e construir um projeto nacional tendo como palavra-chave em seu discurso, o “desenvolvimento”.

Investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma de expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção, o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. (OLIVEIRA, 2008, p 41)

Para Sader (2009, p. 58), o modelo de industrialização adotado tinha como determinação a acumulação voltada para a exportação e para a alta esfera do consumo, sustentada em processos de superexploração do trabalho.

Ainda podemos acrescentar que o processo de industrialização após a revolução de 1930 foi um fator chave para a dinâmica do sistema, que vê nesse novo modelo, em essência, transformações estruturais com o sentido de recriar as condições de expansão do sistema capitalista enquanto modo capitalista de produção.

Diante da análise de Oliveira (2008), toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais.

Este ponto mostrado acima é uma marca existente no sistema capitalista. Este virtualiza suas ações e reprime com força qualquer ato que venha de encontro ao proposto. O Estado, nesse sentido, foi responsável pela implementação de políticas sociais e econômicas que deram a impressão de preocupação com o bem comum e acabou desviando a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes. Como exemplo, temos nos discursos e nas políticas aplicadas: “a integração nacional”, “o interesse nacional”, “planejamento”, que na realidade representou a salvaguarda de direitos e vantagens para a classe rica.

Nesse interim, os países que como o Brasil estavam se assemelhando ou buscando alcançar o avanço industrial dos países capitalistas centrais foram classificados à margem do “desenvolvimento”, ou seja, subdesenvolvidos. O binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento está relacionado ao pensamento furtadiano de desenvolvimento.

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi com o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, sendo a industrialização a atividade que orientaria o caminho para a superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

A questão do “subdesenvolvimento” é vista por Harvey (2006) como uma criação com o intuito de, através da penetração do sistema capitalista, transformar sociedades não capitalistas de organizações relativamente auto-suficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca.

Nesta mesma direção Oliveira (2008) discorre que o “subdesenvolvimento” como foi apresentado, pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação⁸ esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.

Vislumbra-se por esse horizonte que a superação do subdesenvolvimento é o desenvolvimento, que a superação da desigualdade é a igualdade, e assim não se avança além dos marcos do pensamento eurocêntrico. Como afirma Porto-Gonçalves (2004), todos querem ser desenvolvidos como a Europa e os EUA e, assim, o horizonte está marcado pela colonialidade do saber e do poder, posto que não se consegue pensar fora dos marcos do pensamento moderno-colonial.

⁸ Aqui, Francisco de Oliveira está se referindo à linha de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, tendo como influente pesquisador, Celso Furtado, que foi responsável por concretizar a teoria do subdesenvolvimento a partir do estado das chamadas economias periféricas, inserindo o subdesenvolvimento como uma etapa de trânsito entre uma sociedade pré-capitalista e uma sociedade industrial.

E neste sentido o Projeto de Desenvolvimento pela via da industrialização a partir da década de 30 foi consolidado dentro dessa lógica de um aparente desenvolvimento, que se estendeu também para as questões sociais.

Com o objetivo de dar condições ao avanço da indústria no Brasil, o Estado necessitou estabelecer uma nova dinâmica em suas ações, o que Francisco de Oliveira (2008) chamou de regulamentação dos fatores, entre eles a regulamentação das leis trabalhistas.

Segundo Oliveira (2008, p. 36),

a questão trabalhista tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado, e tem sido arriscada a hipótese de que a fixação do salário mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda do trabalho.

A interferência do Estado nas questões trabalhistas representa controle social no sentido de oferecer à classe dominante de industriais condições de reprodução pela exploração do trabalho.

O Estado passou a incluir em sua agenda da política nacional os interesses dos trabalhadores, promovendo melhoras na educação, saúde e direitos sociais, não porque o Estado estava preocupado em solucionar a condição de miséria dos trabalhadores, mas como condição importante para abrandar as lutas políticas ensejadas pelo operariado. Neste sentido as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação pela via da produção industrial.

Este raciocínio pôde ser notado nos Estados Unidos, onde os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa, conseguindo algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções. Segundo Harvey (2009), conquistaram importante poder político sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social.

Mas o “x” da questão está em perceber os interesses do Estado nessas concessões. Esses direitos foram adquiridos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas para aumentar a produtividade. Nesse sentido há um acúmulo das organizações sindicais ao participarem dessa negociação com o Estado através de uma troca de salário pela cooperação no disciplinamento dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção.

Esta atuação do Estado impedia a ameaça de uma organização trabalhista mais forte, já que a concentração de trabalhadores em uma fábrica trazia aos capitalistas esse receio.

Quando as negociações não traziam resultados favoráveis ao capitalista, o Estado atuava com sua força repressora refutando qualquer manifestação de movimentos operários radicais.

De acordo com Menezes (2007, p. 44),

desde aumento salarial até políticas de proteção ao trabalho foram concessões mais marcantes desses momentos, embora, estas concessões representassem ainda, ganhos que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagens produtivas para o capital durante seu processo de expansão.

É neste sentido que se evidencia o caráter ideológico e alienante do papel do Estado na promoção das políticas de controle social.

Deste mesmo modo, o Estado através de uma nova configuração, agora em função de criar ajustes à crise que se estabeleceu na década de 70, aplicará as políticas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington, cujo enfoque era o ajuste estrutural, que pretendia desencadear mudanças que os países ricos julgavam necessárias para estabilização dos países periféricos, possibilitando a saída do subdesenvolvimento.

Nas palavras de Boron (1999, p.09), “o discurso do neoliberalismo possui elevada carga ideológica, já que o seu triunfo restrito ao campo econômico assentase na derrota das forças populares”. Mas dentro do campo ideológico, a tendência da população é interpretar os processos que alargam o fosso entre dominados e dominantes como uma relação natural, e que se constrói pelo acaso e que não é determinada.

Em um contexto de reestruturação produtiva, o Estado foi imprescindível na aplicação do chamado neoliberalismo. O papel/atuação do Estado torna-se cada vez mais amplo na aplicação das políticas neoliberais que tendem “responder” aos interesses do capital estrangeiro, criando possibilidades para maximização dos lucros, privilegiando os grandes conglomerados internacionais.

Neste novo contexto o Estado muda a sua “face” de provedor do bem-estar social, para se tornar um agente “ausente” / “mínimo” para as políticas sociais de saúde, educação, seguridade social, etc., e máximo/forte para prover os interesses do mercado, revelando com isso, sua natureza, que é mediar conflitos deferindo em favor dos interesses da classe dominante.

Para o Estado se tornar mínimo, a proposta do Neoliberalismo partia de quatro pressupostos, que Bresser Pereira (2009, p. 02) chamou de assalto ao Estado e ao mercado:

- Primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica;
- Segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social;
- Terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento;
- E quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros por que seriam autorregulados.

Há que ressaltar que tais políticas faziam parte de um movimento de ajuste do sistema e as consequências foram desestabilização de economias nacionais,

aumento do desemprego, elevação da dívida externa, dentre outros, configurando não em uma reforma com conotação progressista que remetesse a transformações sociais, mas em contra-reformas aumentando as desigualdades econômicas e sociais.

Essas questões revelam que o estado é agente determinante na esfera econômica assim como na regulamentação dos demais fatores, operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos extratos ou grupos das classes capitalistas, subsidiando e criando as bases para que a acumulação capitalista industrial, inclusive para que a indústria de cerâmica vermelha pudesse se reproduzir.

2.1.2 - Dos Resultados do “Desenvolvimento Local”, Insustentabilidade ambiental e do Trabalho

As transformações ocorridas em escala mundial a partir da segunda metade do século XX, principalmente pós 70, dentro de um contexto de crise, implicaram em reestruturação produtiva com implantação de um modelo de produção flexível, mundialização do capital e abertura de economias nacionais. Conseqüentemente, estas mudanças implicaram em descentralização político-administrativa. Como afirma Filho (2008), nesse processo, os atores, antes adstritos ao Estado central, passaram a compartilhar suas decisões com atores mais próximos dos territórios: estados, municípios e até organizações não governamentais.

O local ganhará destaque e servirá como palco das políticas de desenvolvimento, aplicando o seguinte discurso: melhorar a condição de vida das populações, fazendo dos pequenos produtores verdadeiros empreendedores, contribuindo para a geração de empregos e com isso, alcançando o desenvolvimento sustentável.

Como afirma Buarque (1999, p. 09), para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O economista e sociólogo Ignacy Sachs é um dos pensadores que aborda em sua obra, a teoria do desenvolvimento e propõe como nova forma de administrar a economia um planejamento descentralizado, como segue abaixo,

o planejamento moderno deve ser participativo e dialógico, e exige uma negociação quatripartite entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, levando a arranjos contratuais entre as autoridades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada. Certamente, este tipo de planejamento tem um futuro brilhante pela frente. (2008, p. 33)

Por esta proposta, o exercício da cidadania ganha destaque, já que o desenvolvimento local está atrelado principalmente à capacidade efetiva de participação no “governo local”, como propunha Sachs – o planejamento descentralizado. Segundo Buarque (1999, p.16),

descentralização é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos.

Só que esta forma participativa, de acordo com Oliveira (2001, p.15), é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados. Essa separação não é dada, mas produzida, na qual os grandes grupos econômicos e políticos acabam formando uma verdadeira oligarquia, defendendo interesses particulares de grupos de poder. Outro contraste apresentado por Francisco de Oliveira (2001) para o desenvolvimento local vem a ser a possibilidade de que atue corrigindo a tendência de concentração que parece inerente ao processo capitalista no nível macro. Este explica que a partir da explosão da microeletrônica assiste-se a

movimentos de reconcentração numa espécie de microcosmos eletrônico: tanto o espaço, quanto o capital financeiro são fictícios, virtuais, e assim anulam as contratendências a desconcentração. Aparecem como descentralizações, o que não significa desconcentrar.

Seguir este paradigma significa abandonar toda pretensão de totalidade, é não corrigir as desigualdades, mas deslocá-las. Para Oliveira (2001), o desenvolvimento local não pode ser pensado como contratendência à concentração; pelo contrário, ele pode inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades.

Na perspectiva de promoção do desenvolvimento local, os atores propiciarão que as empresas locais se engajem num processo de organização em distritos industriais, buscando a cooperação entre as empresas locais como requisitos primordiais para a inovação, comparado ao que aconteceu na Itália no período posterior à Segunda Guerra Mundial e que ficou conhecido mundialmente como Terceira Itália⁹.

A grande questão levantada por Francisco de Oliveira (2001) é se há lições deixadas pela experiência italiana que possam ser aproveitadas de forma crítica.

Na concepção de Oliveira (2001, p.17), “a experiência Italiana, apesar de exitosa, permaneceu dentro dos limites da racionalidade burguesa, no sentido de que as instituições do Estado burguês não foram questionadas”.

Com o discurso de valorização do lugar e focados em abstrair do local suas potencialidades, muitos foram os argumentos utilizados para legitimar a apropriação pelo capital da natureza e do trabalho.

⁹ A Terceira Itália corresponde à região central e Nordeste da Itália, em princípios da década de 70, se caracterizou pelo crescimento econômico através de aglomerações de pequenas empresas de um ou mais produtos, denominadas de distritos industriais, estas regiões tornaram-se o que Bagnasco (2001) chamou de “perna extra”, pois conseguiram sustentar o desenvolvimento italiano, que nesse momento, apresentava grande parte do país em condição economicamente atrasada. Alguns fatores são tidos como fundamentais para o sucesso do desenvolvimento regional italiano, como: proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas, estreita colaboração interfirmas e identidade sócio-cultural.

a intensificação das articulações e interações entre empresas nessas aglomerações costuma ter impactos importantes em termos de geração e da qualidade do emprego ao nível local, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos. (BRITO, 2002, p. 1).

Essa configuração de estrutura produtiva que une empresas em torno de uma determinada área e propicia novos modos de inserção competitiva para pequenas empresas e médias empresas acabaram sendo identificadas pelo termo de Arranjo Produtivo Local (APL).

A Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjos Produtivos e inovativos locais, uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, traz a seguinte definição para APLs,

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (REDESIST. - 2012)

Foi no intuito de promoção do desenvolvimento local que no Estado de Sergipe o governo do Estado implantou em 2008 o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha. Esta regionalização do setor cerâmico e a tendência de sua concentração em aglomerados produtivos tinham como proposta o aprimoramento competitivo deste segmento econômico, propiciando a geração de emprego, renda e tributos nesses territórios.

Além da concentração dos recursos naturais propícios ao desenvolvimento da atividade industrial, a oferta de mão-de-obra é um atrativo aos empresários, que encontrarão na exploração do trabalho, fonte criadora de sua riqueza. Como afirma Lisboa (2007, p.183), essa realidade mostra uma apropriação do espaço pelo capital resultando em territórios lucrativos, uma vez que para o capital, o que importa é a garantia do produto a baixo preço para que seja possível retirar o máximo de lucratividade do trabalho.

Aos olhos da população, a implantação dessas indústrias não traz problemas, e sim “desenvolvimento”. Esta é uma ideia perseguida nas políticas públicas neoliberais: convencer que tais políticas vão elevar a condição de vida dos trabalhadores. Não reconhecem estes que os reais interesses não garantem a promoção social, mas a exploração do que o lugar oferece de melhor, que garanta a sobrevivência das empresas e sua competitividade no mercado.

Para aqueles que reconhecem e fazem a leitura que o capital aliado ao Estado atua dentro da lógica do desenvolvimento desigual, sabem que os arranjos produtivos locais foram implantados dentro da lógica de exploração dos recursos naturais e humanos, mas apresentando o discurso do amplo desenvolvimento. Esse discurso pode ser notado em Cassiolato e Lastres (2003), como já assinalado, os APLs não constituem por si, objetivos das políticas, mas como meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de dar maior dinamismo econômico, sustentabilidade a pequenos empreendimentos, ambiente propício à inovação e sistemas de governança social e politicamente sustentáveis.

As contradições produzidas não são visíveis, mas quando são observadas as condições reais da exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho nas indústrias de cerâmica vermelha, nota-se que a insustentabilidade não se remete apenas as questões ambientais, mas também as questões do trabalho.

Enquanto existirem vantagens locacionais nesses territórios, do ponto de vista da reprodução, as empresas têm olhos para seus

próprios fins, o que coloca a exclusão como condição inerente à produção capitalista do espaço. (LISBOA, 2007, p. 145)

Ao observar a rotina diária dos trabalhadores em uma indústria de cerâmica vermelha, constata-se que a lógica do mercado é socialmente excludente e o discurso do desenvolvimento sustentável apresenta contradições. Segundo Lisboa (2007), se a lógica do mercado é socialmente excludente, porque é concentradora de recursos e agrava a questão ambiental, além de retirar a propriedade da terra e gerar dependência, do ponto de vista social, os trabalhadores encontram-se imersos numa lógica desigual que reproduz fortes contradições.

A realidade dos municípios que compõem o APL de cerâmica vermelha no Agreste Sergipano – Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana contraria o que é afirmado sobre o desenvolvimento sustentável quanto às respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade para a promoção do desenvolvimento.

Diante da degradação ambiental e do trabalhador pela atividade industrial, expõe-se a irreconciliável estratégia de desenvolvimento com exploração racional da natureza e qualidade de vida para os trabalhadores. Além disso, a dinâmica da sociedade capitalista, quando considerada na sua inscrição territorial – enfim, na sua materialidade -, mostra, a insustentabilidade do desenvolvimento.

2.2 - No discurso da sustentabilidade a solução para a crise do capital

A criação de mecanismos de superação das crises que assolaram o sistema capitalista em seu processo histórico, requereu como medidas para superação, em alguns casos, discursos carregados de ideologia com o intuito de falsear realidades e imprimir seus interesses de modo que aos olhos da sociedade tais mecanismos fossem vistos como questões simples e naturais.

A globalização é um dos mecanismos da expressão das forças do mercado, que em sua cartilha pregava a liberalização e a desregulamentação do mercado, que as empresas tivessem absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, fossem submetidos à valorização do capital

privado. Embora as inconveniências desse processo existam, a globalização é apresentada como um processo benéfico e necessário. Em outras palavras Sene (2004) afirma que a globalização pode ser interpretada como a atual fase da expansão do capitalismo com impactos na economia, na política, na cultura e no espaço geográfico. A origem mais recente da globalização deve ser buscada no imediato pós-Segunda Guerra, quando sob a hegemonia dos Estados Unidos, na Conferência Financeira e Monetária de Bretton Woods (1944) foi criado o arcabouço institucional necessário para garantir a “estabilidade” econômica mundial.

O crescimento econômico a partir da Revolução Industrial é o caráter determinante da transformação tecnológica dos recursos naturais em relação a seus processos de formação e regeneração, o que repercutiu no esgotamento progressivo dos recursos abióticos e na degradação do potencial produtivo dos ecossistemas criadores dos recursos bióticos. (LEFF, 2000, p.47)

Segundo Leff (2009), o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. Nesse momento de transformações e readaptações do sistema capitalista, a sua face real apresenta-se marcada por limitações e desequilíbrios que inicialmente podem ser vistos como obstáculos ao desenvolvimento tão difundido pelas grandes potências econômicas. Mas é no campo do discurso ideológico que os entraves para o avanço do sistema capitalista em escala mundial serão superados.

A discussão sobre as questões ambientais, envolvendo o desmatamento, poluição industrial das águas, da terra e ar, perda de solos por erosão e outros impactos só vieram à tona com tamanha intensidade a partir da segunda metade do século XX, quando o surgimento de fenômenos como o efeito estufa, passam a significar a possibilidade do fim da humanidade.

A preocupação com o fim de determinados recursos da natureza, pelo consumo elevado e indiscriminado, de acordo com Theodoro (2005), não é uma questão levantada apenas na segunda metade do século XX, mas uma preocupação antiga e trabalhada por cientistas do século XVIII, como por exemplo, James Hutton

(1706-1797), Marx (1801-1882), autor do livro “Homem e natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem” (1864).

As discussões acerca das questões ambientais existiam, embora não abrangessem uma escala mundial, como atualmente, mas estivessem voltadas para os problemas locais ou regionais. As reivindicações partiam dos que estavam mais próximos ao problema e as soluções eram buscadas dentro de um ideal de satisfação coletiva.

No Brasil, tais questões também faziam parte de preocupações de José Bonifácio (1763-1838), o Patriarca da Independência, que, surpreendentemente, já possuía uma cosmovisão com relação à exploração dos recursos, especialmente no caso das florestas. (THEODORO, 2005, p.27)

Embora o patriarca da Independência seja apresentado como homem preocupado com a questão ambiental, o senso que a natureza estava sendo dizimada, era uma percepção de poucos, não se configurando ainda uma questão de discussão ampla e que envolvesse diversos setores da sociedade.

Diante das transformações visíveis na natureza no pós-Segunda Guerra Mundial, como chuvas de granizo e chuvas radioativas em locais a centenas de quilômetros de onde foram registrados testes nucleares, tudo isso fruto de lutas entre potências imperialistas por mercado e fontes de energia e matérias-primas que garantissem elevada produtividade para atender as “necessidades” para a chamada sociedade de consumo¹⁰, é que começou a ser apresentado um pano de fundo dos efeitos danosos ao meio ambiente pela busca do “desenvolvimento”.

A preocupação ambiental surgiu inicialmente nos anos 60 com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carson (1907-1964), escritora Norte-Americana que questionava a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico, advertindo para as consequências da aplicação dos herbicidas,

¹⁰ Para Porto-Gonçalves (2012, p.34), o termo “Sociedade de Consumo de massas” é uma expressão forçada, já que conhecemos os reais níveis de consumo na África, na Ásia e na América Latina e Caribe. Para este autor, o Fordismo não conseguiu atravessar a linha do Equador.

fungicidas e pesticidas que seriam os responsáveis pelo envenenamento e morte dos animais e contaminação da terra.

Nesse momento houve um incremento nas discussões sobre o tema ambiental, reconhecendo-se que a natureza não poderia fornecer seus recursos infinitamente, que o modelo de submissão da natureza à lógica mercantil apresentava um panorama de devastação e desordem social e ecológica, levando o modelo fordista de produção dependente da exploração generalizada da natureza e da força de trabalho a uma insustentabilidade moral e ética.

Até a década de 1960 a dominação da natureza fazia parte de um arcabouço ideológico aceitável em que a exploração ilimitada da natureza não era um problema, mas a solução para o desenvolvimento. Mas diante das limitações da natureza em fornecer sem restrições seus recursos surgiu a seguinte questão: como continuar mantendo os níveis de produtividade e fluxo de matérias-primas se não é possível mais justificar abertamente a exploração da natureza?

E nesse contexto, começa a se delinear novos caminhos para a superação dos limites para a intervenção humana na natureza. Em 1968 um grupo de empresários e executivos transnacionais criou o Clube de Roma, responsável por trazer o debate sobre as questões ambientais através da publicação do relatório “os limites do crescimento”. Nesse documento foi apresentado o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais, caso fossem mantidas as tendências de crescimento.

O relatório foi elaborado por cientistas das instituições acadêmicas estadunidenses, o Massachusetts Institute of Technology, e segundo análise de Porto-Gonçalves (2012), até então as questões ambientais estavam relacionadas com questões culturais e políticas, e as críticas caíam no sistema técnico-científico.

Com a elaboração do relatório nota-se o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política, e sua assimilação por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma criticada. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.68)

O discurso científico e técnico se constituía como o discurso da verdade e a consequência foi a desqualificação de outros saberes, de outros conhecimentos, e

outras falas. Desse modo fica claro como se constrói todo um arcabouço teórico para falsear os efeitos da própria intervenção que o sistema técnico¹¹ provoca e aparenta ser um sistema preocupado com a natureza.

Estamos diante de uma questão colocada como desafio e que vai se propagar em escala mundial através de uma série de encontros, conferências e discursos políticos, ampliando as discussões sobre os problemas ambientais.

Essa preocupação ambiental se expandiu nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e os Direitos Humanos, celebrada em Estocolmo, em 1972. Nessa conferência vários questionamentos foram levantados como a legitimidade das recomendações dos países ricos que já haviam atingido o poderio industrial com o uso predatório de recursos naturais e que queriam impor aos países pobres complexas exigências de controle ambiental.

A partir dessa conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), quando em 1973 na reunião do Conselho Administrativo em Genebra, surgiu a proposta de uma via intermediária, com o nome de ecodesenvolvimento, formulada pelo Canadense Maurice Strong, então Diretor Executivo do PNUMA.

O conceito de ecodesenvolvimento foi ampliado pelo economista e sociólogo Ignacy Sachs, que delineou aspectos fundamentais para o “desenvolvimento”, como: satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais, elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação. Em outros termos, Sachs propõe a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

Igualdade, equidade, solidariedade estão, por assim dizer, embutidos no conceito de desenvolvimento, com conseqüências de longo alcance para que o pensamento econômico se diferencie do economicismo redutor. (SACHS, 2008, p.14)

¹¹ Ao fazermos abrangência ao termo “sistema técnico”, entendemos que este não se move sozinho, mas que existe indivíduos / grupos que o impulsionam a partir de um jogo de interesses.

A proposta de Ignacy Sachs apresenta no aparente o que poderia ser uma opção, mas que na realidade se coloca como uma imposição de pensamento único, onde, por exemplo, a ideia de igualdade só seria contemplada com o desenvolvimento. É como se as diferentes culturas e povos não pudessem manter seus diferentes modos e também como se não fosse possível existir diferentes modos de sermos iguais. Eis um dos paradoxos que compõem o atual sistema imperativo, o modo de produção capitalista.

Todas essas questões estão imbuídas de caráter ideológico, colocando como padrão cultural e estilo de vida a visão eurocêntrica. Como consequência, temos a supressão da diferença e da diversidade.

Assim foi se consolidando uma nova forma, ou um novo discurso que legitimasse o que acabou se configurando em maior dominação e devastação da natureza nos últimos anos. Para tanto contribuíra nessa consolidação as grandes reuniões e conferências mundiais sobre o meio ambiente.

Em 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada com o propósito de avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para combatê-los. Após três anos de estudo e atividades, esta comissão publicou, em abril de 1987, suas conclusões em um documento intitulado “Nosso futuro comum”, que passou a ser conhecido como o relatório de Brundtland.

Este relatório é o responsável por trazer a definição de Desenvolvimento Sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de terem suas próprias necessidades satisfeitas”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.09)

O desenvolvimento sustentável passou a se constituir na base para a discussão e reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação com as questões ambientais. Porém questiona-se: em face do caráter individualista e excludente do sistema capitalista, com sua dinâmica colonialista de exploração, por meio de ideais desenvolvimentistas eurocêntricos, como estabelecer esse equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais levando em consideração a preservação para que as gerações futuras também satisfaçam suas necessidades?

Para os que se favorecem do sistema capitalista de produção, encontrar respostas às questões levantadas não representa seu principal interesse, mas sim criar possibilidades para que o sistema continue se reproduzindo. E nesse sentido o substantivo sustentabilidade e o adjetivo sustentável se tornaram palavras usadas pelos meios de comunicação, pelos governos e pelas empresas. A continuidade das conferências foi fator primordial na divulgação dos novos paradigmas para o desenvolvimento aliado às questões ambientais.

Em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro. Nessa Conferência, dentre os objetivos principais, destacam-se: examinar a situação ambiental mundial desde 1972 e suas relações com o estilo de desenvolvimento vigente e examinar estratégias nacionais e internacionais para incorporação de critérios ambientais ao processo de desenvolvimento.

Desde os anos 70, a atenção dada à problemática ambiental levou a uma ampla reconceitualização do desenvolvimento, em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado desenvolvimento sustentável. (SACHS, 2008, p.36)

Após 20 anos, aconteceu a Rio+20, mais uma conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho de 2012. Com o objetivo de renovar objetivos políticos com o desenvolvimento sustentável, através de avaliações realizadas por integrantes de várias nações do mundo, mais uma vez o evento reproduziu o discurso que o desenvolvimento sustentável é a solução para que o crescimento econômico caminhe aliado à exploração da natureza, e revelou a partir do que aconteceu com as propostas da Rio-92, que as propostas acordadas pelos países nessas reuniões não significam avanços concretos / reais para proteger o planeta.

Essas conferências apresentam em sua natureza relações políticas e de poder, e, portanto, aos representantes dos países enviados a essas conferências não lhes são delegados poder algum para apontar qualquer transformação que

interfira nos destinos das ações ambientais no mundo, ficando no documento final proposto, apenas recomendações parciais que não atingem a raiz do problema.

Neste sentido, o discurso da exploração dos recursos naturais tem na sustentabilidade a condição para manutenção do capitalismo. A natureza sob o capitalismo é tida como mercadoria, e quando essa mercadoria está em falta, ela adquire valor econômico, o que acaba restringindo à elite econômica o acesso a tais recursos.

Esse paradigma é característico do sistema capitalista, que priva parte dos homens e mulheres a terem acesso aos recursos naturais, e generalizam a propriedade privada. Eis o fundamento da relação homem e natureza – separação total.

Se o princípio da sustentabilidade sustenta-se no equilíbrio entre a exploração e a preservação, para que as gerações futuras também satisfaçam suas necessidades, como compreender esse princípio inserido em um sistema que a preocupação é com o constante crescimento econômico?

Quando a dimensão da ação do capital é analisada, notam-se questões específicas da relação com a natureza estabelecida pelas sociedades capitalistas. Uma delas é a separação entre quem produz e quem consome. O mediador dessa relação com natureza, quem produz, não é proprietário do produto, e, portanto sua liberdade é sustentada apenas no direito de vender sua força de trabalho, não podendo escolher ou decidir quanto ao que deve ser produzido ou quanto à quantidade do material explorado.

Outra questão é que a produção não se destina ao consumo direto dos produtores, pois é mercadoria, e, portanto está para ser vendida ou trocada. Isso supõe que a produção é influenciada por necessidades criadas pelo sistema do capital, que interessados em vender seus produtos não medem esforços para elevarem a produtividade, colocando metas a serem superadas a cada ciclo da produção. O que era considerado bem comum e necessário à satisfação da população enquanto condição de uso atende na verdade aos objetivos, por exemplo, de instituições financeiras.

A busca do lucro constante e ampliado tem impulsionado a fabricação de produtos com menor tempo de vida útil, isso para que a reposição desses produtos no mercado seja ágil garantindo maior lucro. Em compensação, a quantidade de resíduos que retornam ao meio ambiente é maior, o que elevam os impactos. Consumo e destruição são equivalentes funcionais, o que denota o caráter contraditório do discurso do desenvolvimento sustentável, o caráter da sua insustentabilidade (Conceição, 2004).

A produção não se destina necessariamente ao local em que foi produzido. Esse é um reflexo do sistema do capital que foi ampliado sobremaneira no pós Segunda Guerra Mundial, com o modo de produção toyotista, também conhecido como capital flexível, que diante da necessidade de expansão do capital busca sua ampliação através do fenômeno da desindustrialização, onde as empresas buscam em outras áreas vantagens como matéria-prima disponível em abundância, mão-de-obra disponível e barata, incentivos fiscais e através desse modelo consolida-se o que afirma Porto-Gonçalves (2004),

Sob o capitalismo, haverá sempre, relações espaciais, de dominação/exploração, tirando dos lugares e, mais, tirando dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. Assim é preciso agir não só localmente, como regional, nacional e mundialmente, posto que é a sociedade e seu espaço como um todo que está implicada no desafio ambiental. (2004, p. 68)

A questão aqui é a contradição entre meio ambiente e a lógica do livre comércio. O meio ambiente é o lugar em que conjuga ao mesmo tempo a morada e onde se produz, e neste processo de produção tem-se não apenas a produção de coisas a serem usufruídas, mas rejeitos, como fumaça, calor e resíduos líquidos e sólidos. O mercado está interessado nos proveitos e por isso, a produção é destinada para fora do lugar, trazendo benefícios/lucros apenas a quem possui o controle da produção, enquanto que os rejeitos ficam no lugar tornando parte daquele ambiente.

As soluções apresentadas para a questão da destruição dos recursos tem se restringido apenas ao papel da educação ambiental. Desse modo, segundo Conceição (2004), é afastada a leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista.

Enquanto viger o sistema econômico capitalista, a apropriação dos recursos naturais abrangerá uma escala mundial, acompanhada de um arcabouço estrutural que legitimará tal exploração. Alcançar o desenvolvimento nesses moldes é confirmar que o discurso da sustentabilidade apresenta-se insustentável.

Para além do discurso da sustentabilidade ambiental, que coloca como questão principal a crise ambiental, o desafio mais urgente para os países centrais é criar condições para a absoluta supremacia do capital, sobretudo do capital financeiro sobre a natureza e o trabalhador, responsáveis pela ampliação das desigualdades, no sentido em que transfere/concentra quantidades inimagináveis de riquezas, pela exploração da natureza, nas mãos de poucas grupos no mundo.

Os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da Terra, enquanto os 20% mais pobres têm que se contentar com 1,6% apenas. As três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos superiores a toda riqueza de 48 países mais pobres onde vivem 600 milhões de pessoas. 257 pessoas sozinhas acumulam mais riqueza que 2,8 bilhões de pessoas, o que equivale a 45% da humanidade. Atualmente 1% dos estado-unidenses ganha o correspondente à renda de 99% da população. (BOFF, 2012, p.18)

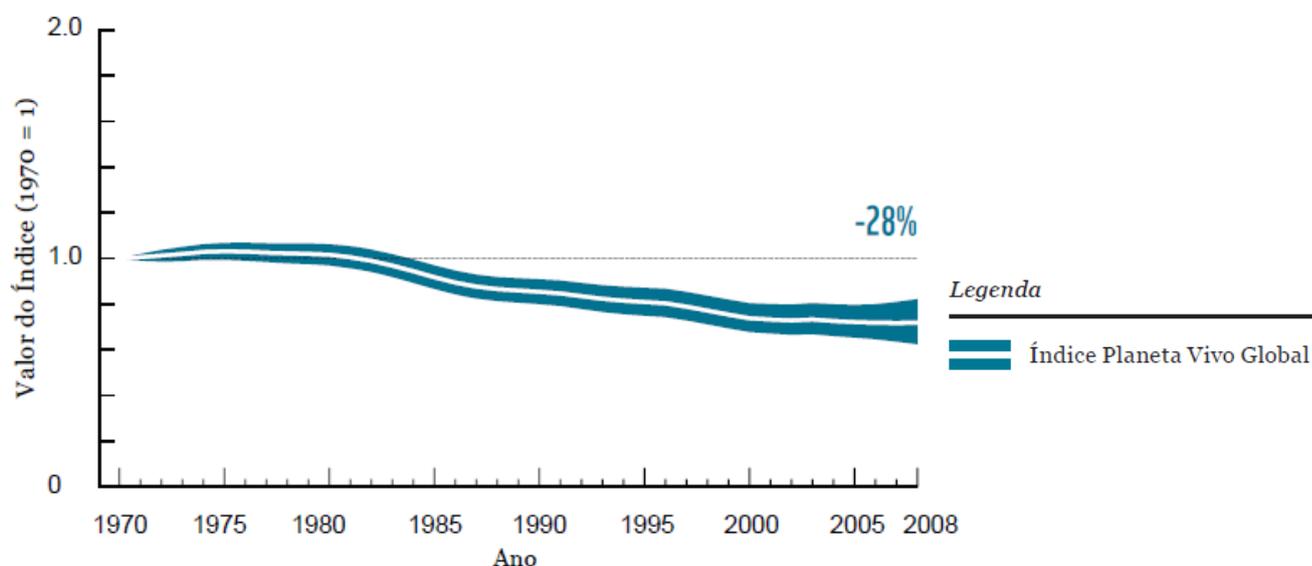
Diante de realidade demasiadamente perversa, acreditar que é possível encontrar sustentabilidade na proposta de desenvolvimento para o mundo na atualidade fica cada vez mais distante de se tornar verdade, quando o que os mais ricos desejam é salvar seu sistema financeiro, mesmo que para isso destruam a base de geração de sua riqueza – natureza e trabalhadores.

O entendimento desta questão ou contradição do sistema se amplia ao analisar o conceito de sustentabilidade. A partir da análise do termo “sustentabilidade” em vários dicionários, Leonardo Boff (2012) classificou o termo

em dois sentidos: um passivo e outro ativo. O passivo coloca que “sustentar” significa segurar por baixo, suportar, impedir a ruína e a queda, ou seja, trazendo para a questão ecológica, a sustentabilidade seria fazermos o possível para que o ecossistema não decaia. O sentido positivo ou ativo enfatiza o proteger, nutrir, alimentar, significando sustentabilidade os procedimentos que se tomam para permitir que um bioma se mantenha vivo.

A noção que a sustentabilidade não condiz com os conceitos seja ele na conjuntura passiva ou ativa como está posta na realidade atual é percebida quando se analisa os índices de perda da biodiversidade (Gráfico 01) que aumentou significativamente desde a década de 1970, quando o conceito de sustentabilidade foi colocado dentro de uma nova proposta de desenvolvimento em que se propõe a atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

GRÁFICO 01



Queda da Biodiversidade¹².

Fonte: Índice Planeta Vivo. Ed. 2012

¹²Estes dados foram publicados no Relatório Planeta Vivo, edição de 2012, que é uma compilação de dados de todos os continentes e dezenas de países que traz uma visão detalhada da situação do meio ambiente em nosso planeta. Este Relatório é organizado pela Rede WWF (organização não-governamental) e publicado a cada dois anos. Para a edição de 2012 foi preparado o sumário executivo “A Caminho da Rio+20”, com uma análise da área ambiental 20 anos depois da Conferência Rio-92.

O Índice Planeta Vivo indica as alterações no estado da biodiversidade do planeta por meio do acompanhamento da evolução do tamanho de 9.014 populações de 2.688 mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios de diferentes biomas e regiões. E este índice mostra através do gráfico acima que a biodiversidade tem diminuído consideravelmente no momento em que se propõe o desenvolvimento sustentável como modelo ideal em que justifica a exploração da natureza alegando equilíbrio.

As implicações ambientais desse padrão de desenvolvimento podem ser vistas, ainda, com base na pegada ecológica¹³ de cada região do planeta. De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 42), para o período de 1970-1996, a pegada ecológica mundial aumentou de 11 bilhões para 16 bilhões de hectares, um aumento de 45% no período. A média de hectares de pegada ecológica do mundo permaneceu em torno de 2,85 hectares per capita, acompanhando, portanto, o crescimento demográfico médio do planeta.

A forma como as informações são colocadas acabam mascarando a realidade e responsabilizando quem pouco tem contribuído para o desastre ambiental. No sentido de mudar o foco do interesse econômico, principal motivador da utilização dos recursos naturais, o escolhido para pagar o preço da elevada exploração é o crescimento demográfico, apresentado como o fator que mais contribuiu no último século para a expansão da pegada ecológica.

Ao definir a média da pegada ecológica em 2,85 hectares per capita e colocar o crescimento demográfico como principal fator dos impactos ambientais, os responsáveis pela maior degradação seriam os países que compõem os continentes da África, Ásia e América (Latina e Caribe), que apresentaram maior crescimento demográfico. Mas ao observar a pegada ecológica da África (1,5 hectare), nota-se

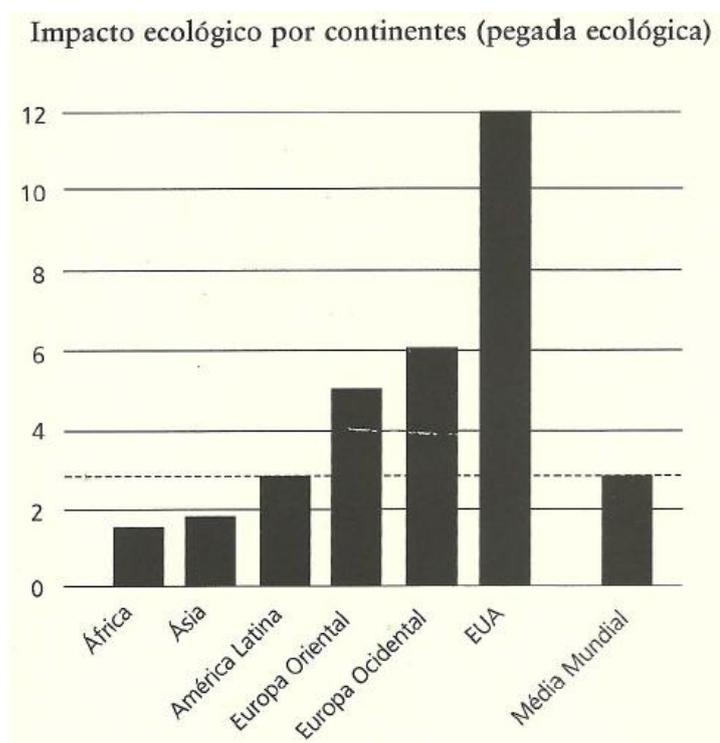
¹³A pegada ecológica acompanha as demandas da humanidade sobre a biosfera por meio da comparação dos recursos naturais renováveis que as pessoas estão consumindo considerando a capacidade regenerativa da Terra, ou sua biocapacidade: a área de terra efetivamente disponível para a produção dos recursos naturais renováveis e a absorção das emissões de CO₂. Tanto a pegada ecológica como a biodiversidade são expressas em uma unidade comum chamada de hectare global (gha), em que 1gha representa um hectare de produção biológica com a produtividade média mundial.

que pouco ultrapassa a metade da média mundial (2,85 hectares), enquanto que os EUA chegam a 12 hectares per capita.

A degradação ambiental deve-se mais aos padrões e níveis de consumo dos setores ricos dos países industrializados, com suas baixas taxas de natalidade, do que ao crescimento demográfico dos povos do Terceiro Mundo e de todos os submundos que apresentam as taxas mais altas de crescimento demográfico. O crescimento da população rural não produz, só por esse fato, os processos de desmatamento. São os padrões de uso do solo de uma agricultura altamente capitalizada, orientada para o mercado mundial, e a aplicação de tecnologias impróprias aos ecossistemas tropicais que ocasionam sua destruição e instabilidade. (LEFF, 2009, p. 303)

Essa análise mostra que se o crescimento demográfico tivesse uma relação direta com a pegada ecológica, os efeitos dos impactos ao meio ambiente seriam ainda mais trágicos. Assim, como demonstra o gráfico 02 sobre o impacto ecológico por conjunto de países, são os países centrais do sistema capitalista os responsáveis pelos grandes impactos causados ao meio ambiente.

GRÁFICO 02

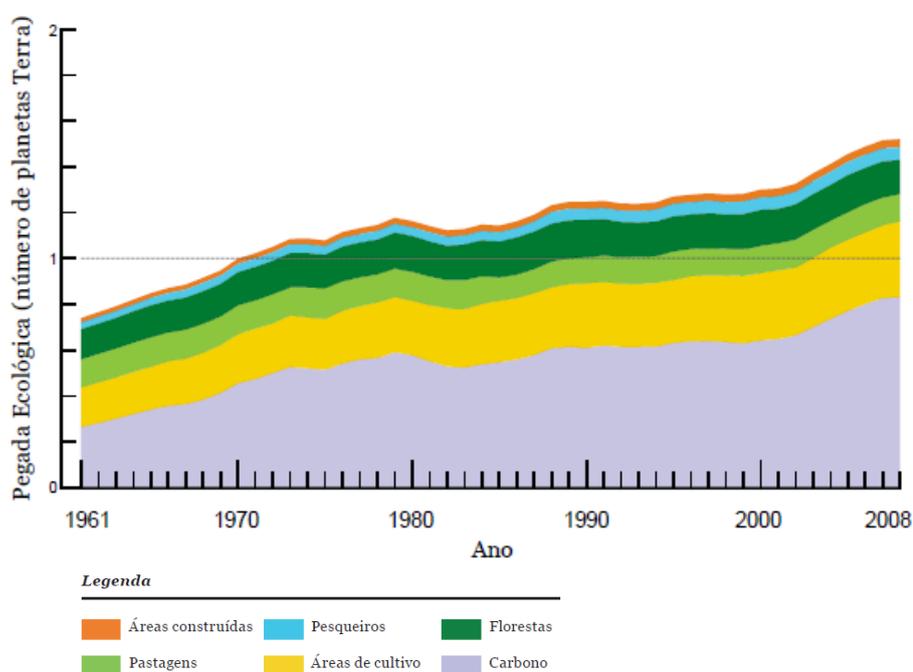


Impacto ecológico por continentes (pegada ecológica)

Fonte: Porto-Gonçalves - 2012

Nesse sentido a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder tem sido alcançada graças à exploração das populações dessas áreas (África, Ásia e América Latina e Caribe) que tem contribuído para satisfazer com seus recursos as necessidades criadas pelo sistema em prol de um estilo de vida altamente consumista, em consonância com o estilo de vida norte-americano. Essa tendência ao crescimento da exploração permaneceu apesar do amplo despertar da consciência sobre os problemas de uma crise ambiental (Gráfico 03).

GRÁFICO 03



Pegada Ecológica Global por Componente, 1961 – 2008.

Fonte: Índice Planeta Vivo. Ed. 2012

A análise do gráfico revela que existe uma discrepância entre o que está sendo consumido da natureza e a capacidade de regeneração desta, criando um déficit ou uma sobrecarga ecológica. A coluna vertical dividida por número de planetas mostra que o atual planeta já não suporta os níveis de consumo, sendo necessário mais um planeta. É claro que a necessidade de outro planeta é colocada

dentro de uma média mundial de pegada ecológica, por que se fosse baseado nos níveis de consumo dos EUA dois planetas também não seriam suficientes.

Para as tensões entre capital, trabalho e natureza, as soluções para estes conflitos são sempre resolvidas em favor do capital, por isso, os limites dos desequilíbrios ambientais e do crescimento econômico encontrarão no discurso da sustentabilidade o equilíbrio perfeito entre o avanço do desenvolvimento econômico e o reconhecimento da natureza como condição e potencial do processo de produção. A superação da crise ambiental diante dos recursos naturais extintos e que não podem ser substituídos por outras fontes encontrou no ecodesenvolvimento e agora na sustentabilidade a justificativa para a contínua exploração e apropriação privada dos recursos naturais.

Ao longo desse processo histórico têm surgido ideais e paradigmas de transformação que questionam o elevado consumo dos países ricos e a desigualdade e a exploração dos países considerados pobres, trazendo alternativas propostas para a superação das desigualdades pautadas em novas concepções de desenvolvimento. Dentre estes se apresenta a proposta de Igancy Sachs com um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Mas que legitima a exploração de recursos naturais e, por exemplo, incentiva como alternativa ao desenvolvimento o fornecimento de crédito para pequenos produtores.

É nesse processo de reconstrução da nova racionalidade científica, marcada pela especificidade do desafio ambiental e pelo processo de ideologização da natureza como forma de alienação imprescindível à legitimação da apropriação privada dos meios de produção que o discurso do desenvolvimento sustentável vem sendo difundido e legitimado pelas nações do mundo, como alternativa legal.

A aplicação do princípio da sustentabilidade no Brasil não veio influenciada por movimentos sociais, ou movimentos ecológicos, que inconformados pelos elevados índices de desmatamento e poluição preocuparam-se em trazer novos rumos à questão ambiental do país, mas diante de uma preocupação ambiental que crescia/cresce a nível internacional obrigava instituições financeiras públicas e privadas a colocarem exigências para a realização de investimentos no país. O discurso era: há que se ter preocupação com o meio ambiente. Foi que o próprio

Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar.

Segundo Porto-Gonçalves (2004, p.39), “a lógica destas instituições é determinada pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental”. Por isso, nota-se que a essência das posturas tomadas pelo Estado em relação ao meio ambiente, possui caráter mercadológico.

Uma prova da ação do Estado pode ser analisada na Legislação Ambiental criada neste mesmo período de despertar das questões ambientais no mundo. A Lei que consiste no primeiro diploma legal e disciplina de forma sistematizada o meio ambiente no Brasil é a Lei 6.938/1981, conhecida por estabelecer a Política Nacional do Meio Ambiente e apresenta como um de seus objetivos: *A compatibilização do desenvolvimento econômico-social, com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico*. Nota-se que este objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente está perfeitamente encaixado no princípio da sustentabilidade oficializado no relatório de Brundtland, ou seja, a legislação brasileira se adequa aos princípios estabelecidos por organizações internacionais.

A questão da legislação ambiental ganhará ampliação com a lei suprema do ordenamento jurídico do Estado – a Constituição de 1988 – onde o tema da questão ambiental receberá um capítulo específico, o Art. 225 da CF. A promulgação dessa Lei dará fundamentação para que os Estados também seguissem o mesmo caminho.

Em 2006, no Estado de Sergipe, o governo sancionou a Lei Nº 5.585 que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, onde no capítulo que trata das normas gerais no art. 8º diz que é dever do Poder Público Estadual a integração das políticas de desenvolvimento socioeconômico com as de proteção aos recursos ambientais, tendo como finalidade o desenvolvimento sustentável.

Quando parte-se para o empírico na busca de encontrar a aplicação da Lei e perceber o equilíbrio entre as atividades econômicas com a preservação aos recursos ambientais é que as contradições do sistema capitalista começam a aparecer e revela-se a natureza do Estado capitalista: mediar relações antagônicas, tornando possível a todo custo, e de maneira legal, a sobrevivência do sistema capitalista.

CAPÍTULO III

3 - A Indústria de Cerâmica Vermelha no Agreste Central Sergipano

A produção de cerâmicas é uma atividade antiga e presente no Brasil muito antes da colonização. A fabricação de potes, baixelas e outros artefatos cerâmicos já eram elaborados pelos índios, que mesmo utilizando instrumentos rudimentares, demonstraram com a qualidade das cerâmicas produzidas que já tinham superado os estágios primitivos da Idade da Pedra e do Bronze.

Isso revela que a tradição ceramista não chegou ao Brasil com os portugueses ou com os escravos, estes contribuíram para a instalação de olarias concentrando mão-de-obra e a introdução de novas técnicas e equipamentos na elaboração das cerâmicas, como por exemplo, o torno e as rodadeiras.

E no que tange à cerâmica vermelha, as escassas e imprecisas informações referem-se à utilização no período Colonial, a partir de técnicas de produção rudimentares introduzidas pelos jesuítas, que necessitavam de tijolos e telhas para construção de colégios, fazendas, engenhos e conventos.

Como afirma Prado Júnior (2008),

A cerâmica é largamente disseminada. É uma arte que os índios conheciam, e embora perdessem com o contato dos brancos, em muitos casos, a sua habilidade e espontaneidade nativas, foram nela empregados em grande escala pela colonização. Assim nas antigas aldeias de índios do litoral sul da Bahia, comarca de Ilhéus e capitania de Porto Seguro, estabelecidas pelos jesuítas desde o séc. XVII, como vimos, erigidas em vilas depois das leis pombalinas, é a cerâmica a principal ocupação local, e os objetos aí produzidos forneciam à Bahia e Pernambuco, sobretudo o sertão. (PRADO JÚNIOR, 2008, p 221)

A partir de 1549, com a chegada de Tomé de Sousa ao país, é estimulada a produção material de construção para o desenvolvimento de cidades mais bem planejadas e elaboradas. Em 1575 há indícios do uso de telhas na formação da vila

que viria a ser a cidade de São Paulo/SP. E foi a partir desse estímulo que começou a se desenvolver a atividade cerâmica de forma mais intensa, sendo as olarias o marco inicial da indústria em São Paulo.

Ainda de acordo com Prado Júnior,

pequenas indústrias indispensáveis, bem como outras que constituem especialidades locais, disseminam-se pela colônia. São, entre elas, as olarias para a fabricação de telhas-tijolos cozidos, empregados na construção colonial. Usam-se apenas, quando não o simples barro amassado sustentado por um engradamento de madeira, nas mais rústicas, ou a taipa, nas melhores, o adobe, que é o tijolo cru, apenas seco ao sol, e as caieiras para a preparação da cal. (2008, p. 220)

O aperfeiçoamento na elaboração das peças cerâmicas avançou e nos últimos anos do século XIX e início do XX houve um processo de especialização nas empresas cerâmicas, o que gerou uma separação entre olarias (produtoras de tijolos e telhas) e “cerâmicas” (produtoras de itens mais sofisticados, como manilhas, tubos, azulejos, louças, potes, talhas etc.).

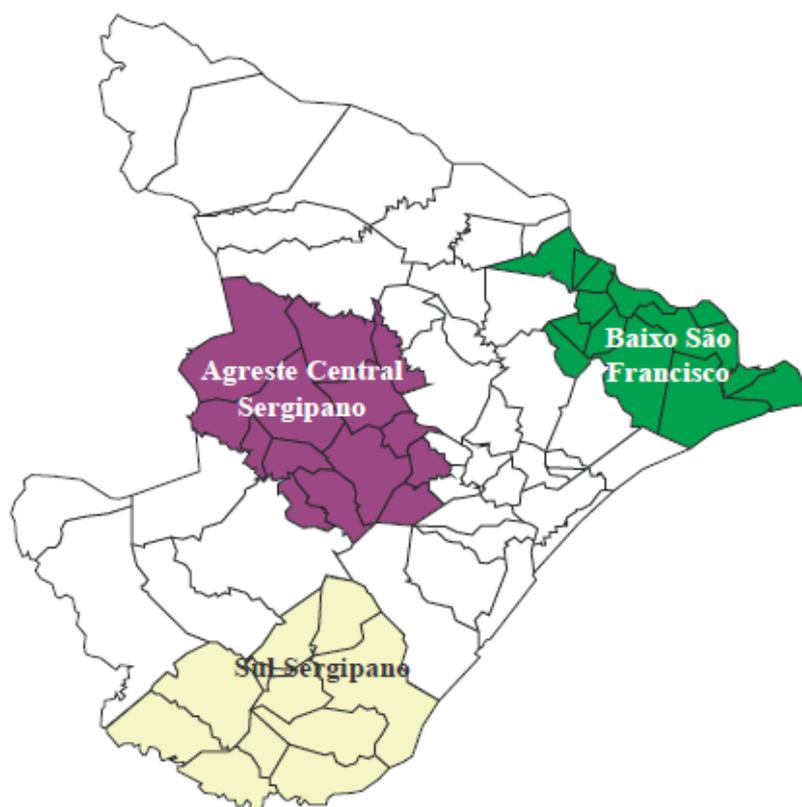
Confirmando essa separação, é de 1893 a fundação da primeira grande fábrica de produtos cerâmicos do Brasil, localizada em São Paulo. Fundada por quatro irmãos franceses, naturais de Marselha, com o nome de “Estabelecimentos SacomanFrères”, posteriormente alterado para “Cerâmica Sacoman S.A.”, a qual encerrou suas atividades em 1956. O nome das telhas conhecidas por “francesas” ou “marselhesas” é devido à origem destes empresários.

Encontrar relatos/escritos da história da cerâmica em Sergipe é um grande desafio, já que os trabalhos relacionados ao desenvolvimento da indústria de cerâmica vermelha no Estado estão mais voltados para as questões técnicas da produção das cerâmicas, enquanto que os aspectos históricos e sociais têm sido renegados ou desconsiderados.

A Indústria de Cerâmica Vermelha no Agreste Sergipano apresentou amplo crescimento na última década, com aperfeiçoamento da estrutura produtiva, ampliação da mecanização na produção objetivando elevar a produtividade e atender a demanda requerida pela construção civil.

A produção de cerâmica vermelha no Estado de Sergipe não se restringe somente ao Agreste Central, mas contempla ainda o Sul sergipano e Baixo São Francisco. (Figura 07)

FIGURA 07



Localização dos APLs de Cerâmica Vermelha do Estado

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha Sergipana / 2008. Sec. de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia.

A indústria ceramista do Baixo São Francisco apresenta expressividade na produção da cerâmica artesanal com a elaboração de vasos, peças decorativas e

eróticas. O nível tecnológico de produção é baixo, utilizando técnicas antigas e fazendo de suas residências, na maioria dos casos, seu local de trabalho¹⁴.

Já a indústria ceramista do sul sergipano é a mais expressiva do Estado com uma elevada produção e maior número de indústrias, tendo Itabaianinha sua maior concentração. Para efeito desta pesquisa, o estudo será sobre o Agreste Central, região destaque dos últimos anos pelo seu acelerado crescimento.

QUADRO 1

Municípios com Concentração da Atividade de cerâmica vermelha

Território	Município
Baixo São Francisco	Propriá
	Santana do São Francisco
	Telha
Agreste Central	Areia Branca
	Campo do Brito
	Itabaiana
Sul	Estância
	Itabaianinha
	Tomar do Geru
	Umbaúba

Fonte: SEDETEC/2008

A distribuição dos municípios apresentado no Quadro 1 é uma realidade que está mudando diante do avanço das indústrias para outros municípios, como informou a Agência Sergipe de Notícias: no município de Capela está sendo instalada uma fábrica de cerâmica vermelha com capacidade de produção de 7 mil toneladas (tijolos e lajotas), gerando 150 empregos diretos. Ainda sobre esse quadro de mudanças o Presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmicas e Olarias de Sergipe (Sindicar/SE), o empresário José Abílio Guimarães Primo acrescenta,

¹⁴ Informações retiradas da Monografia “Cerâmica: a vida de Santana do São Francisco (Carrapicho)”. Ana Rocha dos Santos. Universidade Federal de Sergipe. 1994.

Com o boom da construção civil, desde 2010, os ceramistas inauguraram 13 indústrias de cerâmica vermelha em Sergipe, 5 em Itabaiana e 8 em Itabaianinha. Hoje possuímos 5 pólos de indústria ceramista, localizadas nos municípios de Simão Dias, Siriri, Itabaiana, Itabaianinha e no Baixo São Francisco. Sergipe hoje possui 10% do número de indústrias existentes no Nordeste. (SEDETEC, 2012)

O rápido crescimento do setor tem tornado alguns dados publicados recentemente já desatualizados. Segundo Prado (2011), existiam no final de 2011 cerca de 92 micro e pequenas fábricas de cerâmicas no Estado, sendo que de acordo com o Presidente do Sindicar/SE em publicação no *site* do SEDETEC em dezembro de 2012, já são 100 indústrias de cerâmica vermelha no estado de Sergipe, sendo 80% de pequeno porte e 20% de médio porte, que geram aproximadamente 5 mil empregos diretos.

Apesar do crescimento e aperfeiçoamento técnico na produção de cerâmicas vermelhas, o caráter artesanal da produção de cerâmicas se perpetua ainda hoje no Agreste Central Sergipano nos pequenos empreendimentos com participação familiar, as chamadas Olarias. Na produção de cerâmicas das olarias o processo de trabalho é rudimentar, quase que totalmente braçal, utilizando técnicas antigas de fabrico e fornos que apresentam baixo rendimento térmico e queima irregular. As instalações apresentam certa improvisação e a comercialização dos tijolos e telhas é também destinada à construção civil, embora o consumo se restrinja ao consumo local.

Já a produção de cerâmicas vermelhas é basicamente uma atividade de produção de artefatos a partir da argila e elementos de liga como a piçarra com mão de obra contratada e produção mecanizada, chegando o trabalhador em algumas indústrias cerâmicas a não ter contato com a matéria-prima, pois o processo é quase totalmente automatizado.

A modernização do setor é recente, e a perspectiva é de constantes transformações e aperfeiçoamento tecnológico no sentido de aumentar a produtividade, e neste sentido, a indústria de cerâmica vermelha em Sergipe vem

passando por grande reestruturação para atender a demanda exigida pela construção civil no próprio estado e nos vizinhos (Bahia, Alagoas e Pernambuco).

Diante das mudanças, as pequenas olarias, grande parte delas de gestão familiar tradicional, onde o conhecimento foi adquirido de forma empírica ao longo de vários anos de atividade tem perdido espaço e têm sido classificadas como atividade informal, com produtos de baixa qualidade por não seguirem normas técnicas padronizadas e consideradas fora dos padrões de preservação ambiental por poluírem o ar com a queima em seus fornos, cujas chaminés não possuem filtros que diminuem o teor de gás carbônico.

Enquanto que as indústrias de cerâmica vermelha estão em outro patamar, pois seus produtos são classificados dentro das normas técnicas, existe um controle das etapas de fabricação e uma preocupação na seleção e preparo da matéria-prima. Essa imagem de indústria necessária ao desenvolvimento do Estado tem sido ideologicamente construída, pois está para atender aos interesses de um grupo de empresários que tem alcançado elevadas porcentagens de lucro pela exploração de recursos naturais e humanos.

Por traz do avanço das indústrias ceramistas no Estado de Sergipe, com foco para o Agreste Central, estão instituições de ensino e pesquisa como a Universidade Federal de Sergipe com o curso de Engenharia de Produção, órgãos públicos como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), todos com o objetivo de aperfeiçoar as técnicas e ampliar a capacidade de produção das indústrias, trazendo em seu discurso a promoção do desenvolvimento pela geração de emprego e renda e a exploração dos recursos naturais dentro de condições sustentáveis.

Existe uma estrutura para atender e orientar os empresários do setor no sentido de capacitação empresarial, aperfeiçoamento da gestão e suporte à inovação. E isso pôde ser percebido em visita ao Parque Tecnológico de Sergipe (SERGIPTEC). Buscando entender a função que esse organismo representante do estado exerce no desenvolvimento da atividade industrial de produção de cerâmica vermelha, após uma constante busca por alguém disposto a ceder informações, conseguimos alguns minutos com o Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, Rodrigo Rocha P. Lima. Este explicou que o papel do IEL é desenvolver programas

voltados ao desenvolvimento empresarial promovendo a articulação institucional, a promoção de uma cultura empreendedora e a capacitação empresarial. (ENTREVISTA DE CAMPO, 28/11/2011).

Ao longo da pesquisa, o contato com produções científicas, órgãos e representantes do Estado e Sindicatos permitiu apontar o seguinte quadro (Quadro 2) de instituições ligadas à Indústria de cerâmica vermelha, que de alguma forma demonstra o quanto o estado está presente enquanto macro estrutura de apoio à acumulação do capital.

Quadro 2
Instituições Ligadas a Indústria de Cerâmica Vermelha no Estado de Sergipe

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
ANICER	Revista da Associação Nacional da Indústria de Cerâmica
BB	Banco do Brasil
BANESE	Banco do Estado de Sergipe
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe
FAPITEC	Fundação de Apoio a Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPC	Instituto Pró-Cerâmica
ITPS	Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	
SINDICER	Sindicato das Indústrias de Cerâmicas e Olarias de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe

Fonte: Pesquisa secundária nos órgãos listados/ 2013

Elaboração: JESUS, 2013

O modo capitalista de produção possui como fundamento e objetivo a busca do lucro, mas para a concretização desse objetivo, além da relação na produção de mercadorias entre os capitalistas e os trabalhadores, também é necessário a criação de infraestrutura social e física que sustente a circulação do capital. Os sistemas financeiros, de transportes e da administração pública, são organizações chave na sustentação da circulação do capital e revelam o Estado como agente de “desenvolvimento” promotor do capital.

A distribuição e concentração das indústrias de cerâmica vermelha no Agreste Sergipano, respectivamente nos Municípios de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana está relacionada à proximidade das jazidas onde as matérias-primas são extraídas visando diminuir os custos com transporte.

No período do verão a indústria é abastecida por caçambas carregadas de argila retiradas na região. Nas indústrias visitadas, foi observada uma área externa com amplo espaço para armazenar o barro retirado e ali fazer uma reserva da matéria-prima necessária à produção das cerâmicas. Em algumas indústrias, a quantidade é medida pelo número de caçambas carregadas, que pode chegar a 5.000 (cinco mil) caçambadas de barro.

É a partir da extração da argila nas jazidas que se dá o início do processo de produção da cerâmica estrutural necessária à construção civil. E nesse extrair da matéria-prima é que está todo um processo de jogo de interesses econômicos entre proprietários de terras, donos de caçambas, empresários das indústrias ceramistas e órgãos do Estado.

Pelo modo legal, a exploração das jazidas só poderia ocorrer mediante licenciamento ambiental junto à Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), mas o que tem acontecido é um verdadeiro drible na legislação que regula o uso do solo pelos caçambeiros, proprietários de terra e ceramistas.

Em entrevista de campo à Cerâmica Maria Lima em Campo do Brito, uma cerâmica recém instalada, com apenas dois meses de atividade, o proprietário em tom irônico afirmou:

Pra você conseguir fazer o licenciamento ambiental tem que dar umas vinte e cinco viagens na Adema, e todo dia você volta com uma desculpa que te deram, porque cada dia tem um novo responsável que só vive viajando. Aí fica difícil trabalhar. (Pesquisa de Campo, abril/ 2013)

Visando fugir dos custos e da burocracia do licenciamento ambiental, proprietários de terras e donos de indústrias acabam negociando a retirada do barro através da intermediação dos caçambeiros, que interessados em fazer um grande número de fretes se arriscam em realizar o transporte de uma jazida ilegal para a indústria. No período da pesquisa de campo, em entrevista com proprietários das indústrias, a todo o momento a conversa era interrompida pelas constantes ligações de caçambeiros oferecendo cargas de argila, e os proprietários não questionavam a origem da matéria-prima, apenas negociavam ou dispensavam.

De maneira mais clara é percebido que os proprietários das indústrias se esquivam do cumprimento das leis ambientais, transferindo de maneira direta essa responsabilidade para o proprietário da terra que aceitou vender parte do solo de sua propriedade sem antes realizar os trâmites legais do licenciamento. Diante dessa situação podemos classificar o caçambeiro, em algumas situações como um atravessador que faz a ligação entre o proprietário da jazida e o dono da Cerâmica.

Além do caçambeiro, a figura do carroceiro também é presente, pois este explora a jazida de maneira irregular e oferece a carga ao dono da cerâmica. Embora durante a pesquisa não tenha registrado pessoalmente esta situação, ela pode ser comprovada pela informação postada em um *site* com grande número de acessos na região contando a trágica história de um carroceiro que acabou soterrado por um barrando ao extrair barro para uma cerâmica.

Durante o trabalho de extração de argila em um terreno localizado no povoado Rio das Pedras, município de Itabaiana (SE), o carroceiro **Moisés Dantas dos Santos**, 39 anos, morreu soterrado pelo desabamento de um barranco. Ele ainda foi socorrido, porém, não resistiu e morreu momentos depois. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Corpo de Bombeiros ainda foram acionados, no entanto, os socorristas constataram que o trabalhador já estava

sem os sinais vitais. O acidente ocorreu por volta das 8h30 da manhã desta segunda-feira, dia 02, logo após o início da jornada de trabalho da vítima. De acordo com informações levantadas no povoado, Moisés Dantas trabalhava por conta própria e vendia o material para proprietários de cerâmicas. O local onde era extraída a argila, produto utilizado para a fabricação de telhas, pertencia ao IBAMA, ou seja, não havia nenhuma autorização para o referido trabalho. (Disponível em: <http://www.gilsondeoliveira.com.br/materia.php?id=4880>.)

Acessado (em 02 de Julho de 2012)

Para fugir da fraca fiscalização ambiental, a exploração das jazidas irregulares é feita na madrugada, ou aos sábados, domingos e feriados, quando o órgão responsável pela fiscalização, a ADEMA, não tem expediente. Essa foi uma das fragilidades assumidas por representante da ADEMA em entrevista de campo realizada em janeiro de 2013, quando revelou que o órgão não possui sequer um mapeamento das áreas de exploração de jazidas.

Essas questões têm revelado o caráter ambíguo do Estado, no sentido que, ao mesmo tempo em que incentiva a produção e o desenvolvimento da indústria, não faz valer a letra da Lei, no sentido de criar uma estrutura eficiente para que a fiscalização seja eficiente.

O incentivo ao desenvolvimento da indústria por parte do Estado tem se dado principalmente pela oferta de linhas de crédito ao setor, seja através do próprio Banco do Estado (BANESE), seja intermediando o pedido de crédito a outros bancos. De acordo com o Secretário do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, Saumíneo Nascimento, em entrevista a Revista da Associação Nacional da Indústria de Cerâmica (ANICER), edição de janeiro de 2012, o setor ceramista está no rol das atividades prioritárias da Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe e nesse sentido confirma-se o Estado desempenhando suas funções ao analisar a reportagem que teve como título: “Caixa leva crédito ao Sergipe”.

Representantes do APL de Cerâmica Vermelha estiveram reunidos no dia 7 de fevereiro, na Superintendência da Caixa Econômica Federal, em Sergipe, para tratar da abertura de uma linha de crédito

voltada aos pequenos e médios produtores do ramo. O encontro contou com a participação do secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec), Saumíneo Nascimento; do superintendente da Caixa em Sergipe, Luciano Pimente; e do gerente regional, Evandro Luiz Versiani. De acordo com Guimarães, a linha de crédito irá proporcionar um maior número de ações para desenvolver o setor no Estado. (ANICER, 2012, p. 08).

Na edição 74 da Revista ANICER já tinha sido colocado que a projeção para 2012 teria um aumento de 22%, chegando a atingir R\$ 40 bilhões em crédito para as micro e pequenas empresas, contemplando nesse caso as indústrias de cerâmicas.

FIGURA 08

ANICER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA

Inovação Tecnológica e Modernização

Para apoiar sua empresa na promoção da inovação tecnológica e da modernização de sua fábrica através de linhas de crédito cada vez mais adequadas ao seu negócio, a Anicer necessita reunir maiores informações do setor. Por favor, pedimos que responda com rapidez as questões abaixo. Isso vai levar apenas alguns minutos do seu tempo, mas será muito importante para toda a cerâmica vermelha.

Com estes dados poderemos aprimorar o plano de ações para melhorias no setor. Gostaríamos de entender melhor a sua demanda para desenvolver soluções pontuais para o seu negócio. Preencha nossa rápida enquete e buscaremos outros benefícios para oferecer para sua empresa. Os dados fornecidos nesta pesquisa são estritamente confidenciais e não serão divulgados individualmente.

Dados do participante

Empresa Responsável pela resposta Cidade Estado

Telefone E-mail

Pesquisa

1 - Qual ou quais instituições bancárias que sua empresa é cliente?

2 - Atualmente está utilizando alguma linha de crédito ou financiamento bancário?
Sim Não

3 - Sua empresa possui forno Túnel:
Sim Não

4 - A construção de um novo forno está entre os planos de sua empresa?
Sim Não

5 - Há interesse em implantar ações mais sustentáveis em sua empresa que aumentem a competitividade do seu negócio?
Sim Não

6 - O que a sua empresa produz?

Tijolos - Produção/Mês

Bloco de vedação - Produção/Mês

Bloco estrutural - Produção/Mês

Telhas - Produção/Mês

Tubos - Produção/Mês

Outros

Página da Associação Nacional da Indústria Cerâmica para oferta de crédito.

Fonte: ANICER: <http://www.anicer.com.br/enquete.asp>. Acessado em 28/02/2013.

A Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER) disponibilizou em seu site uma enquete (Figura 08) para colher informações sobre o perfil das indústrias ceramistas com o intuito de elaborar um plano de ações que melhor atenda as demandas da indústria no quesito que se refere ao crédito.

O crédito tem sido tratado como uma questão essencial para o desenvolvimento da indústria de cerâmica vermelha. Esse discurso esconde a real função do crédito dentro do sistema capitalista. Quando o empresário não consegue aumentar a capacidade de expansão de sua indústria por esbarrar nos limites de sua propriedade, ou nas dimensões restritas do capital privado, ele recorre ao crédito como solução para ultrapassar esses limites e consegue acelerar a troca de mercadorias e aumentar o ciclo do processo de produção. Aparentemente produzindo mais ele alcançará ampla lucratividade, porém o que acontece na realidade é o estabelecimento ou ampliação da crise que já estava estabelecida, embora aparentemente não percebida.

Se as crises nascem, como se sabe, em consequência da contradição entre capacidade de expansão, a tendência à expansão da produção e a capacidade de consumo restrita do mercado, o crédito é, precisamente, pelo que ficou dito acima, o meio específico de pôr em evidência essa contradição sempre que possível. (LUXEMBURGO, 1999, p. 29)

O empresário ao usar o crédito, se sente como que estimulado a especulações arriscadas na ânsia de angariar altos lucros. Neste aspecto o crédito elimina toda fixidez ainda existente no sistema capitalista, e introduzindo elasticidade, forças extensíveis, relativas e sensíveis ao mais alto grau, revelando que essa conjuntura só contribui para facilitar e agravar as crises.

Em suma, o crédito reproduz todos os antagonismos fundamentais do mundo capitalista, acentua-os, precipita o desenvolvimento, fazendo correr o mundo capitalista para a sua própria supressão, isto é, para o desmoronamento. (LUXEMBURGO, 1999, p. 31)

Toda a capacidade produtiva das indústrias de cerâmica vermelha no Agreste Sergipano é aplicada e o financiamento através do crédito tem por enquanto assegurado a utilização plena tanto da sua capacidade produtiva como da força de trabalho. Como grande parte da produção é vendida para outras regiões, o excedente produzido que tenderia ao desequilíbrio, encontra na venda das mercadorias para outras localidades, um verdadeiro ajuste espacial que proporciona a condição para a acumulação.

A gente que tá começando a montar a indústria agora tá difícil. O pequeno não tem conseguido entrar no mercado, não tem caixa, não tem transporte, o jeito é o financiamento no banco. (Proprietário de Cerâmica. Pesquisa de Campo. Abril/2013).

Além dessas questões foi percebido que não existe no processo de preparação/seleção das argilas para elaboração das cerâmicas, qualquer controle técnico que defina a argila ideal ou a mistura correta dentro das normas estabelecidas para que o produto tenha a devida segurança. Este processo foi percebido tanto nas jazidas onde as argilas são retiradas como também nas áreas externas das indústrias em que são acumuladas para depois serem colocadas nos silos e logo após, carregadas por esteiras para passarem por todo processo produtivo.

Essa deficiência revela a fragilidade dos produtos fabricados, pois em muitos casos o tipo de argila utilizada não possui a característica ideal para dar liga e consistência ao produto. Isso é fruto também dos poucos estudos de caracterização do solo no Estado, que acaba permitindo a exploração das jazidas a partir de critérios empíricos e não técnicos. Só no ano de 2011 é que foi publicado um estudo sobre a caracterização química e mineralógica das argilas utilizadas na produção de cerâmica vermelha no Estado de Sergipe por Carolina Mangieri de Oliveira Prado. Antes desse estudo, foi publicado um trabalho de 1976 do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe em parceria com o Conselho de Desenvolvimento de Sergipe – CONDESE, e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com um levantamento preliminar das ocorrências de argilas no Estado.

Mais uma vez é revelado o Estado possibilitando o “desenvolvimento” de setores da sociedade, em especial o industrial, já que para os empresários do setor, limitaria a possibilidade de auferir lucratividade se necessário fosse criar toda a estrutura de suporte ao crescimento industrial. Só o estudo sobre a caracterização mineralógica, envolveu diversas organizações do estado, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPAS), com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) e a Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise), possibilitou um investimento de meio milhão de reais para a pesquisa.

Nessa pesquisa a autora acabou revelando a impressão que obteve empiricamente sobre a forma como as argilas são selecionadas,

A maioria dos ceramistas, na indústria de cerâmica vermelha, faz a formulação das massas misturando dois ou mais tipos de argilas até obter uma plasticidade desejada, mas essa mistura é feita de forma aleatória, sem o conhecimento prévio da composição das matérias-primas, prejudicando assim o resultado final quanto à qualidade e muitas vezes ocasionando desperdícios. (PRADO, 2011, p. 17).

Por outro lado, se apropriar dos conhecimentos técnicos exige a contratação de profissionais qualificados, o que para o empresário não representa vantagens financeiras, até por que seus produtos, mesmo não estando dentro dos padrões estão sendo consumidos.

Percebe-se que desde os profissionais até as normas técnicas ou selos de qualidade estão inseridos dentro da lógica das mercadorias. E nesse sentido, como afirma Marx (2011), não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. Todos os meios estão voltados para a acumulação de capital.

E nesse caso se apropriar de uma marca ou deixar a indústria dentro de tais normas representa alto investimento em convênios com laboratórios. A Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) são órgãos responsáveis por baixarem Norma e Portaria que determinam os tamanhos padrões dos blocos cerâmicos. De acordo com informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no caso dos blocos, os documentos que regulam sua produção e comercialização são: NBR 15270:2005 (ABNT) e Portaria 127/05 (Inmetro), definindo assim sob quais condições (dimensões e propriedades físicas) o bloco cerâmico deve ser fabricado e comercializado.

O quantitativo de normas técnicas que regulam o setor de cerâmico estrutural de blocos e telhas é expressivo e de longa data como demonstrado em tabela 4.

TABELA 4

Subsetor	
Cerâmica Vermelha	
Normas Técnicas (BLOCO)	
NBR 6461	Bloco cerâmico para alvenaria – Verificação da resistência à compressão (1983)
NBR 7171	Bloco cerâmico para alvenaria (1992)
NBR 8042	Bloco cerâmico para alvenaria – Formas e dimensões (1992)
NBR 8043	Bloco cerâmico portante para alvenaria - Determinação da área líquida (1983)
Normas Técnicas (TIJOLO MACIÇO CERÂMICO PARA ALVENARIA)	
NBR-6460	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria – Verificação da resistência à compressão (1983)
NBR-7170	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria (1983)
NBR-8041	Tijolo maciço cerâmico para alvenaria – Forma e dimensões (1983)

Normas Técnicas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Adaptado de Ideias de Negócios Sustentáveis / Indústria de Cerâmica.

FONTE: SEBRAE. Site: . Acessado em 05/04/2013.

Além das Normas da ABNT, existem outros programas de controle da qualidade dos produtos ligados à indústria de cerâmica vermelha como o PSQ –

Programa Setorial da Qualidade que tem em seu discurso a implantação de mecanismos de combate a não conformidade para a formação de um mercado competitivo e justo, sensibilizando os fabricantes para o controle tecnológico e padronização dos produtos.

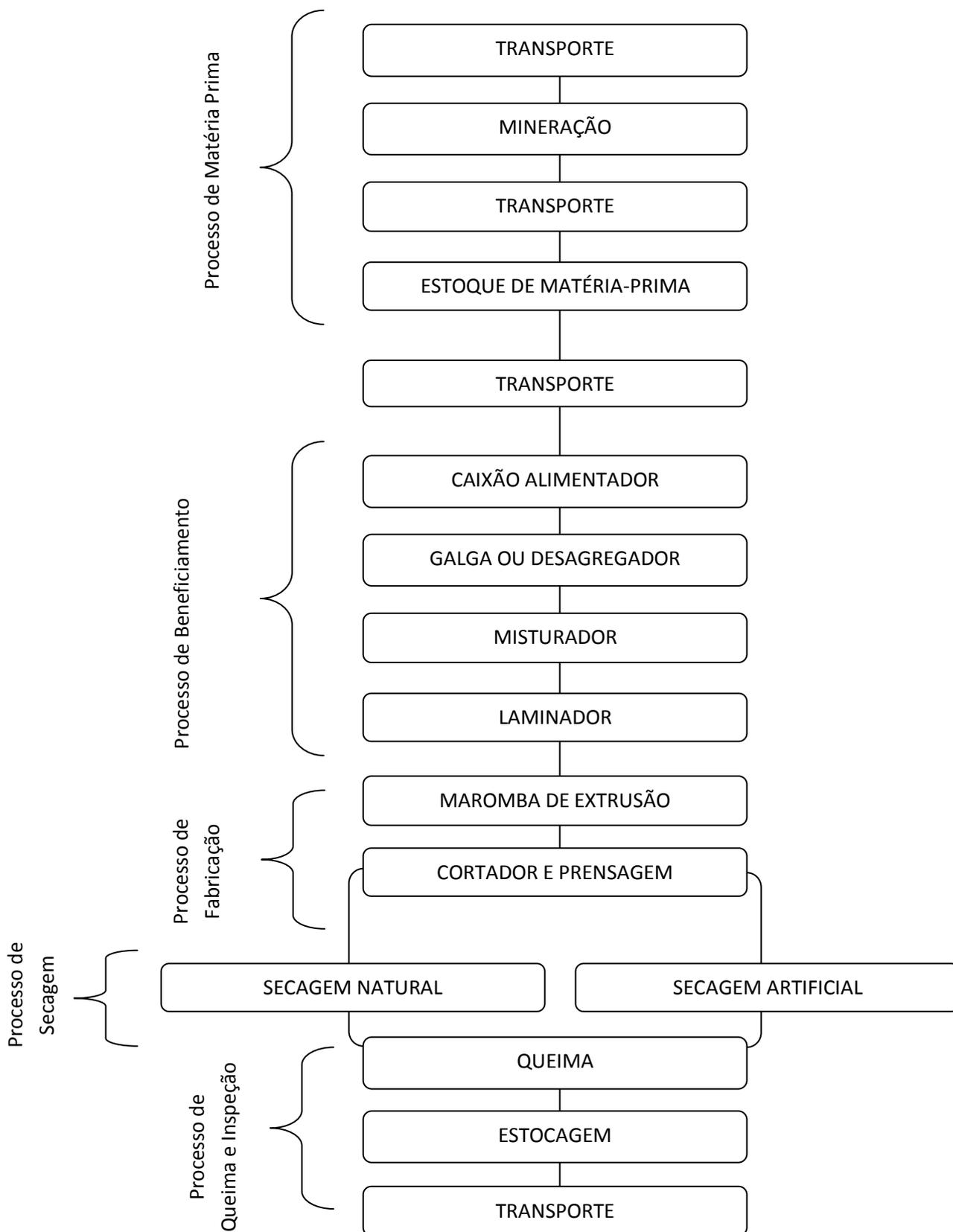
Por trás desse discurso de beneficiamento à sociedade civil pelo enquadramento das indústrias às normas técnicas está o enquadramento as normas de mercado, onde aqueles que não conseguem se adequar ao sistema, são excluídos. Cria-se uma forma de seleção dos produtos mais adequados ao mercado, sendo que o critério para adequação das indústrias está na lógica mercadológica.

Como exemplo, temos o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H) que tem a adesão da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER, onde, para participar do Programa Setorial da Qualidade é necessário fazer Assinatura do Termo de Adesão e o pagamento da Taxa de Participação, sendo ainda necessário participar de uma rede de laboratórios com abrangência nacional para o ensaio dos produtos. A lógica dos programas de qualificação acaba apresentando um caráter excludente que inabilita pequenos produtores ceramistas a continuarem suas atividades.

Para o sistema capitalista, o que importa são as elevadas margens de lucro, mesmo que para isso alguns entrem em falência. A produção estando elevada e contribuindo para a lucratividade é um sinal que a economia está “saudável”. Essa questão é ideológica e tem se propagado enquanto discurso midiático e por órgãos do governo ao afirmarem, generalizando, que o crescimento é bom. Esquecem que estamos inseridos em um sistema de base desigual, e que na medida em que gera riquezas para alguns, do outro lado gera pobreza e miséria.

O processo produtivo da cerâmica vermelha envolve diversas etapas, que de maneira geral pode ser dividida em duas etapas, quais sejam, a primeira que envolve a exploração da matéria-prima, neste caso a argila, e a segunda, a de transformação dessa argila para elaboração do produto final. Para melhor visualização representamos abaixo em um fluxograma 01 as etapas ampliadas em cinco processos, que estão intimamente interligados.

PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CERÂMICA VERMELHA



Fonte: Pesquisa de campo/ 2013. Elaboração: Rubens Almeida.

No primeiro processo, as etapas estão relacionadas ao trato com a argila, destacamos o transporte da matéria-prima e estocagem na área externa da indústria. Logo após, todos os processos de elaboração até o carregamento dos caminhões acontecerão na indústria.

O segundo processo, de beneficiamento, se inicia com a mistura das duas argilas empregadas que são transportadas da área externa por um trator e colocadas em um caixão alimentador, (Figura 09), e logo após transportadas por esteiras (Figura 10) para a dosagem da desagregação pelo destorroador. O destorroador é uma máquina que desagrega os torrões, composto de robustas navalhas, quebra-os até reduzi-los à granulometria necessária para seu posterior processamento. Logo após o misturador homogeneiza a matéria prima com o acréscimo de água necessária para o limite de plasticidade. Para complementar o trabalho do misturador, o laminador é uma máquina importante nesse processo, pois refina a argila, os pedriscos, grãos de pedras calcárias e outros materiais semelhantes são fracionados, laminados e misturados à massa cerâmica.

FIGURA 09



Caixão Alimentador

Fonte: Pesquisa de campo/ A. Branca / dez. 2012.

FIGURA 10



Conjunto de Esteiras

Fonte: Jonas/ C. do Brito / Dez. 2012.

No ato de fabricação, o terceiro processo é o da extrusão (Figura 11), onde a maromba, uma câmara de alta pressão equipada com um sistema de desaeração (vácuo), em que eixos misturadores realizam um novo trabalho de mistura da massa. A seguir um conjunto de hélices pressiona a massa contra grelhas radicais e facas rotativas que repartem em pequenas partículas facilitando a extração de ar e excesso de umidade pelo sistema de vácuo. A massa então é forçada para o interior da hélice principal de extrusão pelos artelhos calcadores. Em seguida a hélice principal realiza a compressão final forçando a massa contra um molde (boquilha) de formato desejado. No fim da extrusão a massa moldada sai em forma de bastão, corre por esteiras para ser seccionada no comprimento desejado através do cortador até a máquina da prensagem.

É na prensagem que o bastão obtém sua forma final, ou seja, que se determina o tipo de bloco a ser produzido.

FIGURA 11



Processo de Extrusão

Fonte: Pesquisa de campo/ A. Branca / dez. 2012.

O quarto processo é o da secagem (Figura 12). As cerâmicas são transportadas para um galpão onde são armazenadas. O objetivo da secagem é o de eliminar a água que foi utilizada na etapa de conformação, necessária para a obtenção de uma massa plástica. A eliminação da água ocorre por evaporação através do aporte de calor efetuado por uma corrente de ar.

A secagem pode se diferenciar em natural ou artificial. A secagem natural acontece pelo tempo de exposição do produto às condições do tempo (ventos, calor) em que ficam armazenados no galpão. Já a secagem artificial, se dá a partir da armazenagem das cerâmicas em um galpão de alvenaria, onde receberão o ar ou gases quentes injetados nos secadores através de canais localizados na parte inferior ao longo do secador, este calor é canalizado justamente dos fornos onde são queimadas as cerâmicas. A secagem artificial é mais utilizada no período do inverno, onde as condições do tempo não contribuem para o processo de secagem natural de maneira rápida.

FIGURA 12



Secagem da Cerâmica

Fonte: Pesquisa de campo/ A. Branca / Dez. 2012.

Por fim, o quinto processo envolve duas etapas, que é a queima e a estocagem da cerâmica já pronta para ser comercializada.

No processo da queima, as cerâmicas cruas são armazenadas dentro dos fornos, que são alimentados com madeira e queimadas. A madeira utilizada é o eucalipto ou a algaroba, provenientes do Estado da Bahia. A carga e a descarga dos fornos com cerâmicas finalizando o ciclo de cozedura se dão por processos manuais, considerados para os empresários um processo lento, não existindo nas cerâmicas do Agreste sergipano processo mecânico por vagonetas em trilhos ou esteiras que façam esse trabalho, o que já acontece em cerâmicas do sudeste, por exemplo.

Finalizando este ciclo, o transporte para a comercialização do produto é único e exclusivamente o rodoviário, através de caminhões. A não liberação de informações quanto ao quantitativo da produção nas indústrias visitadas

impossibilitou uma representação fidedigna para onde se dirige a maior parte da produção de cerâmicas. As informações se resumiram à afirmação para quais regiões se destinam, mas sem quantificação.

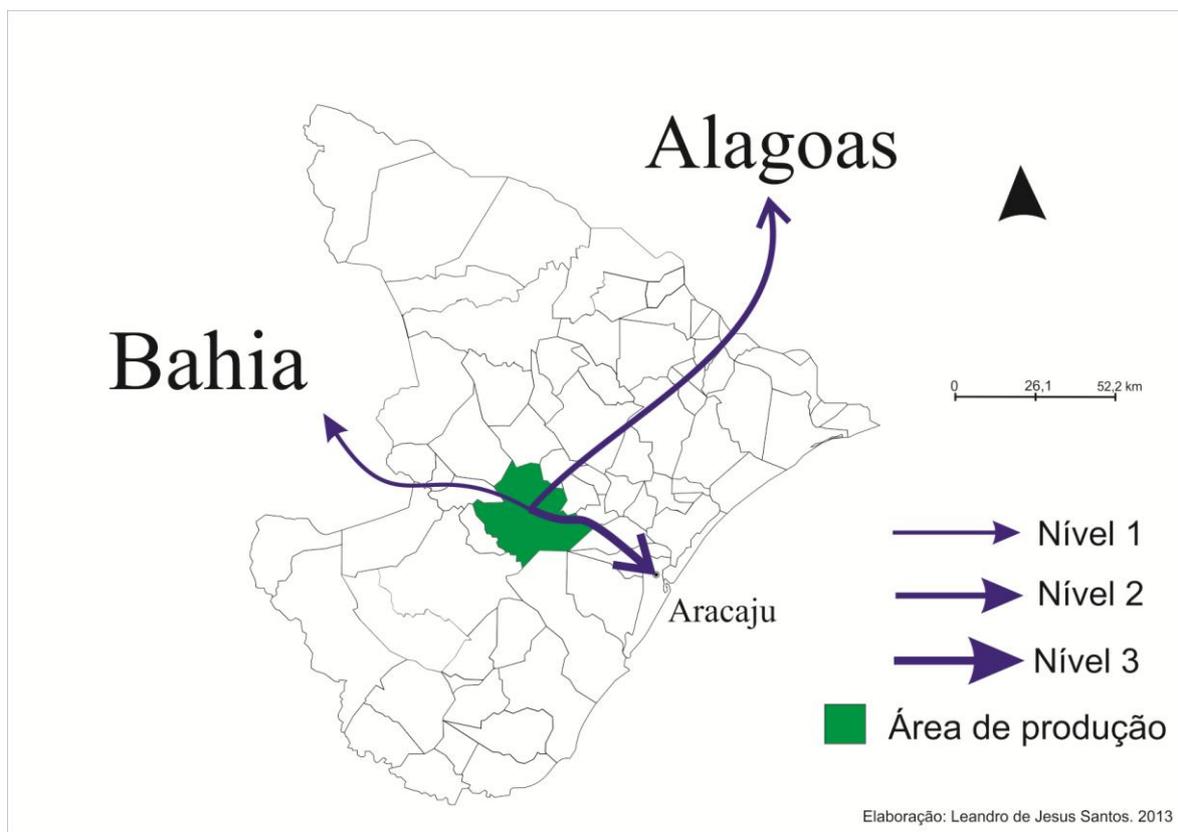
Por isso a representação da Figura 13 mostra através de níveis que indicam a partir do Nível 3 para onde se destina a maior parte da produção chegando ao Nível 1, para onde é comercializada a produção em menor intensidade.

Por um lado a distribuição da cerâmica tem sido executada de forma direta, a partir da venda dos produtos das cerâmicas para o consumidor final, nesse caso para o mercado corporativo (construtoras e Governo). E por outro lado tem-se a distribuição indireta, por meio de atacadistas e varejistas especializados, nesse caso, as casas de materiais de construção, sendo este o principal canal de escoamento dos produtos cerâmicos das indústrias visitadas até os consumidores finais.

Neste sentido a maior parte da produção se destina a Aracaju, capital sergipana, sendo os maiores compradores os donos de casa de materiais de construção, que tem atendido a demanda da construção civil vendendo parte destes produtos para construtoras que a utilizam na construção de empreendimentos com casas populares e condomínios de luxo e empreendimentos individuais de pessoas que reformam ou constroem suas casas.

No segundo Nível, a produção é destinada ao Estado de Alagoas, principalmente à cidade de Arapiraca para as casas de materiais de construção, chegando a alcançar também a capital alagoana, Maceió. O nível 1, apresenta a menor intensidade de destinação dos produtos ao Estado da Bahia.

FIGURA 13



Distribuição das Cerâmicas Produzidas

Elaboração: Leandro de Jesus/2013.

A indústria de cerâmica vermelha no Agreste Sergipano está avançando fundamentada em um discurso de sustentabilidade do setor produtivo, quando na verdade o que se tem é a elevada exploração da natureza pela extração das jazidas de argila, essa sim, fundamento da indústria de cerâmica vermelha, porque sem argila, como produzir as cerâmicas.

Pensando por esse aspecto, entender o que está por traz do discurso da sustentabilidade, como se configurou esse discurso e a quem está atendendo é essencial nessa pesquisa para compreender a dinâmica do capital em se apoderar do território.

3.1 - O Licenciamento Ambiental: condição para exploração da Natureza

Diante das consequências que o planeta vem colhendo pela forma como têm sido tratados os recursos naturais, a criação de uma legislação específica para as questões ambientais fora implantada com o objetivo de institucionalizar o acesso a tais recursos, e ao mesmo tempo permitir que a tendência destrutiva do capital se perpetue, não poupando a natureza.

A Licença Ambiental se coloca como o mecanismo legal para legitimar, através de um ato administrativo o acesso e aproveitamento de recursos naturais. A licença ambiental encontra-se definida pelo art. 1.º, II, da Resolução CONAMA 237/1997, consistindo,

No ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (Resolução 237/1997 do CONAMA)

No caso desta pesquisa, a licença ambiental é condição para a exploração de um minério, a argila. O órgão Federal responsável por gerir o patrimônio mineral Brasileiro é o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que através de um conjunto de Leis e normas regula a exploração do minério.

A Lei máxima do País, a Constituição Brasileira de 05/10/1988, institui no Art. 21, IX, que são bens da união os recursos minerais, inclusive os do subsolo. Sendo assim, explorar qualquer recurso mineral, tem que ter a concessão dos órgãos que regulam o setor.

O Departamento Nacional de Produção Mineral, em sua legislação atualizada, neste caso, a Portaria Nº 266, de 10 de Julho de 2008 que dispõe sobre o processo de registro de licença, no seu Art. 2º, II, afirma que poderão ser aproveitadas pelo regime de licenciamento: argila empregada no fabrico de cerâmica

vermelha, aquela que utilizada isoladamente, se preste ao fabrico de tijolos, telhas, manilhas e produtos artesanais, excluídas as argilas destinadas a revestimento.

Neste caso, toda e qualquer exploração de argila com o fim de servir as indústrias de cerâmica vermelha, necessitam inicialmente do licenciamento ambiental. A competência para o licenciamento e proteção do meio ambiente, de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 23, VI e VII, é atribuída à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Visando não criar problemas quanto à competência entre órgãos de diferentes instâncias, a Lei Nº 7.804, de 18 de julho de 1989, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu Art. 10 coloca,

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis. (Lei nº 7.804/1989)

A construção da legislação ambiental foi gradualmente sendo formulada, e a competência para as questões ambientais foi sendo dividida nos três níveis da Federação. O critério para identificar o órgão licenciador está relacionado ao âmbito de influência dos impactos ambientais. Como afirma Beltrão (2011),

Assim, se os impactos diretos do empreendimento a ser licenciado extrapolarem a extensão territorial de um estado, será competente o IBAMA, pois estará caracterizado o impacto nacional. Caso tais impactos sejam inferiores ao limite territorial de um Estado, mas exceda os limites de um Município, competirá o licenciamento ao órgão ambiental estadual – impacto estadual. Por fim, se os impactos diretos forem apenas de âmbito local, será competente o órgão municipal – impacto local. (Beltrão, 2011, p. 149).

No Estado de Sergipe, o Licenciamento Ambiental está sob a responsabilidade da ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente, autarquia criada pela Lei 2.181 de 12 de outubro de 1978, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), que analisa e emite Parecer Técnico referente ao projeto apresentado pelo empreendedor.

Assim, definidas as questões de legalização da exploração dos recursos naturais, a observação de como tem se dado o desenvolvimento da atividade de exploração da argila via licenciamento ambiental para as indústrias de cerâmica vermelha se deram inicialmente nas indústrias.

Através das visitas que foram feitas e dos diálogos estabelecidos com os trabalhadores e proprietários nas indústrias foi sendo possível montar o quebra-cabeça do que é a exploração de um recurso mineral e quais os passos e procedimentos necessários para legalizá-lo.

A partir da informação que as jazidas de exploração das argilas se encontravam em áreas próximas das indústrias, mais especificamente nas áreas rurais das cidades de Areia Branca, Campo do Brito e Itabaiana, é que começou a identificação dos locais para depois o mapeamento desses pontos. A localização das jazidas requereu um trabalho investigativo, já que a maior parte dos pontos de exploração não possui autorização ambiental pelo órgão Estadual responsável – Administração Estadual do Meio-ambiente (ADEMA), e por isso a exploração das jazidas acontecia nas madrugadas e finais de semana, horários em que o órgão fiscalizador, a ADEMA e Polícia Ambiental, não funcionam.

Esta fragilidade dos órgãos responsáveis por autorizar e fiscalizar as áreas exploradas foi reconhecida pelo Geólogo da ADEMA:

A nossa função é também fiscalizar, mas sabemos que nos finais de semana, feriados, e em horários em que não damos expedientes, eles aproveitam para explorar as áreas. Também não temos estrutura suficiente para atender a todo o estado de Sergipe. Olhe para minha mesa e veja a quantidade de pastas para serem analisadas. Hoje minha função é mais administrativa. (Entrevista de Campo. Dezembro de 2012)

Diante de tal situação, o licenciamento ambiental, colocado como a solução para dar sustentabilidade à exploração das atividades que necessitam da argila, não garante tal sustentabilidade, revelando com isso, o caráter metamorfoseado do direito (Leis), ou seja, o direito deixa de ser uma prerrogativa para todos e transforma-se em um conjunto de leis vazias.

A visita a ADEMA foi importante, pois na conversa com o geólogo, este indicou os passos necessários que um ceramista precisaria para licenciar uma jazida.

- Autorização do proprietário da área;
- Licença da Prefeitura e atestado de uso e ocupação do solo;
- Verificação no DNPM se a área está livre;
- Elaboração do Plano de Lavra;
- Elaboração do PRAD (Projeto de Recuperação de Área Degradada ou alterada);
- Se for o PL e o PRAD aprovados: requer autorização do registro de licença no DNPM;
- Execução da exploração da mina com o assessoramento e acompanhamento de um Geólogo ou Engenheiro de Minas.

(Entrevista de Campo. Dezembro de 2012)

Estas informações foram escritas de próprio punho pelo geólogo durante a entrevista. A quantidade de informações requeridas e o investimento com pagamento de taxas aos órgãos ambientais e a contratação de profissionais, que nesse caso só podem atuar o geólogo ou engenheiro de minas, tem sido uma das reclamações dos proprietários que afirmam existir elevada burocracia, o que tem contribuído para a permanência das atividades de forma ilegal.

Em visita à Secretaria de Obras do Município de Campo do Brito, solicitando informações de como são processadas as licenças para uso e exploração do solo no município, foi revelado que a licença do município se resume a uma declaração, cujas informações já são trazidas pelo proprietário da cerâmica. Ficou constatado que o município não faz uma averiguação se as informações contidas na declaração condizem realmente com a área a ser explorada.

Se o município é o primeiro órgão a autorizar a exploração das jazidas, esse primeiro passo já não acontece dentro de um padrão que priorize a preservação da natureza. Ao emitir uma declaração de autorização sem uma investigação dos recursos que a área possui como vegetação, nascentes ou áreas próximas a leito de rios, é demonstrado que não há preocupação com a sustentabilidade das atividades que envolvem a produção de cerâmicas e o próprio meio ambiente.

Dando sequência aos passos apontados pelo geólogo para a concessão da Licença Ambiental, o segundo é a visita ao Departamento Nacional de Produção Mineral para saber se a área que pretende explorar está livre para tal atividade. A área estando livre é emitida exigência para apresentação de licença ambiental.

A fase seguinte é a produção do Plano de Lavra, que de acordo com Marin (2009), o plano de lavra consiste no projeto da exploração, que tem como ponto principal a memória descritiva, a identificação e caracterização, impactos ambientais significativos e respectivas medidas de mitigação e monitorização. Ou seja, é feito todo um levantamento descrevendo os processos que estarão envolvidos na exploração da jazida, desde a retirada da argila até o transporte.

Já a elaboração do PRAD (Projeto de Recuperação de Área Degradada ou alterada) é essencial como garantia que após a exploração da área, a empresa investirá na recuperação da jazida, fazendo com que aquela área tenha uma outra utilidade. Quando se está definindo a degradação do solo, a questão é mais séria, por que não é facilmente reversível, uma vez que processos de formação e regeneração do solo são muito lentos.

Após a elaboração do PRAD, é dada a autorização pelo DNPM e apresentado toda a documentação à ADEMA que dará a liberação de execução da exploração da jazida.

Todo este processo não tem sido verificado na prática, tornando a lei, um mero instrumento voltado apenas à legitimar a exploração dos solos para as cerâmicas. Um dos pontos que deve ser destacado é o Projeto de Recuperação de Área Degradada, que pelo que foi observado não tem sido aplicado. Na pesquisa de campo realizada em Janeiro de 2013 foi possível localizar pontos de exploração da argila destinada às indústrias de cerâmica vermelha, e em muitas dessas áreas, não

foi visto qualquer intervenção humana para sua reabilitação (Figura 14). O que estava sempre à vista foi a recomposição da flora, ocorrendo de forma lenta e à custa do tempo.

FIGURA 14



Área não recuperada depois da retirada de argila.

Foto: Trabalho de Campo / Jan. 2013.

A figura 14 mostra o solo desnudo, sem a presença de material orgânico, necessário para o desenvolvimento da vegetação. Neste caso, segundo Wadt (2003),

O impacto das gotas de chuva no solo causa a desagregação das suas partículas, tornando-as mais vulneráveis ao arraste mecânico causado pelo escoamento superficial das águas. O entupimento dos poros pelas partículas desagregadas dificulta a infiltração das águas das chuvas e, assim, aumenta o volume do escoamento superficial, facilitando ainda o próprio transporte dessas partículas pela enxurrada. (Wadt, 2003, p 13).

Se para a exploração da área da figura 14 o PRAD tivesse sido colocado em prática, o primeiro passo se daria antes mesmo da extração da argila, pois o material

orgânico que reveste o solo seria retirado e colocado em outra área para depois ser recolocado na área degradada para ajudar no processo de recuperação.

A localização das áreas de exploração de argila requereu inicialmente muita observação e investigação, tendo atenção com a movimentação das caçambas e em alguns casos seguindo-as para descobrir de onde estavam retirando o barro. A localização dos pontos foi feita durante a semana, dias em que o movimento era constante, mas a visita a alguns pontos só foi possível no domingo, quando a jazida não apresentava nenhuma atividade, facilitando o registro fotográfico mais aproximado.

Foram identificados cerca de 15 pontos (Tabela 5) em que a área já tinha sido explorada e outras em que ainda estavam acontecendo a exploração. Desses pontos, apenas dois apresentavam uma placa identificando que tinham autorização através do licenciamento ambiental para explorar a área, sendo que uma delas já apresentava data da licença vencida, mas foi encontrado no momento da visita a extração da argila sendo feita. (Figura 15).

FIGURA 15



Jazida de exploração da Argila.

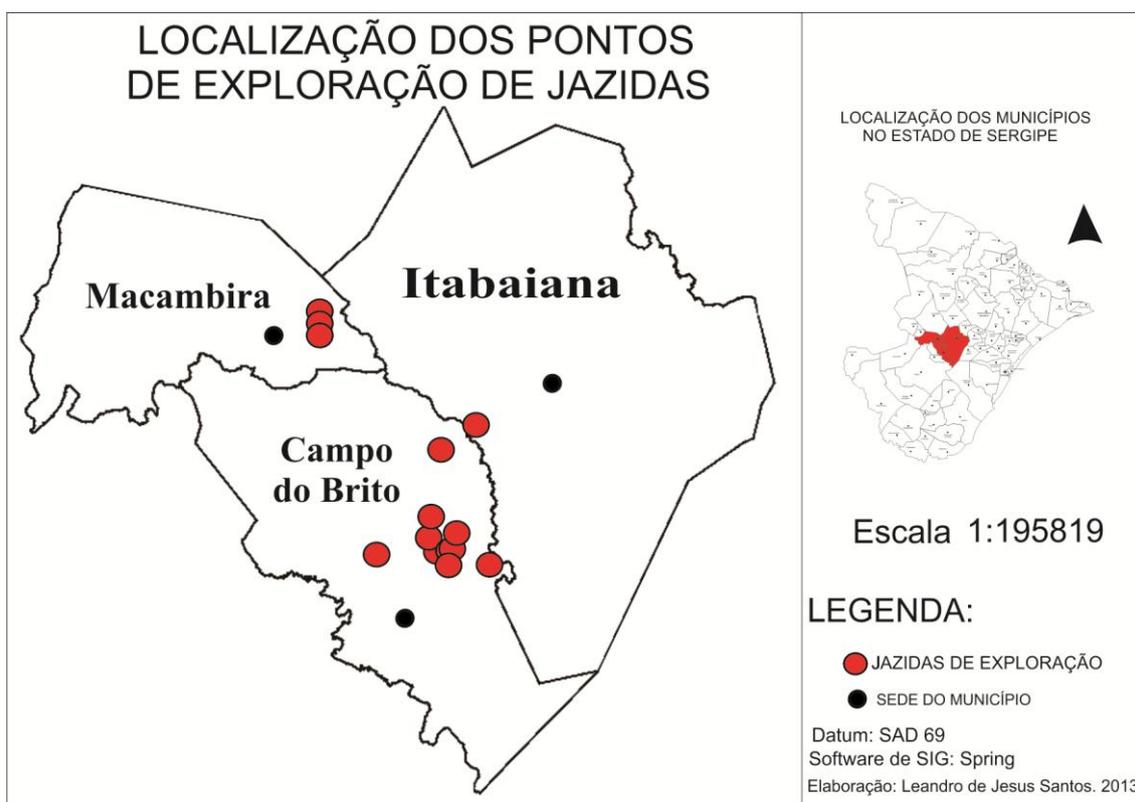
Foto: Trabalho de Campo / jan. 2013.

Algumas áreas em que foi retirada a argila, os proprietários colocaram que a intenção era a escavação de tanques e como alternativa vendiam o barro aos

ceramistas. Esta ação é considerada pelos donos de terra algo comum na região, pois próximo da chegada do inverno estes resolvem ampliar ou cavar novos tanques para catação de água. A escavação dos tanques aliado com a possibilidade de obter lucro com a venda do barro tem incentivado alguns proprietários a tal ação.

Dentre estes 15 pontos, só foi possível a localização pelas coordenadas geográficas de 14 pontos, pelo fato de estar dentro de propriedades particulares, o acesso para registro ou busca de informações acabava não sendo permitido. Em alguns pontos afirmavam que eram apenas empregados da propriedade e que os donos não se encontravam no momento ou moravam em outra cidade. O mesmo se deu com a autorização para registro fotográfico, necessitando em alguns casos de prévia autorização dos proprietários do terreno, o que era feito no momento via ligação telefônica. As informações possibilitaram a elaboração do mapa de localização dos pontos de exploração. (Figura 16).

FIGURA 16



Localização dos pontos de Exploração de Jazidas.

Elaboração: Leandro / 2013

TABELA 05**LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS COM SUAS RESPECTIVAS COORDENADAS**

JAZIDAS ARGILAS	MUNICÍPIO	LOCAL	COORDENADAS (UTM)	
			LATITUDE	LONGITUDE
A	ITABAIANA	ROD. JOÃO PAULO II	S 10° 42' 45,2	W 37° 27' 32,7
B	CAMPO DO BRITO	ROD. JOÃO PAULO II	S 10° 43' 27,5	W 37° 28' 29,9
C	CAMPO DO BRITO	SÍTIO CEILÃO	S 10° 45' 18,8	W 37° 28' 46,0
D	CAMPO DO BRITO	POV. BOA VISTA	S 10° 45' 55,5	W 37° 28' 48,7
E	CAMPO DO BRITO	POV. PIÇARREIRA	S 10° 46' 34,7	W 37° 28' 19,6
F	CAMPO DO BRITO	POV. BOA VISTA	S 10° 46' 16,2	W 37° 28' 20,9
G	CAMPO DO BRITO	SERRA DAS MINAS	S 10° 46' 36,0	W 37° 27' 06,0
H	CAMPO DO BRITO	POV. BOA VISTA	S 10° 46' 11,2	W 37° 28' 16,5
I	CAMPO DO BRITO	POV. BOA VISTA	S 10° 45' 46,2	W 37° 28' 04,6
J	CAMPO DO BRITO	POV. BOA VISTA	S 10° 46' 17,7	W 37° 28' 37,9
L	CAMPO DO BRITO	SERRA DOS MONTES	S 10° 46' 20,4	W 37° 30' 14,1
M	MACAMBIRA	POV. SOBRADO	S 10° 39' 40,4	W 37° 31' 51,2
N	MACAMBIRA	POV. BARRO PRETO	S 10° 40' 10,6	W 37° 31' 51,8
O	MACAMBIRA	POV. BARRO PRETO	S 10° 40' 21,7	W 37° 31' 50,8

Pontos de Exploração de Jazidas e suas Coordenadas Geográficas.

Fonte: Trabalho de Campo / fev. de 2013.

Todas estas dificuldades na busca de informações acabam por si só denunciando a forma como os recursos naturais vêm sendo explorados, o que significa a insustentabilidade da atividade e do recurso natural pela extinção dos principais recursos que compõem.

3.2 - OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DA NATUREZA PELA ATIVIDADE INDUSTRIAL DE CERÂMICA VERMELHA

As transformações operadas na sociedade com a emergência do capitalismo industrial mudaram as concepções e visões sobre a natureza. A dominação da natureza como uma medida do progresso humano é uma realidade aceita, embora exista o temor que os recursos naturais venham a extinguir-se.

No decorrer da história, a concepção social da natureza acumulou inumeráveis significados, de modo que estes conceitos foram apropriados em seu contexto, em sua época. Assim,

a natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal a parte, e é um também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. (SMITH, 1998b, p. 28)

Esta citação revela o quanto é complexo e contraditório definir o que significa natureza. Embora todos esses termos indicando natureza estejam presentes na atualidade, existe um dualismo que domina a concepção de natureza entre: natureza externa e natureza universal.

A natureza externa é vista como algo que existe fora da sociedade, primitiva e criada por Deus, autônoma, considerada a matéria-prima da qual a sociedade é construída. Segundo Smith (1998), como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é também concebida como universal, onde está implícito que os seres humanos e seu comportamento social, são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos externos da natureza. Esta concepção inclui o homem com o não-humano da natureza.

Nos dois últimos séculos, a relação social com a natureza apresentou uma transformação sem precedentes. Graças à capacidade e ao potencial de desenvolvimento de técnicas de transformação e apropriação de recursos naturais desenvolvidas pelo homem nas últimas décadas, o homem tem se configurado progressivamente em principal agente transformador da natureza.

De acordo com Foladori (1997), fundamentado na teoria de Marx, o que requer explicação não é a unidade do ser humano com a natureza, pois isso é parte da natureza física e química, mas o que se deve explicar é o processo histórico por

meio do qual se separa – aliena-se - a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se.

Nas sociedades primitivas, os limites de dominação da natureza pelo homem estavam materializados em sua força física. Havia uma produção coletiva que satisfazia apenas o essencial à subsistência do homem. Desse modo, o tempo de produção de materiais que serviria ao homem acompanhava o tempo da natureza, ou seja, o intercâmbio entre o homem e a natureza possuía um caráter útil, pois produzia coisas socialmente úteis e necessárias.

Com o desenvolvimento de novas técnicas para transformação dos recursos naturais em produtos que agora possuem valor de troca e que atendem as necessidades criadas pelo sistema capitalista, a exploração e dominação da natureza foi ampliada sobremaneira, chegando ao ponto de o homem perceber que nesse ritmo de exploração, a natureza não consegue se regenerar e conseqüentemente acontecerá a extinção desses recursos.

Desse modo, o panorama que se apresenta na atualidade é de degradação da natureza, ou seja, destruição do espaço onde se desenvolve a vida vegetal e animal, incluindo o homem. Esse tratamento exploratório do homem à natureza é fruto de uma concepção externa que este adota. O homem não se vê como parte dessa natureza, e por isso acredita que deve dominar e manipular seus recursos.

A partir de Francis Bacon, início do século dezessete, esta concepção de domínio sobre a natureza foi criada, ao considerar ele, que o domínio sobre a natureza era uma tarefa divina, sancionada por Deus e tornada necessária pela Queda do Jardim do Éden. Como forma de alcançar o equilíbrio perdido entre a natureza e o homem, faz-se necessário a dominação da natureza pelo homem. É por isso que atualmente os homens tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho a serem transformados em mercadoria. (SMITH, 1998)

Ter a ideia que a natureza é exterior ao ser humano foi o suficiente para legitimar sua exploração e tornar essa ação natural. As atividades industriais modernas em diferentes áreas de metalurgia, fertilizantes, cimento e em especial para efeito desta pesquisa, o setor da construção civil, usam e transformam recursos naturais em produtos manufaturados.

Nesse sentido a pesquisa numa abordagem geográfica sobre os impactos que a produção de cerâmica vermelha imprime na natureza e as consequências para o futuro dos seres sociais que esta exploração possa causar é fundamental para atingir adequados diagnósticos, a partir dos quais tornar-se-á possível elaborar prognósticos.

Com a criação constante de necessidades pelo capital, a vida, em geral, toma outro ritmo que está para além das necessidades de sobrevivência, de assegurar a reprodução e a perpetuação da espécie. Nesta condição é que a partir do século XX as mudanças e os impactos sobre a natureza começaram a ser notados e tomaram no pós Segunda Guerra Mundial um tom alarmante.

Acreditar que a solução para a crise ambiental está na técnica ou meios científicos é ilusão. A ciência contribuiu para o conhecimento aprimorado da matéria, tornando possível um maior domínio sobre ela e melhor explorando suas potencialidades, mas o conhecimento sobre a matéria não garante a produção da matéria enquanto tal. E esta análise vale para qualquer dos componentes naturais como água, solo, ou os mecanismos como a fotossíntese. A retirada em excesso de um bem natural trará o desequilíbrio.

O aprimoramento técnico das indústrias, embora tenham apresentado o pressuposto de que sua maior produtividade induziria um crescimento econômico sustentado que elevaria as condições de vida de toda a sociedade, no real trouxe um modelo destrutivo pela exploração do trabalho e do esgotamento do potencial produtivo dos ecossistemas naturais.

Assim, a natureza submetida ao capital ganhará uma nova conotação, agora, reduzida a recurso natural, tornando-se meio e não fim. Como analisa Porto-Gonçalves (2012, p. 328), é essa natureza-recurso-energia, que submetida a uma finalidade própria ao capital – a acumulação da riqueza na sua forma abstrata (dinheiro) -, vai permitir um aumento exponencial da capacidade de trabalho, ou melhor, um aumento fantástico de transformação de matéria numa mesma unidade de tempo abstrato – ano, mês, dia, hora, minuto, segundo – e, assim, criar a ilusão de crescimento ilimitado de produtos materiais numa mesma unidade de tempo abstrata.

A indústria de cerâmica vermelha imprime inúmeros impactos ao homem, de forma direta pela exploração da força de trabalho, e de forma indireta pelos impactos causados ao meio ambiente. Por utilizar como recursos essenciais a argila, a madeira, a água no processo de exploração e elaboração das cerâmicas, acaba com essa atividade gerando também resíduos, como a emissão de poluentes e o possível esgotamento de recursos pelo uso indiscriminado. E sobre estas questões será apresentado a seguir um panorama dos principais recursos e impactos que a atividade de cerâmica vermelha tem causado no Agreste Central Sergipano.

3.2.1- A Argila

Na atividade industrial de cerâmica vermelha ou em qualquer atividade que envolva a produção de cerâmicas, a matéria prima essencial é a argila. Esta por sua vez, é considerada, de acordo com Prado (2011), um material bastante heterogêneo, cujas características dependem da formação geológica e da localização de sua extração.

Com o desenvolvimento da construção civil, metas de aumento da produtividade foram estabelecidas, representando maior exploração desses recursos naturais. O que cria um grave problema para a continuidade dessa atividade – produção de blocos, telhas e tijolos, pois, diferentemente de outros recursos naturais, a maioria dos recursos minerais como reservas de argila para a produção destes materiais é encontrada apenas em alguns pontos do território sergipano e a extração acontece numa velocidade bem maior que aquela com que elas se formaram.

E aqui está a contradição da relação capitalista com a natureza: ao se apropriar dessa matéria-prima, está se apropriando de todo um tempo de trabalho que remete ao tempo geológico e submetendo-o a uma lógica do curto prazo. O que se tem é a irreversibilidade do tempo na concretude da matéria, o que pressupõe a insustentabilidade da atividade industrial de cerâmica vermelha que tem em sua base a exploração de uma matéria-prima finita e que o seu tempo de recuperação poderia durar até milhões de anos. Em outras palavras, não existe lugar para as futuras gerações, dentro do curto prazo de produção exigido pelo capital.

A partir de trabalho de campo realizado no município de Campo do Brito, em 2011 notou-se que com o crescimento no número de indústrias cerâmicas neste município, as áreas que contêm as argilas passaram por um processo de especulação financeira, tendo como consequência, a extração desse recurso em grande escala, já que os donos de terras veem nessa demanda uma oportunidade de auferir lucros. (pesquisa de campo, set. 2011).

Sendo o solo um componente ambiental da maior importância, e ainda um recurso natural não renovável inserido em um ecossistema atuando como interface entre litosfera, biosfera e hidrosfera, a sua retirada, trará amplas consequências ao homem, configurando essa ação, impacto ambiental.

A extração da argila é atividade de mineração que envolve diversos impactos ambientais, pois implica a remoção do solo. Este processo requer inicialmente a retirada da vegetação, o que implica em impactos diretos sobre a fauna e flora. A partir da retirada da vegetação o solo fica exposto aos efeitos da chuva, com possíveis formações de cavas que podem ocasionar lagoas inadequadas para o local (Figura 17 e 18), erosão, carreamento de solo para rios, dentro outros impactos.

FIGURA 17



Formação de lagoas

Fonte: Jonas/ C. do Brito / Nov.2012.

Esta retirada de solo tem acontecido de maneira aleatória, ou seja, é realizada sem um conhecimento técnico no que se refere à extração do minério de forma adequada, sem fazer um cálculo da quantidade de minério existente ou sem qualquer conhecimento quanto a sua qualidade.

FIGURA 18



Extração de Argila. Serra dos Montes.

Fonte: Jonas/ C. do Brito / Nov. 2012.

Embora no Estado de Sergipe, existam ricos trabalhos científicos que enfocam estudos relacionados à identificação da composição mineralógica e química das argilas, é pobre no que diz respeito à quantificação de reservas desse minério para a demanda industrial. Por falta de conhecimento sobre a quantidade de reservas, os exploradores acabam tendo a sensação que estão utilizando um recurso infinito.

Os solos são compostos por camadas paralelas à superfície, conhecidas também por horizontes. Os horizontes A e B (Figura 19) incorporam matéria orgânica, e a sua retirada representa a eliminação da fauna do solo. Sem esse material orgânico, plantar alguma vegetação se torna quase que impossível. À

medida que a escavação se aprofunda, maior é a alteração da paisagem. No caso de uma tentativa de recomposição da área, maiores são os gastos e menores as possibilidades de se conseguir algo semelhante ao estado original. Em outras palavras, a recuperação total da área após a exploração, é praticamente impossível.

FIGURA 19



Camadas do Solo

Fonte: COELHO/1996

Essas informações tomam proporções alarmantes quando observamos o quantitativo de argilas consumidas no Brasil em um ano, como mostra o Informe Setorial de Cerâmica Vermelha,

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 2008, a produção no Brasil obteve um crescimento de 6% em relação a 2007 passando de 69,5 bilhões de peças para 73,7 bilhões, sendo 75% de

blocos/tijolos e 25% de telhas. Sendo a argila a principal fonte de matéria-prima para a produção de cerâmica vermelha, pela produção estimada de peças cerâmicas em 2008 (73,7 bilhões) e considerando a massa média de 2,0 kg/peça, estima-se a utilização de 148 Mt de argila naquele ano. (2010, p 07).

Estes dados apresentados configuram um panorama nacional da exploração de um recurso mineral para atender aos anseios de empresários capitalistas que veem a argila enquanto mercadoria a ser explorada em nome de um desenvolvimento. O estado de Sergipe também está inserido nesta lógica, como se segue na tabela 3:

Tabela 6

PRODUÇÃO BRASILEIRA POR REGIÃO (mil milhares/mês) – 2008¹⁵

Região	Produção	%
Nordeste	1.595,88	21,25
Ceará*	352,53	0,047
Bahia*	381,42	0,051
Sergipe*	87,93	0,012
Alagoas*	76,12	0,010
Pernambuco*	131,98	0,018
Paraíba*	117,3	0,016
Rio Grande do Norte*	243,37	0,032
Piauí*	87,93	0,012
Maranhão*	117,3	0,016
Sudeste	3.332,94	44,38
Sul	1.602,63	21,34
Norte	325,93	4,34
Centro-oeste	652,62	8,69
Total	7.510,00	100

Fonte: Anuário de Cerâmica/Anicer, até 2005; Estimativa DTTM/SGM/MME para 2006, 2007 e 2008.

(*) Porcentagem do Estado em relação ao total do Brasil

¹⁵FONTE: dados do Ministério de Minas e Energia publicados no Anuário Estatístico de 2009 referentes ao Setor de Transformação de Não Metálicos. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM. Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral. Home page: <http://www.mme.gov.br>

Embora o Brasil possua uma reserva de seis trilhões de toneladas, segundo dados do Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 2010) e apresente o setor da indústria de cerâmica vermelha como um dos principais consumidores da matéria prima (31,24%), quando partimos para a escala local nota-se uma insegurança por parte de alguns proprietários de indústrias de cerâmica vermelha.

Em entrevista de campo (dez., 2012) a um proprietário de indústria de cerâmica vermelha, foi lhe perguntado se a atividade que ele desempenhava era sustentável. A resposta foi a seguinte:

Não. Do jeito que a coisa anda, a longo prazo, a situação é preocupante por que já está difícil encontrar os recursos. O barro que retiro, deixo um buraco, que mais tarde ninguém vai conseguir nada ali. A madeira, a mesma coisa, hoje viajo 300 km para comprar a madeira. (Proprietário de Indústria de Cerâmica Vermelha, 2012)

Em resposta ao questionário destinado aos trabalhadores das cerâmicas, um dos trabalhadores da cerâmica Nossa Senhora D'juda, em Areia Branca, ao ser questionado sobre o que é sustentabilidade e se a atividade que desenvolvia era sustentável deu a seguinte resposta: "não existe sustentabilidade. Onde tira que não bota, acaba". (Trabalhador da Indústria de Cerâmica vermelha, dez de 2012).

Embora a resposta seja curta e simples para alguns, apresenta uma profundidade para aqueles que escolhem olhar a realidade por um ângulo que não seja o do capital. Os empresários reconhecem as dificuldades que logo enfrentarão com a falta da matéria prima, mas nenhum deles diminui o ritmo acelerado de exploração.

Nas cerâmicas visitadas encontramos uma área destinada à estocagem da argila. A necessidade de estocagem está relacionada a uma melhor homogeneização da argila, ou seja, um descanso de até um ano, para que a mistura das argilas que possuem várias substâncias em sua composição apresentem um caráter mais homogêneo melhorando a qualidade dos produtos fabricados.

Um dos proprietários de uma das indústrias visitadas em Campo do Brito, ao ser questionado sobre a grande quantidade de argila armazenada no pátio da

indústria não admitiu que a estocagem da argila está associada ao medo da escassez repentina da matéria-prima, mas diante do volume da argila estocada em proporções cada vez maiores, não somente nessa indústria mas em todas visitadas, conclui-se que estão sim preocupados com o futuro da atividade. (Figura 20)

FIGURA 20



-  Estocagem de argila
-  Área ao fundo da Indústria apresentando-se vazia

Foto aérea da Cidade de Campo do Brito (2008).

Foto: Secretaria de Obras do Município de Campo do Brito.

Esta foto aérea do ano de 2008 mostra no canto direito a presença de uma indústria de cerâmica vermelha (Cerâmica Vitória). A seta verde aponta a área onde está sendo estocada a argila para produção de cerâmicas e ao fundo (seta vermelha) um pequeno sítio com algumas árvores tendo como limites uma estrada

vicinal. Nos últimos anos, com o aumento na exploração da argila, praticamente toda a área ao fundo da cerâmica, foi ocupada com o acúmulo de argila, chegando já próximo à estrada e cobrindo algumas árvores. (Figura 21 e 22).

FIGURA 21



Acúmulo de Argila

Fonte: Jonas/ C. do Brito / Jan. 2013.

FIGURA 22



Área preenchida por Argila

Fonte: Jonas/ C. do Brito / Jan. 2013.

Toda a área ao fundo (um pequeno sítio) da cerâmica que foi ocupada para acumular a argila não pertence ao proprietário da cerâmica, simplesmente foi alugada pelo pagamento ao proprietário de um salário mínimo para servir de área reserva para acúmulo da matéria prima.

A argila, enquanto matéria prima essencial ao desenvolvimento da indústria de cerâmica vermelha, dentro dos padrões de exploração atuais, encontrará em poucas décadas a sua inexistência.

3.2.2 - A Água

Assim como a localização das jazidas de argila encontram-se espacialmente mal distribuídas, a água também é um recurso natural que não apresenta uniformidade em sua distribuição pelo planeta. Esse fator acaba suscitando vários

conflitos pelo mundo e transformando tal recurso em mercadoria apropriada por aqueles que podem pagar para usufruí-la.

O problema da escassez de água não é recente, por muitos anos ao longo do século passado a escassez da água em algumas regiões foi inserida como instrumentalização da miséria alheia servindo de escada para empresários e oligarquias latifundiárias chegarem ao poder. Como exemplo, temos a “indústria da seca” no semi-árido brasileiro, que sempre foi tratada de maneira parcial. Nas duas últimas décadas o tema ganhou abrangência em escala global, aparecendo neste cenário novos protagonistas, manipulando, como afirma Porto-Gonçalves (2012), um discurso com pretensões de cientificidade e que invoca o uso racional dos recursos por meio de uma gestão técnica.

A grande questão é que estamos inseridos em uma desordem ecológica cujos efeitos e problemas não estão distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, trazendo com isso maiores dificuldades em algumas regiões e países. Esse desequilíbrio na natureza é notado quando populações camponesas não mais conseguem fazer as previsões de tempo com a mesma precisão que faziam há 30 anos. Assim, diferentes modos de se relacionar com a natureza vão sendo extintos.

A água, estudada por muitos como um ciclo que envolve evaporação das superfícies líquidas pela radiação solar transformando-se em vapor e depois em nuvens que se condensam e precipitam formando rios e lagos deve ser considerado um ciclo abstrato, por que ignora o homem que também está inserido nesse ciclo. É necessário lembrar que os seres humanos possuem em seus corpos em média 70% de água? Que nosso sangue é 83%, água? Nesse sentido, o homem também faz parte do ciclo da água enquanto portador e enquanto consumidor.

A agricultura é responsável pelo consumo de 70% da água de superfície no planeta. Em todo o mundo a indústria é responsável pelo consumo de 20% da água superficial. Deste modo, o sistema agrário e todo o sistema industrial se inscrevem como parte do ciclo da água, e se desequilíbrio há com relação à água ele deve ser buscado nas complexas relações sociedade-natureza, que manifesta, também no sistema hídrico, suas próprias contradições. (Porto-Gonçalves, 2012, p.418).

Sabendo que o ser vivo não apenas se relaciona com a água, ele é água e percebendo que tem aumentado o consumo de produtos que demandam grande quantitativo de água, em função da busca de um estilo de vida parecido com o norte-americano e europeu, reconhece-se que para o homem viver nesse planeta em longo prazo, pode se tornar insustentável.

Na indústria de cerâmica vermelha a água é usada em quase todas as etapas do processo de fabricação dos produtos cerâmicos. Foi possível identificar a sua utilização em várias etapas e operações dentro da indústria.

Inicialmente a água é usada na mistura das argilas, exigindo nessa etapa quantidade ideal para a formação da massa de argila em qualidade essencial para que se transforme ao passar pela extrusora no produto pretendido, neste caso, o bloco. Este uso é diário e constante, já que algumas cerâmicas não param de produzir, tendo em sua escala de produção o período noturno.

A água é utilizada também para a limpeza de equipamentos e demais instalações industriais e no filtro, (Figura 23) equipamento instalado na base da chaminé, que pela presença da água retêm partículas dos gases poluentes provenientes da queima das cerâmicas nos fornos.

Figura 23



Bombeamento de água para os lavadores de gases

Foto: Jonas / Trabalho de Campo / Nov. 2012.

Pelo grande consumo de água pelas cerâmicas, a grande maioria, visando diminuir os custos possui poços onde a água é bombeada para caixas d'água. Em apenas uma cerâmica foi encontrado um tanque em que bombas também foram instaladas e a água bombeada para caixas d'água. Outra questão relacionada à escolha de recursos hídricos subterrâneos é que esta água não possui produtos químicos como a água tratada e distribuída pela companhia de saneamento de Sergipe – Deso, o que poderia interferir no processo de preparação da massa e na qualidade do produto final.

Mas por traz disso tudo, o que temos de maneira nítida é a injustiça ambiental, no sentido que a captação de águas nos subterrâneos, não é condição para todos, o que requer grandes somas em dinheiro, revelando o desigual acesso aos recursos hídricos.

Sem a água, fica impossível produzir as cerâmicas, nesse caso, se sujeita a todo mecanismo de exploração do recurso, seja pelo pagamento à companhia de saneamento, abertura de poços ou tanques. Sendo assim, a cerâmica produzida também está inserida no ciclo hidrológico, os blocos ao saírem da máquina que os conformam possuem 50% de umidade, necessitando passar pelo processo da secagem para a perda de pelo menos 25 a 30 % dessa umidade, para que no processo da queima não apareçam fissuras e a consequente perda do produto.

A argila também está inserida no ciclo biológico, por conter elevada porcentagem de umidade, assim como também a madeira, que possui cerca de 70% de sua composição formada por água e é essencial para a queima da cerâmica nos fornos. Portanto, como se vê, a água flui por meio da natureza, da indústria, pelo estilo de vida da humanidade, e as pressões sobre seu uso estão conectadas ao modelo de produção capitalista.

3.2.3 - A Madeira

A utilização da madeira está nos marcos da história do Brasil com a exploração de suas florestas pelos colonizadores. Não é recente a exploração da madeira para consumo nas mais variadas atividades se dá, e por alguns séculos não foram tomadas medidas que regulassem o uso fora do controle de regeneração de tais florestas, apresentando na atualidade paisagens que acabaram se tornando verdadeiros desertos.

Atualmente, a devastação das florestas se tornou uma realidade mundial. As florestas ainda preservadas representam pequenas porcentagens diante da dimensão que apresentaram, mas que pelo “desenvolvimento”, foram extintas e as consequências envolvem principalmente a perda de solos por processos erosivos, inviabilizando nessas áreas qualquer atividade agrícola.

A alternativa para os desmatamentos tem sido o reflorestamento. As florestas foram destruídas para atender uma necessidade do mercado, e dentro dessa mesma lógica tem se dado os reflorestamentos. As florestas tropicais possuem como característica predominante a biodiversidade, e a proposta de reflorestamento não atinge esta questão. O sentido é plantar determinadas espécies que atendam as necessidades do mercado, o que acaba estimulando as monoculturas.

No estado de Sergipe, tem-se pouco conhecimento do atual quadro de consumo e procedência de produtos energéticos que abastecem as indústrias de cerâmicas. Segundo informações dos donos das indústrias visitadas, a madeira utilizada para a queima das cerâmicas são o eucalipto e a algaroba, (Figura 24) madeiras trazidas do Estado da Bahia, principalmente da cidade de Euclides da Cunha.

De acordo com informações de proprietários das cerâmicas, o eucalipto é a madeira mais cara, setenta reais o metro, enquanto que a algaroba custa cinquenta reais o metro. Para trazer uma carga de madeira de algaroba do município baiano de Euclides da Cunha, o valor é de três mil reais.

FIGURA 24



Eucalipto utilizado para a queima da cerâmica.

Fonte: Jonas/Trabalho de Campo / Nov. 2012.

Sendo o reflorestamento a solução sustentável para a não derrubada da caatinga, onde está o reflorestamento no estado de Sergipe? De acordo com a Agência Sergipe de Notícias¹⁶ foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Sergipe, desde 2010, em parceria com órgãos e secretarias o projeto de reflorestamento de eucalipto que atenderá a região do baixo São Francisco.

De acordo com o presidente do Instituto Pró-Cerâmica (IPC), o sergipano Mehujael Colaço Rodrigues,

O projeto é executado em uma área de 108 hectares, na região do Platô de Neópolis¹⁷, cedida pelo Governo do Estado em regime de

¹⁶http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:28239/sergipe_e_1_no_uso_de_madeira_reflorestada.htm
1

¹⁷O ProjetoHidroagrícola Platô de Neópolis está localizado no baixo São Francisco, mais precisamente, no tabuleiro que compreende áreas dos territórios dos municípios de Neópolis, Pacatuba, Japarutuba, e o município de Santana do São Francisco. Teve como ideal a implantação da agricultura irrigada para plantação de frutas nos anos 80 como uma das principais alternativas para incorporação de grupos de produtores aos mercados. Os

comodato ao IPC. O reflorestamento busca evitar o apagão florestal. Nossa proposta é reduzir a dependência das cerâmicas de material lenhoso da Bahia. O projeto de reflorestamento tem caráter social e ecológico, pois nove empresas de cerâmica vermelha ficarão livres da aquisição de eucalipto. (Agência Sergipe de Notícias, 2012).

Várias questões devem ser analisadas a partir dessa citação. A implementação de projetos que utilizam recursos da natureza, como a argila, por exemplo, é responsável por ampla degradação ambiental. Como alternativa para a recuperação da área será feito em alguns casos a realocação de vegetação via reflorestamento. Mas o que está posto na citação é que o reflorestamento através da plantação de eucaliptos não se dá em áreas degradadas, mas em locais férteis e planos, o que pressupõe reflexos fortemente negativos para a produção de alimentos.

O reflorestamento pela inclusão de uma só espécie, neste caso, o eucalipto, representa uma monocultura, e é sabido que monocultura é uma das atividades que menos gera emprego no campo, sendo assim, descarta-se o caráter social apresentado acima na citação. Ainda é necessário esclarecer a ausência de caráter ecológico, pois, embora se chegue a considerar como ponto positivo o fato de essa área plantada realizar a absorção de carbono (CO₂), a questão é que seria uma absorção temporária, já que as árvores teriam um ciclo de apenas dois anos, e na queima da lenha, o gás carbônico seria devolvido à atmosfera.

A concessão pelo Governo do Estado da área do Platô de Neópolis revela que o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do sistema capitalista pelo seu poder de coação.

Como afirma Mézáros (2007, p. 58), o sistema do capital é antagônico até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de decisão.

resultados desse projeto são modestos e não condizem com o que foi proposta pelo Estado e Instituições privadas, fazendo com que as comunidades locais busquem um retorno à suas atividades na condição de assalariadas.

Assim como o Estado desestabilizou a comunidade camponesa da região via o Projeto Platô de Neópolis, como uma forma de territorialização do capital via agricultura irrigada voltada para o mercado, mais uma vez determina o andamento de um projeto que atende a um grupo restrito, neste caso alguns empresários do setor de cerâmica vermelha preocupados em dar condições mais rentáveis ao seu empreendimento e garantir a continuidade de suas atividades.

Por isso, insistimos na importância do aprofundamento da democracia, de modo que os mais diferentes sujeitos possam protagonicamente se fazerem presentes na cena política, onde justiça social e ambiental se faça no reconhecimento concreto do direito à diferença (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 412)

O projeto de reflorestamento atenderá um número extremamente reduzido de cerâmicas, mais uma vez mostrando que as ações do Estado que são apresentadas como solução, na verdade adiam as medidas estruturais necessárias.

3.2.4 - Da emissão de gases Poluentes

Dentre os elementos que condicionam a manutenção da vida na terra estão os gases estufa, compostos pelo dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, etc., que impedem que a energia solar que incide sobre a Terra se irradie completamente para além da atmosfera.

O equilíbrio parece ter se desintegrado, criando efeitos colaterais na natureza, trazendo consequências desastrosas para algumas regiões. Nesse caso, estamos nos referindo às consequências do efeito estufa, causados pela elevada emissão de gases na atmosfera.

Os níveis atmosféricos de CO₂, estimados em 280 partes p milhão (ppm) antes da Revolução Industrial, subiram a 317 ppm em 1960. Entre 1960 e 1999, entretanto, esse índice passou para 368 ppm, isto é, acusou um aumento de 16% em somente quatro décadas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.123)

Estes níveis expressivos de CO₂ emitidos principalmente pelas indústrias ganharam conotação negativa com implicações planetárias desde o século XVIII, trazendo a preocupação sobre o destino de todas as espécies do planeta. Desse modo, mesmo diante de dados e previsões tão alarmantes sobre os efeitos negativos do superaquecimento global, o modelo de desenvolvimento desencadeado por países como os EUA, vem se impondo a todo o mundo e colocando em risco a todos.

O problema não é local ou uma questão que pode ser resolvida por meios técnicos e científicos. Mais do que um problema ecológico se está diante de toda uma geopolítica mundial e suas relações de poder carregadas de interesses que se sobrepõem à natureza.

A queima da cerâmica acontece em algumas indústrias em horários ininterruptos, ou seja, os fornos não param de funcionar. Os trabalhadores responsáveis pela alimentação dos fornos com madeira trabalham em uma escala de 12 horas revezando com outros trabalhadores, para que a produção da cerâmica não pare.

Nas áreas próximas as cerâmicas, as pessoas ali residentes sofrem com a péssima qualidade do ar, pela fumaça expelida das chaminés das cerâmicas. Sendo esta questão motivo de muitas reclamações por parte das comunidades circunvizinhas.

Visando diminuir os efeitos nocivos à qualidade do ar, foi desenvolvido um filtro, também chamados de lavadores de gases, que é instalado na base da chaminé onde a fumaça inicialmente é filtrada por tanques cheios de água (Figura 22) que retêm parte das partículas da queima da argila e da madeira, fazendo com que os gases expelidos tenham uma coloração clarinha e menos nociva ao meio ambiente.

FIGURA 25



Lavadores de gases.

Foto: Jonas / Trabalho de Campo / Jan. 2013.

Ao observar a figura 25 é possível perceber a coloração preta com que a água ficou dando uma noção do grau de poluentes expelidos por essa atividade industrial. A implantação desses filtros só resolve parcialmente o problema, como explica o Engenheiro Mecânico Harald Blaselbauer, estes filtros apresentam algumas desvantagens operacionais importantes,

- Baixa eficiência de coleta para particulados com frações finas, o que não garante a obtenção dos níveis de emissões máximas pelos órgãos ambientais;
- Elevado índice de manutenção com paradas programadas e não programadas, para remoção do material acumulado no fundo do tanque e limpeza do circuito hidráulico e seus componentes;
- Elevado consumo de água pela evaporação provocada pelo contato dos gases quentes com o fluido recirculante;

(Revista Novacer. Junho, 2010, Edição 05. Blaselbauer)

Uma vez que a retenção dos resíduos não se dá de forma eficiente, ainda acrescenta-se o fato de nem todas as cerâmicas terem implantado este mecanismo, o que prejudica ainda mais a qualidade do ar pela quantidade de partículas poluentes expelidas.

Portanto, não há dúvida, que a atividade industrial de produção de cerâmica vermelha tem contribuído para a destruição da natureza através da degradação de solos e recursos hídricos e contaminação da atmosfera.

Enquanto permanecer o atual sistema destrutivo de produção, torna-se impossível superar os antagonismos com as soluções apresentadas pelo Estado via gestão ambiental, planejamento ou educação ambiental. A solução está em uma forma totalmente diferente de reprodução sociometabólica voltada para a satisfação de necessidades humanas e controlada pelos próprios produtores, e não por determinações materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa constatou-se que o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens, responsável por estabelecer a relação homem/natureza, não atende o caráter vital desta relação, que seria produzir coisas úteis e necessárias à sua reprodução social.

Inserido em uma sociedade capitalista, o trabalho apresenta-se voltado para a produção de mercadorias que se sobrepõem aos valores de uso, tornando-se objetos de produção quantificável e expansível, os valores de troca. Neste sentido acontece a redução dos seres humanos ao status de meros custos de produção, qualificando o trabalho vivo também como uma mercadoria comercializável.

Os trabalhadores, meros instrumentos do capital, desprovidos dos meios de produção, na condição objetiva de assalariados à condição de exploração estão sujeitos aos imperativos da acumulação e competição, assim como os capitalistas. Neste caso, os capitalistas são obrigados a expandir o valor excedente; e o trabalhador está preso ao capitalista não apenas pela sua autoridade pessoal, mas pelas leis do mercado que determinam a venda do poder de trabalho.

Desta apropriação privada do trabalho, através da expropriação dos meios de produção têm-se o trabalho alienado, externo, oculto, separado da essência dos seres humanos, impedido de exteriorizar sua capacidade inventiva, mas forçado a alienar sua força de trabalho a outro que determinará sua vontade. Esta condição torna o trabalhador infeliz, não desenvolvendo livremente suas energias físicas e mentais, mas esgotando-as.

Nesta relação, capital/trabalho, está imbuída a questão da produtividade, que representa para o empresário um trunfo contra a concorrência quando este consegue diminuir custos. Para KURZ (1997), a diminuição dos custos, portanto, não significa que os trabalhadores trabalham menos mantendo a mesma produção, mas que menos trabalhadores produzem mais produtos. Esta afirmativa mostra que o objetivo da produção moderna é originar lucro privado, conduzindo as ações do capital para uma degradação do ser humano e da natureza.

Com a intenção de mascarar a natureza destrutiva do capital e apresentá-la como uma normalidade, um conjunto de ideias construídas intencionalmente para legitimar ações, contribuem para a criação de uma falsa consciência do real. Este arcabouço ideológico é elaborado e difundido principalmente através dos discursos de representantes de empresas e do Estado. Como afirma CHAUI (2000), o que a ideologia lhes ensina como verdade é falso.

Nos trabalhadores os efeitos são vistos na falsa liberdade que possuem, pois não têm o direito de escolher o ofício, definir o salário ou fixar a jornada de trabalho. A ideologia lhes diz que são iguais, mas não podem ter moradia, vestuário, transporte e educação como os seus patrões.

Portanto, o contexto atual está caracterizado por uma crise histórica do sistema capitalista, que não revela-se cíclica, mas estrutural, profunda, marcando uma fase de transformações ou reestruturação produtiva que vem desde os anos 1970, imprimindo novos mecanismos de acumulação mais dinâmicos e lucrativos para o capital, mas alterando a dinâmica social do trabalho pela tendência à inovação tecnológica, que aumenta a produtividade pela máxima exploração da força de trabalho e aumenta a velocidade de consumo dos recursos naturais.

O desafio constante do sistema capitalista, principalmente em meio à crise, é continuar produzindo e realizando a mais-valia. E a superação desse obstáculo têm se dado através da apropriação pelo capital de territórios que oferecem os elementos propícios à sua reprodução: exército de desempregados e recursos naturais.

A questão ambiental se coloca no centro do debate geopolítico enquanto questão territorial por revelar o jogo de forças entre quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos. Por este viés é possível perceber que sob o capitalismo a relação da sociedade com a natureza está baseada na separação, a mais radical possível, sendo o controle do território, a garantia fundamental para suprir a demanda em ascensão por recursos naturais.

A análise do território enquanto uma configuração espacial suscetível a transformações produzidas por relações sociais permite perceber os diferentes

discursos daqueles que possuem interesses dominantes, ou seja, que estão concatenados à lógica de acumulação do capital. Os resultados da aplicação de tais interesses configuram novas territorialidades espacialmente materializadas e aumento do fosso entre dominados e dominantes, portanto, relações de produção desiguais.

Aliado ao capital está o Estado, que tem o propósito de mediar interesses de classe, não podendo ser entendido como agente neutro, mas como conservador de uma estrutura que garante a dominação de uma classe sobre a outra. A sua atuação se materializa através das políticas de desenvolvimento, propondo o crescimento econômico a todas as classes, mas sendo o indutor da acumulação do sistema capitalista.

De um lado, o Estado “relativamente autônomo” tem o monopólio da força coercitiva; do outro, essa força sustenta o poder “econômico” privado que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção – uma autoridade provavelmente sem precedentes no grau de controle sobre a atividade produtiva e os seres humanos nela engajados. (WOOD, 2011, p. 36).

Portanto têm-se o Estado como o braço coercitivo do capital, que no Brasil foi provedor das condições essenciais para o desenvolvimento da indústria. Através de um Projeto de Desenvolvimento pela via da industrialização, esta indústria teve como determinação a acumulação voltada para a exportação e para a alta esfera do consumo, consolidando dentro dessa lógica um aparente desenvolvimento.

A promoção desse desenvolvimento esteve fundamentada no crédito internacional tornando frágil e vulnerável a economia brasileira, pois no desejo de ampliá-la acabou tornando-a mais dependente. Esta é uma característica que se perpetua e define o modelo de desenvolvimento da indústria no Brasil nos dias atuais.

A construção de um Projeto Nacional, tendo como centralidade o “desenvolvimento”, acabou se refletindo em melhores condições sociais na educação, saúde e direitos para os trabalhadores. Mas a real intenção do Estado

nessas melhorias representa controle social no sentido de oferecer à classe dominante de industriais condições de reprodução pela exploração do trabalho. Neste caso as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de acumulação pela via da produção industrial, que serviu para desmobilizar a classe de trabalhadores.

Neste sentido o Estado não atua apenas facilitando o planejamento capitalista ou conduzindo a luta de classes, mas também cumprindo as funções sociais abandonadas pela classe expropriadora e compensando os efeitos antissociais gerados pelo abandono.

Sendo ou não verdade que o objetivo essencial do Estado seja manter a exploração, o seu cumprimento das funções sociais implica uma divisão social do trabalho e a apropriação por alguns grupos sociais de excedentes produzidos por outros. (WOOD, 2011, p. 37)

Quando os limites ao crescimento do modelo de reprodução do capital encontram barreiras, como a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital, trabalho e natureza é implantada, demonstrando com isso, que as soluções para os conflitos/crises são sempre resolvidas em favor do capital. Por este viés reconhece-se que os limites dos desequilíbrios do crescimento econômico e desequilíbrios ambientais encontram nas políticas de desenvolvimento a reorientação do “equilíbrio” entre desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais.

Por isso o modelo de desenvolvimento sustentável difundido como proposta de reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação com as questões ambientais representa a possibilidade de reprodução ampliada do capital, dando prosseguimento à exploração da natureza.

Embora as grandes conferências sobre meio ambiente promovidas por organismos internacionais apresentem em seu discurso a preocupação com a preservação dos recursos naturais e definam suas ações como democráticas por permitirem a participação popular nas discussões, reconhece-se que a natureza dessas conferências é de relações políticas e de poder, cabendo aos representantes

dos países enviados, apenas recomendações parciais que não atingem a raiz do problema.

Destas conferências saíram determinações que influenciaram os Estados e as empresas a criarem limites para a exploração dos recursos naturais. O Brasil é um bom exemplo de país que criou um conjunto de leis que regulamentam a exploração de seus recursos naturais, fazendo-se acreditar que este ordenamento jurídico seria capaz de conservar tais recursos. Mas o que não se percebe, de acordo com Mészáros (2007), é que as leis feitas pelos homens estão muitíssimo envolvidas no processo destrutivo geral. A principal lei que envolve a relação da humanidade com a própria natureza e representa o substrato objetivo de nossa própria existência tem sido violada pelo capital de todas as maneiras possíveis.

Pode-se dizer que o capital é “daltônico” com relação a isso. Não poderia operar de nenhuma outra maneira senão subvertendo essa relação vital em razão de sua natureza recôndita. Pois o capital sempre se definiu como o *absoluto* e tudo o mais em relação a essa autodeterminação primordial como o *relativo* dependente e indispensável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

Diante de tal contexto demasiadamente perverso de ampliação das desigualdades, acreditar que é possível encontrar sustentabilidade na proposta de desenvolvimento para o mundo na atualidade fica cada vez mais distante de tornar-se realidade, quando o que os mais ricos desejam é salvar seu sistema financeiro, mesmo que para isso destruam a base de geração de sua riqueza - a natureza e o trabalho.

No Estado de Sergipe, as formas de acumulação do capital contemporâneo têm se reproduzido via políticas públicas de desenvolvimento, por meio da formação de conglomerados indústrias, o que é o caso das indústrias de cerâmica vermelha nos municípios de Areia Banca, Campo do Brito e Itabaiana.

Estas indústrias encontram-se subordinadas ao Estado, que por meio de convênios com instituições financeiras, têm criado linhas de créditos que atendam aos anseios de expansão da atividade pelos empresários do setor, que veem no

bom momento da construção civil uma oportunidade de implantarem um novo negócio ou ampliem o poder de produção de suas indústrias.

Embora o Estado tenha justificado e incentivado o crescimento do setor por pregar que este trará o “desenvolvimento local”, a realidade para o trabalhador é precária. A atuação do Estado tem criado espaço ecológico, econômico, social, cultural e político para a iniciativa privada, privilegiando uma minoria que encara a si própria e a seus interesses como se a Nação real começasse e terminasse nela. (FERNANDES,1979). Assim, os interesses particulares são confundidos como os interesses de todos, enquanto que a grande massa excluída tem seus interesses ignorados ou subestimados.

Nota-se que o sentido do capital está direcionado para a sua auto-reprodução, e muito pouco para o atendimento das necessidades humanas. Por isso, aumentando a produção de bens de valor de troca, têm-se o desperdício e a intensificação ainda maior da destruição da natureza, ampliando a lógica destrutiva hoje dominante.

Diante dos fatos, pensar em sustentabilidade ambiental, quando os recursos naturais estão subjugados à lógica da produtividade de mercado, é reconhecer a insustentabilidade do sistema. No caso da produção de telhas, tijolos e blocos nas indústrias de cerâmica vermelha, os principais recursos naturais utilizados são o barro e a madeira e os impactos dessa atividade são visivelmente percebidos pela sociedade, mas desconsiderados, vendo a natureza como indiferente ou desnecessária ao homem.

A extração da madeira para a queima dos blocos/telhas e tijolos nos fornos, pressupõe desmatamento. A extração da argila nas jazidas representa a improdutividade de uma área que acabou de ter retirados seus nutrientes necessários ao desenvolvimento da flora. A queima das cerâmicas nos fornos expõe para a atmosfera quantidades consideráveis de poluentes. E os produtos fabricados apresentam perdas o que acaba gerando resíduos. Todos estes fatores são questões reais que puderam ser notadas ao longo da pesquisa e demonstraram que por trás do discurso do desenvolvimento tem-se um quadro negativo e que apresenta seu impacto último na vida humana como tal.

Portanto, através desta pesquisa foi possível elucidar evidências territoriais e espaciais do processo em curso se apropriando do conhecimento geográfico, pois este contribuiu para o entendimento da espacialidade do processo de construção da sociedade, revelando a complexa rede de relações sociais que imprimem no espaço geográfico seus interesses e que por sua vez substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. Reconhece-se que desvelar as evidências territoriais e espaciais do processo em curso é uma das etapas, sendo necessário, como propôs Mészáros (2007), enquanto desafio histórico para assegurar as condições de desenvolvimento sustentável: libertar-nos da cultura da desigualdade substantiva e substituí-la progressivamente por uma alternativa viável é o caminho que cumpre seguirmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *O Caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BAGNASCO, Arnaldo. Razões e ficções do desenvolvimento / organizadores Glauco Arbix, Mauro Zilbovicius, Ricardo Abramovay. – São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é: o que não é* / Leonardo Boff. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BORON, Atílio A. Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? / Atílio A. Boron... [etal]; Emir Sader e Pablo Gentil (orgs). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e Contraideologia: Temas e Variações* / Alfredo Bosi. São Paulo: Campanhia das Letras, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a02v2366.pdf>>. Acessado em maio de 2012.

BRITO, Jorge. Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas: sistematização de conceitos e evidências empíricas. Disponível em: <http://www.jurandirsantos.com.br/outros_artigos/ec_cooperacao_tecnologica_e_aprendizado_coletivo_em_redes_de_firmas_sistematizacao_do_conceito_e_evidencias_empiricas.pdf>. Acessado em maio de 2012.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Disponível em:

<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SergioBuarque.pdf>.

Acessado em junho de 2012.

BUSNELO, Ronaldo. Processo de Produção e Regulação Social. Santa Catarina: Ed. Unijuí, 2005.

CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil / Wilson Cano. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CASSETI, Valter. Contra a correnteza / Valter Casseti – Goiânia. Kelps, 1999.

CASSIOLATO, José Eduardo. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. José Eduardo Cassiolato / Helena M. M. Lastres.

Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>>. Acessado

em abril de 2012.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia / Marilena Chauí. Revisor: José E Andrade.
Data da digitalização: 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: A Questão Agrária. SILVA, José Graziano da. Stalcke, verena. (org). São Paulo, Brasiliense. 1981, pg. 133 – 163.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº.02, 2004, pp. 79 – 91.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Friedrich Engels – Rio de Janeiro -Ed.Bertrand. 1999.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político Brasileiro / Raymundo Faoro. – 3ª ed. Ver. – São Paulo: Globo, 2001.

FILHO, Jair do Amaral. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o nordeste brasileiro. Disponível em: <http://www.ric.ufc.br/evento1/jair_do_amaral_filho.PDF>. Acessado em abril de 2012.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf>. Acessado em abril de 2012.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. – 3. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil / Celso Furtado. – 34. Ed. – São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola. 18ª ed. 2009.

_____. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo / David Harvey; tradução de João Alexandre Pischanski.- São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo. Editora Unesp. Tradução de Teixeira Coelho, 2000. KURZ, Robert. Os últimos combates / Robert Kurz. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável / Enrique Leff; Tradução de Jorge Esteves da Silva. – Blumenau: Ed. Da FURB, 2000.

_____. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder / Enrique Leff; Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Lucas Gama. Despindo o Estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: O (Des) mascaramento da Territorialização do Capital Por Meio da Sociabilidade Reificante. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS, 2010.

LISBOA, Josefa. A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de Doutorado. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? Rosa Luxemburgo. Ed: Expressão Popular, 1ª edição: novembro de 1999.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 28ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O capital: crítica da economia política. Vol1. Ed. Nova Cultural. São Paulo, 1996.

_____. A origem do capital: a acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2000. _____. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEZES, Sócrates Oliveira. De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des) trabalho. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão/SE, NPGeo/UFS, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo. Boitempo, 2002.

_____. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI / István Mészáros – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A crise estrutural do capital. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>. Acessado em maio de 2012.

MONTAÑO, Carlos. Estado, classe e movimento social / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguet. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 1ª ed. FFLCH. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acessado em maio 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania / EAESP / FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As tecnologias e suas interfaces como estratégia de controle do capital no campo. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão/SE, NPGeo/UFS, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Carlos Walter Porto-Gonçalves. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO, Carolina Mangieri de Oliveira. Caracterização Química e Mineralógica das Argilas Utilizadas na Produção de Cerâmica Vermelha no Estado de Sergipe. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão/SE, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia / Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. História Econômica do Brasil / Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. O desafio ambiental. Carlos Walter Porto-Gonçalves, organizador Emir Sader. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado / Ignacy Sachs. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADER, Emir. A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda Latino-Americana / Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Ana Rocha dos. “Cerâmica: a vida de Santana do São Francisco (carrapicho)”. Monografia. Aracaju, 1994.

_____. O Desvelar das Contradições do Modelo de Descentralização: as interfaces escalares na conformação do sistema Único de Saúde em Sergipe. Tese de Doutorado. UFS. São Cristóvão, 2008.

SARAMAGO, José. A caverna / José Saramago – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENE, Eustáquio de. Globalização e espaço geográfico / Eustáquio de Sene. – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEODORO, Suzi Huff. Mediação de Conflitos Socioambientais / Suzi Huff Theodoro (org).- Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação / Augusto Nivaldo Silva Trivinos. Atlas. São Paulo, 1987.

VASOPOLLO, Luciano. Por Uma Política de Classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia Contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico / Ellen Meiksins Wood; tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. As origens agrárias do capitalismo. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/EllenWood.pdf>>. Acessado em abril de 2012.